



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

MUSSAJAU

**ENERGIA E POLÍTICA EXTERNA: ANÁLISE DOS ACORDOS
ENERGÉTICOS ASSINADOS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS (1990-
2022)**

JOÃO PESSOA-PB
2023

MUSSA JAU

ENERGIA E POLÍTICA EXTERNA: ANÁLISE DOS ACORDOS ENERGÉTICOS
ASSINADOS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES AFRICANOS (1990-2022)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Ciência Política e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henry Iure de Paiva Silva

JOÃO PESSOA-PB
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

J41e Jau, Mussa.

Energia e política externa : análise dos acordos energéticos assinados entre o Brasil e os países africanos (1990- 2022) / Mussa Jau. - João Pessoa, 2023.

95 f. : il.

Orientação: Henry Iure de Paiva Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Política externa - Brasil. 2. Setor energético.
3. Acordos internacionais. 4. Relações Brasil e África.
I. Silva, Henry Iure de Paiva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 327(043)



Universidade Federal da Paraíba
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ATA Nº 25

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e três, às 19h00min, por meio de videoconferência no link <https://meet.google.com/jkb-regn-qua>, instalou-se a banca examinadora de dissertação de Mestrado do(a) aluno(a) MUSSA JAU. A banca examinadora foi composta pelos professores Dr. GIORGIO ROMANO SCHUTTE, UFABC, examinador externo à instituição, Dr. JOSÉ ALEXANDRE ALTHAYDE HAGE, UNIFESP, examinador externo à instituição, Dr. SAMIR PERRONE DE MIRANDA, UFPB, examinador interno, Dr. HENRY IURE DE PAIVA SILVA, UFPB, presidente. Deu-se início a abertura dos trabalhos, por parte da presidência dos trabalhos, o professor Dr. HENRY IURE DE PAIVA SILVA, que de imediato solicitou a(o) candidato(a) que iniciasse a apresentação da dissertação, intitulada Política externa brasileira: uma análise dos acordos energéticos assinados entre o Brasil e os países africanos (1990-2022). Concluída a exposição, o professor Dr. HENRY IURE DE PAIVA SILVA, presidente, passou a palavra ao professor Dr. GIORGIO ROMANO SCHUTTE, para arguir o(s) candidato(a), e, em seguida, ao professor Dr. JOSÉ ALEXANDRE ALTHAYDE HAGE, e, em seguida, ao professor Dr. SAMIR PERRONE DE MIRANDA, para que fizessem o mesmo; após o que fez suas considerações sobre o trabalho em julgamento; tendo sido aprovado o (a) candidato (a), conforme as normas vigentes na Universidade Federal da Paraíba. A versão final da dissertação deverá ser entregue ao programa, no prazo de 90 dias; contendo as modificações sugeridas pela banca examinadora e constante na folha de correção anexa. O(A) candidato(a) não terá o título se não cumprir as exigências acima.

Dr. GIORGIO ROMANO SCHUTTE, UFABC

Documento assinado digitalmente



JOSÉ ALEXANDRE ALTHAYDE HAGE

Data: 04/09/2023 19:09:57-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. JOSÉ ALEXANDRE ALTHAYDE HAGE, UNIFESP

Documento assinado digitalmente



SAMIR PERRONE DE MIRANDA

Data: 04/09/2023 19:07:28-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. SAMIR PERRONE DE MIRANDA, UFPB

Documento assinado digitalmente



HENRY IURE DE PAIVA SILVA

Data: 04/09/2023 19:07:05-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. HENRY IURE DE PAIVA SILVA, UFPB

Signature: 
Mussa Jau

Email: mussajau10@gmail.com

MUSSA JAU

Mestrando



Universidade Federal da Paraíba
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FOLHA DE CORREÇÕES

ATA Nº 25

Autor: MUSSA JAU
Título: Política externa brasileira: uma análise dos acordos energéticos assinados entre o Brasil e os países africanos (1990-2022)
Banca examinadora:

Prof. GIORGIO ROMANO SCHUTTE Examinador Externo à Instituição

Prof. JOSÉ ALEXANDRE ALTHAYDE HAGE Examinador Externo à Insti

Prof. SAMIR PERRONE DE MIRANDA Examinador Interno

Prof. HENRY IURE DE PAIVA SILVA Presidente

Documento assinado digitalmente
JOSE ALEXANDRE ALTHAYDE HAGE
Data: 04/09/2023 10:59:27-0300
Verifique em <https://validar2.gov.br>

Documento assinado digitalmente
HENRY IURE DE PAIVA SILVA
Data: 04/09/2023 10:57:35-0300
Verifique em <https://validar2.gov.br>

Os itens abaixo deverão ser modificados, conforme sugestão da banca examinadora.

COMENTÁRIOS GERAIS:

Declaro, para fins de homologação, que as modificações, sugeridas pela banca examinadora, acima mencionadas, foram aceitas e serão cumpridas integralmente.

Prof. HENRY IURE DE PAIVA SILVA

Orientador

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho contou com a colaboração direta e indireta de entes queridos, que ao longo da minha formação, me fizeram sentir que a luta para atingir os meus objetivos da vida não é apenas minha, e sim, deles também. Esta empreitada é, com certeza, uma das minhas conquistas mais desafiadoras. Vivi e sobrevivi muitos obstáculos que, em determinados momentos, levaram-me a duvidar da minha própria capacidade e resiliência. Mas, as pessoas ao meu redor sempre atentaram em me fazer entender que sou muito mais forte do que eu imaginava ser. Portanto, não posso encerrar este ciclo virtuoso sem estender os meus profundos e sinceros agradecimentos a estas pessoas. Pois foram à peça fundamental para que o sonho do “menino da terra do Amílcar Cabral” fosse possível na pátria do Zumbi dos Palmares.

Agradeço à minha família e a minha namorada, Samara Vieira, por terem acreditado em mim, por toda motivação e ajuda financeira para amenizar a dificuldade de estudar praticamente sem bolsa de estudo em país alheio. Sou muito grato ao estimado professor Iure de Paiva Silva (meu orientador e amigo) pelo apreço, paciência, motivação e ensinamentos direcionados a mim durante esta construção. Do mesmo modo, reconheço todos os membros da Gesene pela contribuição que está sendo dada à ciência, a qual beneficiou conjuntamente esta dissertação. Por fim, estendo a minha gratidão aos meus colegas do mestrado Waykel e Sene, em especial, ao coletivo “Comentarista de PPGCPRI” (João, Yasmin, Edinho, Rebeca, Erick e Rafael) pelos momentos de grandes aprendizados, afetos e diversões compartilhadas nos entremeses do curso do mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais.

RESUMO

As questões energéticas ocupam posições de destaque nas políticas domésticas e externas dos países, tanto pela sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico, como também seus efeitos negativos, a exemplo de conflitos e degradação ambiental. Também, é uma das fontes de riquezas de um Estado, cujas políticas assertivas naquela área são determinantes na construção de uma nação e sua manutenção socioeconômica. No âmbito internacional, é através da política externa que os chefes da diplomacia articulam tanto para importar como exportar tais recursos e seus derivados. O presente trabalho busca analisar a Política Externa Brasileira para África, essencialmente os acordos internacionais com os países africanos no setor energético, entre 1990 e 2022. Para atingir os objetivos dessa pesquisa recorre-se a uma abordagem qualitativa, aplicado à análise documental e de conteúdos aplicados aos documentos de acordos energéticos levantados na plataforma Concórdia (MRE/BRASIL). Ademais foi aplicado as aplicações de técnicas descritivas dos dados do Enetrix, inovação tecnológica via web usada para análise da cooperação internacional em energia (Gesene/UFPB). No entanto, tais análises revelam informações relevantes para compreender a Política Externa Brasileira para a África, referentes à cronologia e tipologia dos acordos, parcerias e prioridades construídas, desempenho dos diferentes governos, assim como objetivos e interesses em temas de segurança energética, tais como (1) a garantia da soberania sobre os recursos naturais, (2) o papel das matrizes renováveis e não renováveis e (3) a busca pelo desenvolvimento sustentável, nos ajustes estabelecidos visando à cooperação do Brasil em matéria da energia no continente africano.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Energia; Acordos Internacionais; Brasil-África.

SUMMARY

The subject of energy security has always had prominent positions in the internal and external policies of countries due, on the one hand, to its importance for socioeconomic development, on the other hand, the problems it causes in the form of conflicts and environmental degradation. As one of the essential elements in a State, efficient energy policies become an indispensable part, making the rulers feel the duty to provide them to the population and their companies to guarantee the smooth functioning of society. In this, foreign policy emerges as a means by which States make articulations to obtain the necessary supply of energy. In view of this, this dissertation presents an analysis of energy issues within the Brazilian Foreign Policy for Africa, in the light of the agreements signed between Brazil and African countries (1990-2022). For that, an analysis of the content of documents of energy agreements raised on the Concórdia platform (MRE/BRASIL) was carried out, as well as the applications of descriptive techniques of Enetrix data, technological innovation via the web used for analysis of international cooperation in energy (Gesene /UFPB). The work resulted in relevant findings to understand the Brazilian Foreign Policy for Africa, referring to the chronology and typology of agreements, partnerships and priorities built, performance of different governments, as well as objectives and interests in energy security issues, such as (1) the guarantee of sovereignty over natural resources, (2) the role of renewable and non-renewable matrices and (3) the search for sustainable development, in the established adjustments aimed at Brazil's cooperation in energy matters on the African continent.

Keywords: Foreign Policy; Energy; International agreements; Brazil-Africa.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** ilustra empresas brasileiras por regiões em África em 2010.26
- Figura 2:** apresenta principais empresas brasileiras na África em 2014. 28
- Figura 3:** apresenta a evolução da dependência externa de energia no Brasil (1970-2022),,,,,,48

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Atores e recursos energéticos mencionados nos acordos do Brasil na África (1990-2022). 65
- Quadro 2:** Apresenta as diretrizes da política externa de cada governo e os seus desempenhos na área da diplomacia energética em África (1990-2022)..... 78

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Apresenta números de acordos energéticos do Brasil por continentes de 1990 a 2022. | 41 |
| Gráfico 2: Ilustra números dos acordos de cada governo em todos os continentes entre 1990 e 2022. | 42 |
| Gráfico 3: Indica a evolução dos acordos energéticos Brasil-África por ano (1990-2022) | 47 |
| Gráfico 4: Apresenta quantidade de acordos por governos brasileiros em África | 52 |
| Gráfico 5: Apresenta os atores africanos que possuem cooperação energética com o Brasil (1990-2022) | 57 |
| Gráfico 6: Apresenta números de citações das matrizes energética envolvidas nos acordos de cooperação Brasil-África | 67 |
| Gráfico 7: Apresenta números de acordos em fontes renováveis por cada governo | 69 |
| Gráfico 8: Apresenta participação das matrizes energéticas da produção interna e importação. | 72 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PEBA: Política Externa Brasileira

DEBA: Diplomacia Energética Brasileira

MRE: Ministério das Relações Exteriores

FHC: Fernando Henrique Cardoso

PT: Partido dos Trabalhadores

IRENA: International Renewable Energy Agency

IPCC: Intergovernmental Panel on Climate Change

IEA: International Energy Agency

| | |
|--|-----------|
| Introdução | 10 |
| Capítulo 1- Lugar da África na Política Externa Brasileira (1990-2022) ----- | 18 |
| 1.1.Abordagens conceituais sobre a Política Externa | 19 |
| 1.1.Relação Brasil-África nos primeiros anos pós-guerra fria (1990-2003) | 22 |
| 1.2. Relação Brasil-África no mandato de Lula (2003-2011) | 23 |
| 1.3.Relações Brasil-África durante o mandato de Dilma (2011-2016) | 27 |
| 1.2.Relação Brasil-África durante o governo de Temer (2016-2018) | 29 |
| 1.3.Relações Brasil-África durante o governo de Bolsonaro (2019-2022) | 30 |
| 1.4. Síntese..... | 33 |
| Capítulo 2- Diplomacia energética do Brasil em África ----- | 35 |
| 2.1. Abordagens conceituais sobre a diplomacia energética | 36 |
| 2.2. O lugar da África na geopolítica da diplomacia energética brasileira | 39 |
| 2.3. Evolução cronológica dos acordos energéticos do Brasil em África..... | 46 |
| 2.4. Análises dos acordos assinados com os países africanos por governos brasileiros..... | 51 |
| 2.5. Principais parceiros de cooperação energética do Brasil no continente africano | 56 |
| 2.6. Síntese..... | 60 |
| Capítulo 3- Dimensão ambiental da segurança energética ----- | 61 |
| 3.1. Dimensão ambiental de segurança energética e a Cooperação Internacional | 61 |
| 3.2. Análise Geopolítica da segurança energética | 65 |
| 3.3. Análise das retóricas sobre as energias renováveis usadas nos acordos com os países africanos..... | 71 |
| 3.4. Considerações finais | 77 |
| 3.5. Referências | 83 |
| ANEXO I: Apresenta parceiros africanos e o link de acesso aos quarenta e sete acordos bilaterais assinados com o Brasil (1990-2022)..... | 90 |
| ANEXO II: dois acordos multilaterais feitos entre o Brasil e os países de outros continentes, incluindo os estados africanos (1990-2022) | 94 |

INTRODUÇÃO

Historicamente a diplomacia foi reconhecida pelos sucessivos governos brasileiros como um meio de aproximação com os países, em especial, os africanos, com os quais o Brasil compartilha laços históricos e culturais, embora existam outras motivações geopolíticas e econômicas que justificam a ligação desse país com a África. Assim como outros Estados, o Estado brasileiro sempre se preocupou em satisfazer as suas aspirações internas, criando laços internacionais de cooperação capazes de elevar o nível de competitividade das bases produtivas nacionais, e agregar mais consumidores para o mercado brasileiro.

Além da modalidade emblemática de captação de conhecimento e transição da tecnologia para industrialização, o Brasil possui muitos acordos de cooperação com os países africanos em áreas diferentes, entre eles destaca-se a energia, que é o principal objeto de pesquisa desta dissertação. A energia é considerada motor da sociedade, o seu abastecimento gera segurança energética, e isso é necessário para manter a economia de um país em ascensão. Segundo Johansson (2013), a energia é uma *commodity* inerente à sociedade. A segurança energética é um fator indispensável nas políticas internas e externas dos Estados. O que de grosso modo, significa dizer que, o desenvolvimento social e econômico de um país é altamente dependente dos recursos energéticos, sobretudo as energias de menor custo ambiental.

O tema da segurança energética começou a assumir posições de maior destaque nas políticas internas e externas dos países depois do primeiro choque do petróleo que o mundo enfrentou no ano 1973¹. Este evento fez com que a energia se constituísse ainda mais como um dos elementos essenciais para o bem-estar da humanidade, tendo as políticas de suprimento energético eficientes como uma peça indispensável para aumentar o nível do desenvolvimento econômico e uma boa vida aos cidadãos. Destarte, os Estados sentem-se no dever de fornecer a energia para a população e suas empresas de modo a garantir um bom funcionamento da sociedade. Neste contexto, a diplomacia emerge como meio para os Estados obterem a segurança energética através do suprimento necessário para suportar as

¹ Segundo Mommer (2004 *apud* FEITOSA, 2018), a crise do petróleo de 1973 foi resultado de uma guerra política e econômica dos países Árabes (Egito, Síria e Jordânia) contra Israel, que culminou na diminuição da exportação do petróleo árabe para outros países, sobretudo, os países aliados de Israel. Entretanto, a falta de suprimento do petróleo no mercado internacional altamente dependente do petróleo árabe, a demanda por este commodity ficou mais expressivo, conseqüentemente o preço de petróleo ficou muito alto gerando, assim, uma inflação incontrolável que ficou conhecida mundialmente como “crise do petróleo”.

atividades que desenvolvem nos seus territórios, como também expandir sua área de atuação externa baseada na cooperação no setor de energia.

Portanto, é importante estudar a dinâmica das Políticas Externas Brasileiras voltadas para energia, pois a energia constitui um dos principais temas de debates nas relações internacionais, especialmente na área da economia política internacional e a segurança internacional, não só pelo seu valor econômico, mas também pelo bem que causa a sociedade (por ser contribuinte indispensável do desenvolvimento), e pela catástrofe que pode causar ao meio ambiente quando das suas externalidades negativas desde a sua produção até o consumo final. E este estudo traz dados das relações energéticas do Brasil com os países da África que, ainda não foram vistas nas obras dos autores que pesquisam a diplomacia energética brasileira neste continente.

O objetivo desta dissertação consiste em compreender as questões energéticas dentro da Política Externa Brasileira para África, entre os anos de 1990 e 2022, à luz dos acordos firmados entre Brasil e os países africanos. Os objetivos específicos consistem em: (1) análise geral da Política Externa Brasileira para o continente africano do ponto de vista de aproximação e distanciamento; (2) análise da trajetória de acordos estabelecidos durante os diferentes governos presidenciais brasileiros, desde aspectos como a cronologia, parceiros, recursos energéticos, objetivos e interesses envolvidos; (3) entender como as questões ambientais são tratadas na relação energética Brasil-África. Com isso, será possível caracterizar melhor a execução da Política Externa Brasileira no continente africano voltada à promoção da segurança energética nacional e internacional.

No que diz respeito às questões energéticas, o continente africano se configura como uma região estrategicamente potente em recursos energéticos. Em decorrência disso, em dados momentos, sobretudo durante os dois períodos de choque do petróleo (1973 e 1979), os recursos energéticos foram contemplados como elementos de motivação para cooperação do Brasil com países africanos. Portanto, torna-se importante elucidar como é que os países estavam inseridos nessas crises, e como é que são feitas as articulações para a segurança energética nesta conjuntura.

Por outro lado, existem debates sobre a segurança internacional atrelado às fontes energéticas, que ocorre em torno das trocas de matrizes não renováveis para renováveis, de modo a ganhar energia mais limpa com vista a causar menos danos ao meio ambiente, como o aquecimento global, gases de efeito estufa, entre outros. Na realidade, concebe-se, que estas

mudanças são indispensáveis para livrar-se dos danos colaterais que o meio ambiente pode causar à humanidade. E este estudo irá nos ajudar a evidenciar, por exemplo, qual é a fonte predominante na relação Brasil-África. Além disso, procurou-se evidenciar a existência de comprometimento com a dimensão ambiental da segurança energética nos acordos entre ambas as regiões.

É de salientar que o Brasil possui uma ligação histórica e cultural muito forte com a África derivada de eventos históricos do tráfico dos escravizados e processos coloniais semelhantes. Em vista disso, o marco histórico derivado da invasão colonial é considerado um dos motivos fundamentais para que as nações africanas se tornassem parceiros políticos e econômicos importantes do Brasil dentro da arena internacional.

A África possui pouco mais de 30 milhões de quilômetros quadrados de extensão territorial, e é considerado o terceiro maior continente do mundo, ocupando um quarto da superfície do planeta terra, correspondente a 22,5% das terras do globo. Nela estão presentes inúmeros recursos naturais, entre eles, destacam-se petróleo, cromo, diamante, ouro, madeiras e platina, além disso, possui também terras propícias para agricultura (OLIVEIRA, 2015). Isso faz com que grandes potências e países emergentes procurem estabelecer relações comerciais e econômicas com os países do continente africano.

Entretanto, os recursos naturais africanos que deveriam ser motivo do desenvolvimento deste continente, em dados momentos, tornaram-se obstáculos para o seu desenvolvimento. Muitos países não se desenvolveram devido às constantes instabilidades políticas e por causa de guerra pelo poder, detenção das riquezas para um determinado grupo de pessoas, que lutam pela apropriação de renda em detrimento do bem-estar da nação. O fato que atrai o investimento externo diretos de várias empresas multinacionais e, atuação dos Estados imperialistas na região, muitas vezes com intuito de acumular o capital por via espoliação, tendo em conta à vulnerabilidade e a falta de governança dos países subdesenvolvidos deste rico continente (HARVEY, 2005). Desta feita, a exploração de mão de obra barata, exploração excessiva das matérias primas e a expatriação de mais-valia são feitas em grande escala nos países mais vulneráveis do continente.

De acordo com os dados da ONU, a África possui pouco mais de um bilhão de habitantes, com diferentes grupos étnicos, religiões, culturas e alinhamentos políticos, que vivem e convivem dentro dela (ROSI, 2011). Estas diversidades revelam a riqueza cultural

concentrada numa só região. No entanto, as mesmas também constituem os motivos de conflitos e constantes guerras civis vividas em algumas regiões do continente.

Alguns países africanos vivem em constante conflito político e militar que atrofia o processo desenvolvimentista deste continente. Conseqüentemente, estes Estados ficam reféns das finanças externas para mitigar os problemas internos das infraestruturas, educação, saúde, etc. Estas verbas são adquiridas através do que é denominado de “ajuda solidária”, ou por via de cooperação envolvendo a exploração dos recursos naturais, onde a África disponibiliza suas riquezas em estado bruto em troca da resolução de algum problema que assola a região, como por exemplo, o saneamento básico e transferência/capacitação para desenvolver as tecnológicas. Neste âmbito, o Brasil se destaca como um dos principais parceiros de cooperação dos países africanos, dado aos números de acordos que possui com os atores africanos em diferentes setores: educação, saúde, infraestrutura, agricultura e energia.

Cabe ainda salientar que, a África é um continente com 54 países, e possui muitas organizações regionais cujos objetivos são de mitigar os problemas que afetam o continente, tais como: conflitos, guerras, instabilidade política e econômica, e, sobretudo, evitar a dependência dos países ocidentais. Entre estas organizações destacam-se: União Africana (UA); Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO); Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (Igad, África Oriental); Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC); União do Maghreb (UMA) (ROSI, 2011). Inclusive, algumas dessas organizações possuem acordos internacionais envolvendo a energia com o Brasil.

Levando em consideração tudo que foi dissertado até aqui, esta pesquisa parte da seguinte indagação: Como é que as questões energéticas movem a política externa Brasileira para África? A nossa hipótese pressupõe que as demandas energéticas contribuíram para a direção da diplomacia energética para África, devido aos potenciais recursos energéticos que este continente dispõe. E, os governos que mais se aproximaram da África tiveram maior número de acordos com os países africanos do que os que se distanciaram por intermédio das suas políticas externas, a qual prioriza as relações com os países do ocidente, nomeadamente os EUA e a UE.

Por conseguinte, foi elaborado um plano metodológico que permite chegar a uma ilação convincente. Destarte, reservou-se a próxima sessão para situar melhor o leitor sobre os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento deste estudo.

Procedimentos metodológicos e o desenvolvimento de pesquisa

Tal como foi citado na introdução, o presente trabalho tem como objetivo fazer análises da relação do Brasil com o continente africano em matéria energética com base nos acordos firmados entre 1990 e 2022. Usando a teoria da interdependência das relações internacionais, para demonstrar como são feitos os acordos na área da energia.

Com isso, busca-se demonstrar um aspecto relevante da diplomacia energética do Brasil no continente africano, que consiste em analisar a trajetória desses acordos e o que eles revelam para o estreitamento da relação Brasil e África no campo da energia e da cooperação internacional para o desenvolvimento.

Ao longo da pesquisa, procurou-se analisar a Política Externa Brasileira para África com intuito de descobrir quais foram os lugares da África nas políticas externas dos sucessivos governos que passaram pelo Brasil, incluindo nas questões relativas à segurança energética. Para isso, fez-se uma análise que demonstra em que medida as relações do Brasil com este continente dependem, não só da conjuntura internacional ou da demanda interna pela energia, mas também da relevância histórica e cultural dada à região africana na política externa dos governantes que passaram no país. Em decorrência disso, fez-se análise geral da Política Externa do Brasil para África de modo a entender como ela se relaciona com o desempenho da diplomacia energética no continente africano, usando as seguintes dinâmicas: distanciamento e aproximação.

Com esse propósito, fez-se uma pesquisa bibliográfica e uma análise documental, por intermédio dos discursos, relatórios internacionais, livros, artigos acadêmicos, dissertações, teses que abordaram a Política Externa Brasileira para África, e suas relações políticas e comerciais, sobretudo no circuito da energia.

O levantamento dos materiais acima citados foi feito nas plataformas digitais como, Scielo, Google Acadêmico, Revista Conjuntura Internacional, entre outros. No total, conseguiu-se ter acesso a setenta (70) produções acadêmicas que abordam sobre a Política Externa Brasileira. Estas foram organizadas no Excel, separadas por temas, como por exemplo: 1- as produções que dissertam sobre a Política Externa Brasileira foram separadas em uma aba; 2- As que abordaram sobre Política Externa Brasileira para África; 3- as produções que analisaram especificamente a relação Brasil-África em matéria energética, também foram registradas em uma aba diferente. Entretanto, foram selecionadas quarenta bibliografias para produzir o primeiro e o segundo capítulo. Vale salientar que, no segundo

capítulo também, fez-se às abordagens conceituais sobre a segurança energética, diplomacia energética, e a caracterização dos recursos energéticos da África.

Para completar, foi feita através de uma pesquisa exploratória e descritiva dos dados registrados na plataforma Concórdia, banco oficial de dados do Ministério das Relações Exteriores. Este sistema compreende os dados dos acordos celebrados pelo Brasil na sua relação com outros atores internacionais. O Concórdia constitui, assim, um sistema que permite ter acesso aos documentos e extrair informações da atuação do Brasil na arena internacional.

Vale salientar que, a presente dissertação usou outro banco de dados fruto de pesquisa do Grupo de Estudos sobre Segurança Energética – Gesene vinculado ao Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Paraíba. Porém, o objetivo do Gesene é mais específico que o do Concórdia. Visto que o Gesene sistematiza apenas os dados dos atos do Brasil em matéria de energia, não só com os países da África, também engloba o resto dos continentes. A pesquisa desenvolvida pelo Gesene resultou na criação de uma plataforma web de registro, monitoramento e análise dos acordos do Brasil na área de energia, cujo nome é Enetrix – Energy Treaties Matrix (gesene-dev.ufpb.br). Esta ferramenta também foi de fundamental importância para a pesquisa apresentada neste texto.

No trabalho desenvolvido pelo Gesene, fez-se um levantamento de dados da Concórdia, e foram organizados no Excel com todas as informações² dos acordos em matéria energética celebrados pelo Brasil. Para isso, foram baixados os documentos dos acordos energéticos, através dos quais se fez uma análise exploratória dos dados, e são estes dados que foram usados para desenvolver este trabalho e obter os resultados que vão ser apresentados no decorrer desta dissertação. Além disso, o Enetrix foi utilizado como ferramenta de pesquisa para confirmação e complementação do estudo, devido às funcionalidades que possui.

Convém enfatizar que, os dados sistematizados no banco de dados do Gesene contêm informações que foram extraídas dos documentos e foram analisados detalhadamente, destacando as 12 seguintes variáveis: data em que os acordos foram assinados, tipos de parceiros, tipos de acordos, títulos dos acordos, signatários, região dos parceiros, local da

² O banco dados da Gesene contém informações sobre atos internacionais energéticos do Brasil com o continente africano, tais como: A data em que os atos foram feitas, nomes e cargos das figuras assinantes dos atos, Países e as regiões em os atos foram feitas, tipos e temas dos atos, matrizes e recursos contemplados nos atos.

assinatura, objetivos dos acordos, recursos energéticos envolvidos nos acordos, matrizes energéticas envolvidas e tipos de documentos dos acordos energéticos.

Entretanto, para desenvolvimento desta dissertação, foram selecionadas as duas (2) seguintes variáveis: 1- a data dos acordos para analisar a sua evolução por ano e números dos acordos e governos, 2- tipos de matrizes energéticas citadas e quantificadas. São a partir destas informações que foram produzidas as análises acerca da diplomacia energética brasileira no continente africano.

Para tanto, foi usado o método de análise do conteúdo dos documentos. Entende-se por análise do conteúdo um conjunto de técnicas de análise de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de mensagens em determinado documento. Ela é baseada numa interpretação controlada da dedução para tirar possíveis ilações por detrás das comunicações ou outros tipos de dados qualitativos e quantitativos dentro de um documento (BARDIN, 1997; BARDIN, 2011).

O método de análise do conteúdo é composto por três seguintes fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. A primeira diz respeito à seleção dos documentos que serão analisados; a segunda é a fase da exploração do conteúdo do documento; a terceira é uma fase de interpretação dos dados, isto é, demonstrar como é que as informações extraídas se relacionam (BARDIN, 2011). Nessa dissertação, tais informações foram usadas para relacionar o desempenho no abastecimento da energia com a política externa do Brasil para a África.

A dissertação dividiu-se em três capítulos, além da introdução, a parte metodológica e a conclusão. No primeiro capítulo abordou-se sobre a política externa brasileira para a África, analisando os alinhamentos políticos de cada governo desde 1990 a 2022. Segundo capítulo, é dedicado a um estudo sobre a diplomacia energética, onde vão ser apresentados os resultados dos levantamentos dos dados dos acordos energéticos bilaterais e multilaterais feitos pelo Brasil com os atores africanos, com o intuito de demonstrar como é que estes acordos foram importantes para diplomacia energética do Brasil para África, e no terceiro capítulo foram analisadas as questões da segurança energética nas relações energéticas entre ambas as regiões.

Para terminar, é pertinente ressaltar a relevância dessa pesquisa. A ideia desta dissertação surgiu através de um grupo de pesquisa, já mencionado em diversas partes desse trabalho, a Gesene. O mesmo teve missão internacional de pesquisa no Conselho de

Segurança da ONU, em Nova York, entre 11 e 20 de julho de 2022. Cujo um dos objetivos era acompanhar início de operações de *Software* na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas³. Isso justifica a grandeza desse trabalho e a contribuição que ele pode proporcionar à diplomacia brasileira,

Ademais, dada à importância dos recursos energéticos para o desenvolvimento de um país e para o bem-estar da humanidade, o presente trabalho torna-se importante, por que se dedicou a identificar e analisar as fontes energéticas estabelecidas na relação Brasil-África, com vista a entender como é que as questões ambientais estão sendo levadas em consideração. Além disso, muitas pesquisas sobre a diplomacia energética não trataram de forma profunda as informações disponíveis nos acordos energéticos do Brasil com o continente Africano, tal como debruçamos neste trabalho.

³ Estas informações podem ser verificadas no site da Universidade Federal de Paraíba em: <https://www.ufpb.br/ufpb/contents/noticias/site-da-onu-destaca-projetos-de-pesquisa-das-universidades-federais-da-paraiba-e-de-pernambuco>

1º CAPÍTULO

LUGAR DA ÁFRICA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA (1990-2022)

A busca pela energia e a diversificação dos parceiros na dinâmica das relações internacionais têm como finalidade atingir um nível mais alto de desenvolvimento, e isso traz a necessidade de compreender a ligação entre o Brasil, África, energia e o desenvolvimento (OLIVEIRA, 2015). Sendo assim, torna-se importante entender como ocorre o diálogo entre os objetivos da Política Externa Brasileira para África e a busca pela segurança energética. Até porque os acordos internacionais, não só em matérias energéticas, são instituídos por via da política externa.

Em decorrência disso, fez-se uma análise histórica da Política Externa Brasileira para África (1990-2022), e assim, procurou-se demonstrar como é que a energia e o continente africano aparecem-na como estratégia para o desenvolvimento. Tal como mostra Ribeiro (2015), existe uma vinculação entre a estratégia nacional desenvolvimentista e incentivo para fortalecimento do setor energético. Algo que vamos confirmar ao longo das nossas abordagens sobre as relações diplomáticas e energéticas entre o Brasil e os países da África.

Os primeiros contatos do Brasil com o povo africano começaram por intermédio dos eventos históricos que marcaram o mundo, entre eles, destacam o tráfico transatlântico de escravizados e a colonização. Estes eventos fecundaram na sociedade brasileira a miscigenação e a multiculturalidade, que liga intrinsecamente este país com o continente africano. Ligação essa, que hoje se manifesta nas mais profundas estruturas socioculturais, através das denominadas identidades afro-brasileiras, bem como no âmbito político e econômico. Entretanto, estas relações vêm sendo reforçadas através das relações diplomáticas e econômicas entre o Brasil e a grande parcela dos países africanos. Não obstante, ambas as nações já tiveram momentos de maiores aproximações e de afastamentos, a depender dos interesses dos governos e da própria influência da conjuntura internacional.

Atualmente, o continente africano é formado por 54 países independentes, com a soberania que os asseguram os plenos direitos de participar em eventos internacionais de forma autônoma, incluindo de estabelecer cooperação com outros países, a exemplo do Brasil, demarcado como objeto de estudo desta dissertação. Nesse sentido, a nossa pesquisa discute as relações entre Brasil com o continente africano como um todo. Vale salientar que, esta pesquisa não pretende debruçar a relação do Brasil com cada país da África, muito pelo

contrário, ela pretende trazer um olhar do Brasil para África como um mercado geoestratégico nos meandros da sua política externa.

1.1 Abordagens conceituais sobre a Política Externa

Antes de adentrarmos nas abordagens sobre relação Brasil-África, especialmente no que tange ao lugar da África na Política Externa Brasileira, fez-se uma breve abordagem ontológica e epistemológica sobre a política externa. É importante desvendar este conceito para que se consiga ter uma visão ampla sobre o que vai ser explanado nos próximos capítulos. Pois o sistema energético no âmbito internacional é influenciado pela conjuntura sociopolítica e econômica no plano doméstico, que repercute substancialmente nas estratégias da política externa dos Estados nas suas relações com outros atores internacionais.

A política externa é definida por Oliveira (2015) como um instrumento político que visa ampliar o poder de um ator internacional, e é através dela que diversos atores (Estados, empresas, ONG, etc.) que compõem o sistema internacional procuram resolver os seus problemas internos. Pinheiro (2004) também exalta a multiplicidade de agentes no âmbito da política externa quando afirma que se trata de “um conjunto de ações e decisões de um determinado ator, não necessariamente o Estado, pode ser uma organização internacional, corporações multilaterais”. Portanto, a política externa neste trabalho, vai ser concebida primordialmente, como um instrumento político usado por um determinado Estado na sua relação com outros Estados, e outros atores internacionais governamentais e não governamentais, visando ampliar o seu poder na arena internacional, com vista a tornar suas ambições mais possíveis em diferentes setores do desenvolvimento.

Portanto, a política externa é uma área abrangente cujo enfoque inclui diversas áreas, de modo que, o processo da sua formulação e decisões exige a participação de diversas burocracias domésticas na conjugação das ideias para atender as demandas internas (FREIRE e VINHA, 2022). Destarte, torna-se importante referenciar o autor Christopher Hill, em nome da sua obra intitulada *The changing politics of foreign policy*, publicado em 2003, na qual ele argumenta que a política externa não deve ser separada da política doméstica. E que a mesma não pode ser restringida a um papel essencialmente do Estado, pois a sua formulação requer um diálogo entre diferentes setores do Estado e diferentes atores domésticos, tais como: Empresas, Movimentos Sociais, Opinião Pública, entre outros.

Na mesma ótica, Hudson (2007) defende a necessidade de reconhecer a importância da integração e consulta dos diferentes atores internos para que se consiga ter sucesso no exercício dos interesses nacionais dentro do jogo das relações internacionais. Uma vez que os seus objetivos consistem em procurar na arena internacional, as soluções para diferentes problemas no âmbito doméstico, que afetam o processo desenvolvimentista de um Estado, como por exemplo: educação, saúde, economia, etc. Conquanto, para fins de desenvolvimento da nossa pesquisa, optamos por considerar o governo/Estado o principal ator na tomada de decisão e como único executor da política externa. Fato que demonstra o nosso cunho à visão realista das relações internacionais nas abordagens desta dissertação.

Alguns pensadores das relações internacionais, como Morgenthau (2003) e Aron (2002), entendem que a política externa é um elemento que pertence essencialmente ao Estado. Esta premissa é fortemente baseada na ideia tradicional dos realistas, que alega que o Estado é o único ator das relações internacionais, o que significa que, ele é o protagonista da política externa, ou seja, é o único ator a tomar decisão sobre a condução da política externa.

Outra obra importante para os estudos da política externa e o seu processo de tomada de decisão, é o trabalho do Graham Allison, intitulado *Essence of decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*, publicado em 1971. Nesta obra, o autor desenvolveu três modelos de tomada de decisão na política externa: 1- modelo de ator racional, que diz respeito ao resultado de uma escolha racional, isto é, a avaliação de ônus e bônus das alternativas que se apresentam. 2- Modelo organizacional que pressupõe que a definição da política externa de um governo é feita a partir dos processos organizacionais de diferentes setores que compõem um governo. 3- Modelo governamental considera que a política externa é formada a partir das negociações do governo com diferentes atores domésticos, que também contribuem com as suas opiniões para a formulação e implementação da política externa.

Nota-se que existem diferentes modelos de definição da formulação e tomada da decisão de uma política externa. Cabe a cada governo escolher o modelo que lhe traz melhores resultados para a pressão dos problemas internos que se pretende mitigar, e que lhe permita maximizar os seus ganhos internacionais. Nesta análise, vai ser adotado o modelo de ator racional como um método para entender o comportamento dos sucessivos governos brasileiros em suas relações com os países da África. Pois ele se relaciona com o viés realista que concebe o Estado como um ator monolítico e unitário na formulação e execução da política externa.

O modelo de escolha racional para conformação e definição das agendas da política externa demanda quatro etapas: 1) identificação dos interesses nacionais; 2) identificar as opções; 3) analisar custos e benefícios das opções; 4) escolher a melhor opção que serve os interesses nacionais. Isso implica que, neste modelo, o Estado age em prol dos seus objetivos claramente definidos, com o raciocínio que lhe permite ordenar as suas opções e preferências, e maximizar a sua utilidade avaliando perdas e ganhos das suas decisões na arena internacional (FREIRE e VINHA, 2022; MINTZ e DEROUEN JR, 2010).

Mintz e De Rouen são, também, autores que enaltecem a importância da análise de política externa a partir do modelo da tomada de decisão. Segundo estes autores, esta técnica ajuda a “identificar padrões de decisão únicos e genéricos, além de gerar entendimentos sobre os estilos e personalidades de liderança que não podem ser revelados através de uma abordagem sistêmica à política externa” (MINTZ e DE ROUEN, 2010, p.5).

Por outro lado, compreende-se, que as estratégias e decisões da política externa dependem dos objetivos e preferências de cada Estado, e os mesmos podem ser alterados de acordo com as características peculiares de cada governo. Octávio (2011), em seu livro intitulado “De Dutra a Lula: a condução e determinantes da Política Externa Brasileira” traz diferentes variáveis de análises e os fatores que determinam a condução das políticas externas, entre eles destacam a conjuntura política interna e externa. Segundo este autor, as preferências de ações e o desempenho dos Estados podem ser afetados pelas conjunturas políticas internas (regime político, ideologia dos presidentes, crise política e econômica) e conjuntura política externa (guerra, crise política e econômica global), fazendo com que os Estados adotem um novo comportamento ou política que serve mais os interesses nacionais, considerando as informações que detém das opções.

No caso especificamente do Brasil, além dos pensamentos divergentes dos governos, em dados momentos, a conjuntura doméstica e internacional influenciaram as diretrizes das políticas externas que foram refletidas no distanciamento/aproximação diplomática com os atores do continente africano. Alguns governos depararam com determinadas pressões políticas internas, como por exemplo, durante o mandato de Dilma houve intempéries políticas de pedido de *impeachment* e a crise internacional provocada pelos conflitos denominados de “primavera árabe”, à qual estendeu até meados do governo do Temer, provocando a instabilidade das articulações destes presidentes nas relações internacionais.

Posto isto, é importante ter a ciência de que existem lideranças com circunstâncias e interesses diferentes, e concepções diversas das dinâmicas internacionais que, às vezes,

justificam continuidades, recuo e ajustes da sua política externa. Neste caso, a racionalidade de cada governo é feito por intermédio de cálculo de custo e benefício, procurando entre as diferentes alternativas a melhor forma de atingir os seus objetivos. Estas avaliações serão percebidas nas abordagens seguintes, nas quais procuramos situar a posição do continente africano dentro da Política Externa Brasileira entre os anos 1990 e 2022.

1.2 Relação Brasil-África nos primeiros anos pós-guerra fria (1990-2003)

No ano 1990, precisamente no governo do Collor de Mello (1990-1992), a política externa para África que vinha perdendo relevância em governos anteriores, fundamentado num discurso de que não agregava quase nada à economia brasileira, o que, conseqüentemente, diminuiu seus espaços na política externa do *Itamaraty* em detrimento dos Estados Unidos. Segundo Pimentel (2000) este governo voltou à raiz do alinhamento aos ideais estadunidenses, concomitantemente, procurou avançar a relação do Brasil com os países asiáticos, e aprimorou a integração regional através do Mercosul.

Mourão (2006) assegura que o distanciamento na relação Brasil-África foi a consequência da crise de 1990 e a abertura do mercado que levou o Brasil a ter nova postura econômica comercial em que a África não seria mais um parceiro ideal para a cooperação. Pois alguns países do continente atravessavam uma instabilidade política incontrolável e não apresentavam indícios de benefício econômico para o governo brasileiro. Ou seja, não era conveniente a aproximação. Eis que, o Brasil precisava de um plano emergencial para reinserção internacional, e isso só era possível caso alinhasse com os países mais desenvolvidos. Por isso, o Collor decidiu se afastar dos Estados do Terceiro Mundo para construir alianças cooperativas com as nações desenvolvidas. Além disso, o Brasil não apresentava a insegurança energética que, outrora, constituiu o motivo da aproximação deste país com o continente africano (OLIVEIRA, 2005).

Nesta época, os intercâmbios Brasil-África diminuíram significativamente, e os discursos culturalistas que colocavam a relação do gigante da América Latina com o continente africano como uma mera consequência dos contatos históricos derivados do tráfico de escravos que juntavam estes dois povos, começaram a receber críticas dos intelectuais africanos e brasileiros que acompanham ou acompanhavam atentamente a relação Brasil-África (SARAIVA,1996; FERNANDES, 2012).

Após o *impeachment* de Collor, sucedido por Itamar Franco (1992-1994), que apesar de delinear uma política de caráter universalista, decidiu não rotular a sua política externa. Era uma política externa sem alinhamentos, sem hierarquia dos parceiros, guiada apenas pelos interesses do povo brasileiro (OLIVEIRA, 2005). Neste governo observou-se uma leve retomada da relação do Brasil com o continente africano. Em 1993 foi lançada a proposta da criação de CPLP (Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa), e uma insistência em criar a Zona de Cooperação do Atlântico Sul, assim como houve várias participações do Brasil em missões humanitárias no continente africano, especificamente em países como: Angola, Moçambique, Ruanda, Libéria e África do Sul (ROSI, 2011).

De grosso modo, o governo Itamar procurou diversificar as possibilidades da cooperação, dando atenção tanto para os países desenvolvidos, como para os países emergentes em que se destacam a China, Rússia, África do Sul e Índia. Já nos dois mandatos Fernando Henrique Cardoso--FHC (1995-2003), a sua política externa rotulada “autonomia pela integração” (LAPREIA, 1998), retomou o alinhamento aos países desenvolvidos, priorizando sua relação com EUA e UE, distanciando assim, da relação com o continente africano que estava sendo retomada por Itamar Franco, mesmo que de forma tímida. Na verdade, o único evento marcante do governo de FHC em relação à África foi a consolidação da CPLP em 1996 (ROSI, 2011).

Conclui-se que a Política Externa do Brasil para África depois da Guerra Fria (1947-1991), foi marcada pela descontinuidade, apesar de uma tênue retomada durante o governo de Itamar Franco. Vale lembrar que, nesta época, o mundo atravessava por uma crise econômica que afetou mais o continente africano devido à falta de estrutura e constantes instabilidades políticas, e isso fez com que o mercado africano tornasse menos atrativo. Tanto Collor, como Fernando Henrique não viram em África uma potencialidade econômica que possa beneficiar o Brasil, e por isso, estes governos optaram por construir vínculos com os países do primeiro mundo, nomeadamente EUA e UE.

1.3 Relação Brasil-África no mandato de Lula (2003-2011)

Na maior parte dos governos anteriores a potencialidade do continente africano foi negligenciada e afastada dos planos da política externa pelos sucessivos governos brasileiros. No entanto, este cenário mudou durante os dois mandatos do Lula da Silva (2003-2011), visto que este Presidente retomou a Política Externa Brasileira para a África, com maior

profundidade, proporcionando vários intercâmbios comerciais, políticos e culturais com o continente africano (SARIVA, 2006), guiada pelo espírito do *Bandung*⁴ na perspectiva da cooperação Sul-Sul e sob uma ideologia pós-colonial.

Lula se tornou o Presidente brasileiro que mais desenvolveu políticas voltadas para os países africanos, dado que assegurou uma política externa independente sem nenhum alinhamento definido às grandes potências mundiais. De modo geral, este governo tentou evitar as dependências, procurando diversificar as possibilidades e intensificar a Cooperação Sul-Sul, aproximando-se dos países emergentes como China, Rússia, África do Sul e Índia (GUSMÃO, 2007).

Em seu primeiro mandato (2003-2006), Lula visitou quatorze (14) países do continente africano, este número chegou a vinte e quatro (24) visitas em seu segundo mandato (2007-2011), tornando-se o Presidente brasileiro que mais visitou África durante o mandato (ROSI, 2011). Em contrapartida, o governo brasileiro recebeu representantes de 48 países africanos. No mesmo período, o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim visitou 30 países africanos (FERNANDES, 2012).

Vale salientar que estas visitas não visavam obter resultados imediatos, ela ilustrava apenas a vontade do governo brasileiro em estreitar laços com o continente africano, assim como esclarece o chanceler Celso Amorim, citado por Leite (2011 p. 180).

Não se trata de viagens para obter resultados em curto prazo, ainda que, sob a ótica econômica, a África representa um mercado importante. (...) Além do componente econômico-comercial, está-se buscando fortalecer um vínculo político com uma região do mundo à qual nos unem afinidades culturais e laços históricos.

Nota-se que a relação do Brasil com o continente africano ultrapassa as questões de pragmatismo econômico e comercial, quer dizer, era pautada em uma troca solidária entre duas nações que têm laços históricos e culturais em comum. Inclusive, o Presidente Lula deixou isso claro no seu discurso aquando da sua primeira viagem para cinco países africanos (Moçambique, África do Sul, São Tomé e Príncipe e a Namíbia). Onde não só demonstrou os compromissos morais com os países africanos, mas também o fortalecimento da relação com os países da língua oficial portuguesa.

Tenho dito que o estreitamento das relações com a África constitui, para o Brasil, uma obrigação política, moral e histórica. São muitos os laços que nos unem ao

⁴ O espírito de *Bandung* diz respeito a uma ideologia planejada pelos países do *Movimento dos Não Alinhados* (ou países do sul global) concedido durante a Conferência de Bandung em 1955. Significa um espírito de luta pela autodeterminação dos povos, e não alinhamento a nenhuma potência mundial que lutava pela implementação de um determinado regime.

continente africano, em especial, aos países africanos. Compartilhamos não apenas ligações étnicas e culturais, mas, também, o anseio de garantir o desenvolvimento econômico e bem-estar dos nossos cidadãos. [...] O Brasil, como país de língua portuguesa economicamente mais forte e mais rico, precisa fazer gestos mais concretos [...] (GUSMÃO, 2007, p.166).

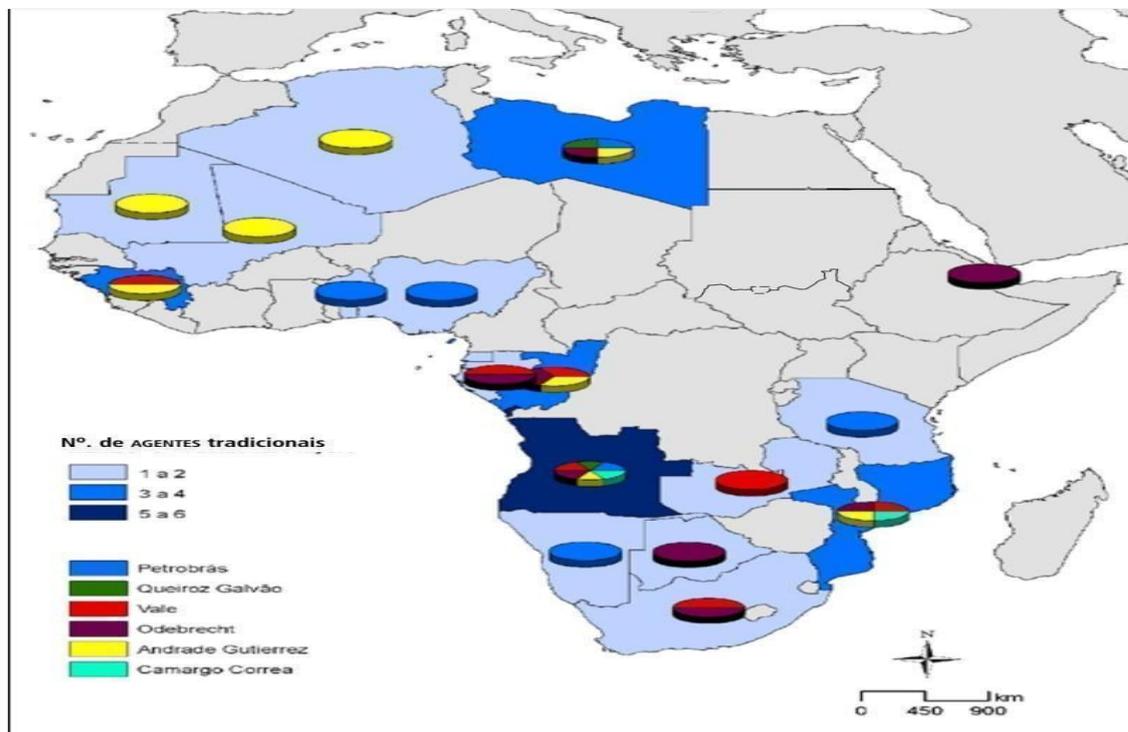
Leite (2011) argumenta que a vertente culturalista integrada nas diretrizes da política externa do Lula é diferente daquela expressada no ano sessenta, pois essa atual demonstra uma afeição para o povo africano e uma necessidade de compensar a dívida da escravidão. O respeito e admiração ao povo africano foram demonstrados publicamente por Lula numa mensagem à África, feita em agosto de 2003.

Nós sabemos que a sociedade brasileira foi construída com o trabalho, com o esforço, com o suor e com o sangue de uma grande parcela de africanos, que eram cidadãos e cidadãs livres na África e se tornaram escravos, para poder prestar serviços no meu país e em outros países. A forma mais correta de retribuirmos o sacrifício que os africanos tiveram é estabelecer a mais perfeita política de harmonia com a África. [...] E essa relação que o Brasil pretende manter com os países da África não é uma relação de um país imperialista com vocação de hegemonia [...] (GUSMÃO, 2007 p. 158).

O resultado dessas trocas de visitas entre os países africanos e o governo do Brasil foi notado a partir do aumento dos números de embaixadas brasileiras no continente, e o aumento dos números das embaixadas africanas no território brasileiro. No início do século XXI, o Brasil só tinha 17 embaixadas na África, este número aumentou significativamente durante os dois mandatos do Lula, que aumentou as embaixadas e missões diplomáticas para 37. Do mesmo modo, as embaixadas africanas em solo brasileiro cresceram para 34 comparando as 16 existentes antes da eleição do Lula em 2003 (SARAIVA, 2012).

Durante a gestão do presidente Lula, o Brasil não só ampliou a presença política e cultural do país no continente, mas também facilitou o comércio bilateral e a presença das empresas brasileiras no continente africano, como Petrobrás, Camargo Corrêa, Odebrecht, e entre outras empresas que atuam na área da energia e mineração. Portanto, é concebível afirmar que o Lula foi o Presidente que mais estreitou a relação Brasil-África (ROSI, 2011). Esta estratégia deste governo visava elevar o perfil internacional do Brasil dentro das relações internacionais, de modo a possibilitar o acesso ao mercado, e o maior rendimento econômico das empresas brasileiras para, assim, garantir maior influência em foros internacionais (OLIVEIRA, 2015). A figura abaixo ilustra a expansão das empresas brasileiras no continente africano um antes do fim do segundo mandato do Lula.

Figura 1: ilustra as empresas brasileiras que atuaram na África em 2010



Fonte: IPEIA, 2011.

No início do mandato, em 2003, o comércio com os países africanos tinha US \$5 bilhões, e em 2008 atingiu US\$ 25 bilhões, e sofreu uma queda para US\$ 20 bilhões em 2010. Neste período, as exportações do Brasil para o continente africanos saiu de US\$ 2,9 bilhões para US\$ 9,2 bilhões, e as importações saíram de US\$ 3,2 bilhões para cerca de US\$ 11, 2 bilhões (OLIVEIRA e MALLMANN 2020).

Entretanto, Lula procurou restabelecer a importância do continente africano na Política Externa Brasileira, não só nos aspectos étnicos e culturais, mas também nos aspectos econômicos e comerciais. Durante o seu mandato, segundo Oliveira e Mallmann (2020), 50% dos projetos de desenvolvimento do Brasil que eram gerenciados pela ABC em 2009, eram destinados aos países africanos, e em 2010 os números de projetos aumentaram para 60%, totalizando mais de US\$ 22 milhões.

Durante o período que Lula esteve no poder (2003-2011), foram desenvolvidos 481 projetos de cooperação com os países africanos, sendo que 420 destes projetos foram concluídos antes do término do mandato. Leite (2011) evidencia os pontos positivos da reorientação da política externa para África durante o governo do Lula, como podemos ver na citação abaixo:

A estabilização política dos países lusófonos, com Angola e Moçambique, após décadas de guerra civil. 2- O fim da apartheid na África do Sul e o engajamento desse país no renascimento africano. 3- A intensificação da integração do continente, por meio de iniciativas, como a criação da União Africana e a Comunidade de Desenvolvimento para África Austral (SADC). 4- Crescimento econômico dos países como Namíbia, Botsuana, Nigéria e Argélia, sustentados pela elevação do petróleo e de minerais, as maiores fontes de renda dos Estados (LEITE, 2011, p. 179).

Não obstante, a política externa do Lula sofreu várias críticas internas, alega-se que o comércio Brasil-África corresponde à pequena percentagem do comércio internacional brasileiro, ademais, foi notado o déficit no comércio, fato que não justifica o esforço diplomático em direção ao continente africano. Ademais, alguns intelectuais brasileiros não apoiam a maior aproximação com os países africanos em detrimento dos E.U.A e U.E, e para eles foi uma estratégia menos inteligente, visto que os dois primeiros mercados são mais relevantes do ponto de vista econômico (ROSI, 2011).

Vê-se por outro lado, que ao aproximar da África de forma pragmática e ignorar as pautas dos direitos humanos, o governo brasileiro corre um grande risco das duras críticas dos cidadãos esclarecidos e veículos da comunicação que acompanham atentamente a condução da Política Externa Brasileira, e isto, pode pôr em causa a duração do mandato do Lula. Além disso, o Brasil correria o risco de ser comparado às grandes potências em suas práticas imperialistas (ROSI, 2011).

1.4 Relações Brasil-África durante o mandato de Dilma (2011-2016)

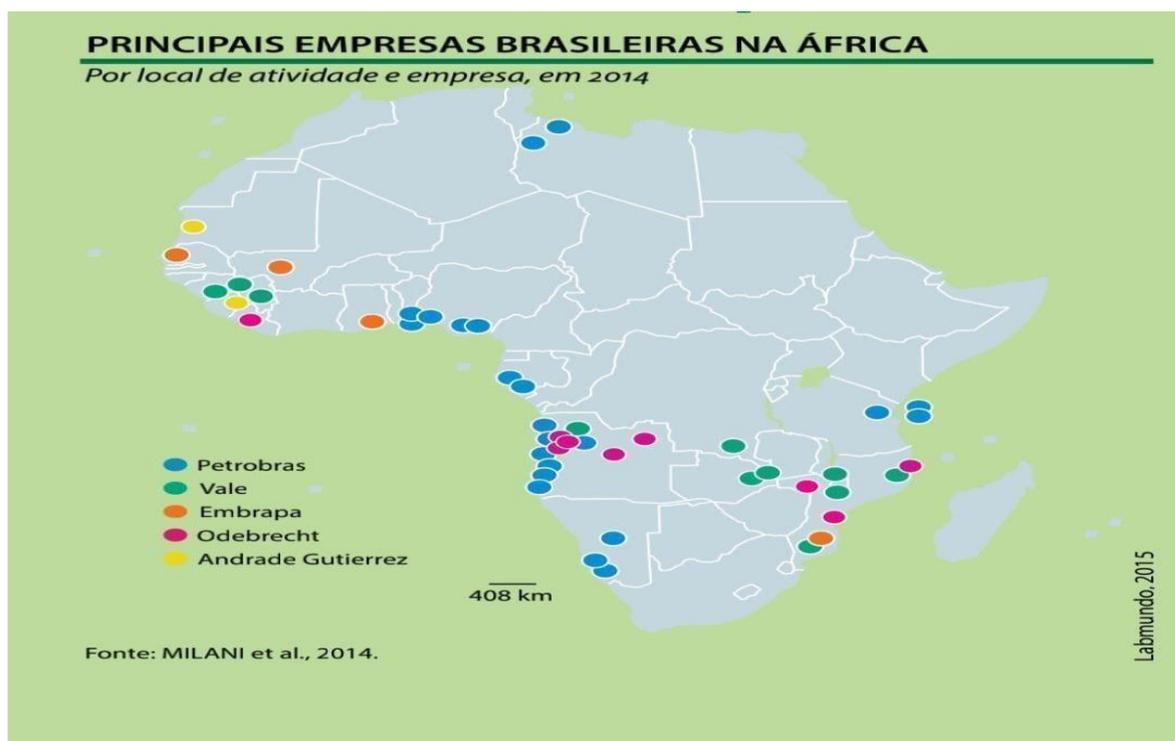
No governo da Dilma (2011-2016), esperava-se que a política externa para África se mantivesse no mesmo ritmo como foi no governo do Lula, em razão de que ambos os presidentes são do mesmo partido (PT) e partilham quase a mesma visão sobre a política internacional. Entretanto, a expectativa concretizou-se, o continente africano continuou a ocupar lugar de destaque na agenda da política externa brasileira, apesar da diminuição dos intercâmbios.

A queda dos intercâmbios Brasil-África começou a ser percebido nas reduções das viagens dos elementos do então governo para o continente africano. O Lula no seu primeiro mandato entre 2003 e 2005, visitou 14 países africanos, enquanto que, a Dilma no seu mandato entre 2011 e 2016 visitou apenas seis países da África (ROSI, 2011). De certa forma, a diminuição da presença do Brasil no continente africano insinua menos interesse ou

importância que este governo deu ao continente africano em comparação com o governo anterior (OLIVEIRA, 2015).

A presidenta Dilma criou apenas 16 projetos de desenvolvimento com os países africanos por meio de ABC, e deu continuidade a 61 projetos que foram desenvolvidos durante o mandato do Lula por via ABC, além de ter começado 156 outros projetos que não foram concluídos na sua gestão. No que tange ao comércio com o continente africano, Dilma chegou a levar o Brasil à marca de U\$S 27 bilhões, e a exportação U\$S 16 bilhões em 2012, passando a declinar por U\$S 8 bilhões em 2014, pior resultado desde 2009. Este fato fez com que, em 2016, o volume de comércio declinou para U\$S 12,4 bilhões, pior desempenho desde 2005 (ABC, 2019; OLIVEIRA, 2015). Assim como o Lula, Dilma também procurou expandir as áreas de atuação das empresas brasileiras no continente africano, como se pode notar na figura a seguir.

figura 2: ilustra as empresas brasileiras que atuavam na África em 2013



Fonte: MILANI et al.,2014

De modo geral, pode-se considerar que existem mudanças de ajuste na Política Externa Brasileira para África durante o mandato da Dilma em comparação ao período em que o Lula administrava o país. Porque, de acordo com Herman (1990), a mudança de ajuste acontece quando um governo recém-eleito restringir o esforço de atingir um determinado

objetivo estabelecido por diretrizes da política externa do governo anterior, sem que haja mudanças nos objetivos.

No governo da Dilma houve a diminuição da intensidade dos fluxos de intercâmbios econômicos, culturais e comerciais na relação Brasil-África. Apesar disso, é plausível afirmar que houve continuidade da política externa para África do Lula no governo da Dilma. E vale salientar que, a conjuntura internacional daquela época não facilitou a condução da política externa da Dilma para África, já que, além das instabilidades políticas em alguns países africanos que inviabilizaram (como a primavera árabe, por exemplo) os projetos com o continente, a crise econômica mundial também afetou negativamente o desempenho deste governo na esfera internacional (MILANI, 2014). Além disso, Dilma teve que enfrentar as hostilidades internas, que culminaram com o *impeachment* da Presidenta em seu terceiro ano de mandato, e, foi substituída pelo Vice-Presidente Temer, através das prerrogativas consagradas pela constituição brasileira.

1.5 Relação Brasil-África no governo do Temer (2016-2018)

Após o *impeachment* da Dilma, entrou o Michel Temer como o substituto interino por ser Vice-Presidente do Brasil naquela altura. Mesmo com pouco tempo de governança, o então Presidente demonstrou a necessidade de reorientar a Política Externa Brasileira, assumindo novos rumos, novas estratégias e novos objetivos diferentes dos dois governos que o antecederam.

Com Michel Temer no poder (2016-2018), as pautas dos governos anteriores de Lula e Dilma foram substituídas, de maneira geral, pelo projeto neoliberal descrito como “uma ponta para o futuro” (ZIEBEL e MALLMANN, 2020 p. 140). Diferente das políticas externas dos governos anteriores em que a África tinha uma posição de destaque devido afeição aos laços históricos e étnicos que unem estas duas nações, no governo do Temer, a relação do Brasil com os países africanos envolvia a avaliação do custo e benefício, tal como foi expressa no discurso do então Ministro das Relações Exteriores José Serra.

[...] Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos (ZIEBEL e MALLMANN, 2020, p 141)

O pragmatismo econômico integrado em diretrizes da política externa do governo de Temer fez com que o então Presidente não desenvolvesse a diplomacia presidencial para África, tendo apenas duas visitas aos países africanos, uma a Cabo Verde e a outra à África do Sul relativa à BRICS em 2018. Enquanto isso, o então Presidente procurava estabelecer o seu maior vínculo com os EUA (OLIVEIRA, 2015).

Entretanto, vale salientar que, assim como Dilma, Temer também sofreu as hostilidades internas no âmbito político derivadas da destituição da Ex-Presidenta através do *impeachment* (algumas imprensas escoam como um ato democrático consagrado na Constituição, outras caracterizam como um golpe), e os desafios econômicos que o mundo enfrentava. Porém, isso não justifica o seu distanciamento com os países africanos, uma vez que esta posição foi uma escolha planejada do próprio governo.

Portanto, percebe-se, através dos discursos, que no governo do Temer a Política Externa Brasileira foi regida pelo pragmatismo econômico, isto é, a busca pelos ganhos econômicos e aumento dos campos de barganha. Neste contexto, a África entra apenas como uma possibilidade de mercado onde o Brasil pode expandir o seu negócio, e não uma prioridade como aconteceu nos governos do Lula e da Dilma.

1.6 Relações Brasil-África durante o governo do Bolsonaro (2019-2022)

O distanciamento da ligação do Estado brasileiro com os países do continente africano, que vinha sendo demonstrada a partir da gestão do Michel Temer, ficou mais aprofundado no decorrer do governo de Jair Bolsonaro. Com efeito, as ideias do isolamento dos atores africanos começaram desde o processo de campanha eleitoral ao mais importante cargo da nação, no ano de 2018.

Os debates das eleições que culminou com a vitória do Presidente Jair Messias Bolsonaro foram muito acirrados, não só pelas discussões dos projetos políticos antagônicos para o âmbito doméstico, mas também pelas ideias divergentes para orientação da Política Externa Brasileira durante os quatros anos que se aproximavam, as quais acentuam sobre as prioridades, estratégias e a postura que deverão ser adotadas perante os eventos internacionais.

Constatou-se, da mesma forma, a polarização da conjuntura política brasileira (esquerda vs direita), na qual o antagonismo entre os “Lulopetistas” e “Bolsonaristas”

marcaram o ambiente das disputas presidenciais. Num dos debates de apresentação das propostas, na medida em que Fernando Haddad, o candidato do partido da esquerda (PT) defendia a retomada das diretrizes da política externa do então do Presidente Lula da Silva (líder da esquerda brasileiro vinculado ao Partido trabalhador-PT), Bolsonaro (líder da direita brasileira) pleiteava para a mudança da Política Externa Brasileira, isto é, distanciar-se dos princípios petistas de conduzi-la (SCHERER, 2021). Enquanto, Haddad exaltava os ideais da globalização, Bolsonaro demonstrava ser anti-globalista, defendia o pragmatismo e alinhamento às grandes potências, especialmente aos Estados Unidos.

Durante as campanhas eleitorais, Bolsonaro foi muito crítico às formas como os governos petistas conduziram a Política Externa Brasileira, principalmente sobre as preferências delineadas. Segundo ele, a atuação destes governos na arena internacional foi motivada pelas ideias ideológicas da esquerda, e isto compromete o pragmatismo tradicional do Brasil em suas relações com outros atores internacionais. O fato que configura como indícios que ilustram o desejo do afastamento deste governo da África, e de vê-la como um conteúdo estratégico para atuação da Política Externa Brasileira (*idem*).

Viu-se a insatisfação da atenção que os governos petistas deram aos países do sul global, especialmente às nações africanas. No livro de Maringoni, Schutte e Berringer (2021), intitulado “As bases da política externa Bolsonarista”, no qual os atores fizeram exames da atuação do governo Jair Bolsonaro no plano internacional. Observou-se que, em uma das manifestações eleitorais, o candidato à Presidência da República fez ataques verbais considerados racistas, mesmo sendo uma figura pública do segundo país com mais pessoas negras no mundo. Isso demonstra o desdém das ligações históricas e culturais do povo africano com a população brasileira, que foram tradicionalmente preservados pela maioria dos governantes que passaram pelo Brasil.

As declarações xenofóbicas aos países africanos tiveram impacto em África, e o mesmo foi notado durante a tomada de posse do Bolsonaro como Presidente da República do Brasil, devido ao número reduzido dos dirigentes africanos que vieram prestigiar a cerimônia, na qual o Brasil contou com a presença das seguintes figuras africanas: chefes dos Estados do Cabo Verde e Marrocos, e dois *chanceleres*, um da Guiné e outro da Angola (MARINGONI et al, 2021). Esta abordagem nos remete ao texto de André Luiz Reis de Silva (2022), no qual o autor examina as transformações feitas na Política Externa Brasileira a partir do governo de

Dilma até o de Bolsonaro, traz seis elementos que fundamentaram a ideia de mudança matricial da política exterior do atual governo:

a) a ascensão dos movimentos e governos conservadores na América Latina e no Ocidente; b) a crítica à política externa desenvolvida na “era PT”; c) a crítica “anti-globalista” e paralisia das instituições multilaterais; d) as mudanças na política externa norte-americana sob o Governo Trump; e) a crise econômica prolongada; f) desengajamento da integração regional (SILVA, 2022, p. 17).

Percebe-se que a cooperação Sul-Sul não era considerada uma parceria benéfica tanto quanto às relações com os países desenvolvidos. Destarte, os estados africanos foram descartados em detrimento dos ocidentais, com destaque para Estados Unidos.

No decorrer do mandato, observou-se que o governo em questão procurou se relacionar, especialmente, com os países que compartilham a mesma orientação ideológica que Bolsonaro, como uma forma de afirmação e fortalecimento das convicções dos partidos da direita no mundo. Em África, inclusive, vimos uma relação “amistosa” com o Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló⁵, que ficou conhecido através da imprensa brasileira e destacado em manchetes como o “Bolsonaro da África” por terem posturas semelhantes, quando este visitou o Brasil no dia 24 de agosto de 2022.

Durante a recepção do presidente africano, Bolsonaro não fez nenhuma menção sobre a relação Brasil-África ou dos seus planos no continente africano, limitou-se apenas em dar boas-vindas ao seu homólogo e focar apenas nas relações bilaterais entre a Guiné-Bissau e o Estado brasileiro, como se pode constatar no discurso do Presidente.

Temos a felicidade de receber o Presidente da Guiné-Bissau. O seu país é porta de entrada para a África Ocidental. Já assumi o compromisso com ele de, numa primeira oportunidade, visitarmos o seu país. Temos laços bastante antigos de amizade e cooperação entre os nossos países. [...] “Conversámos rapidamente sobre algumas questões, como a agricultura, saúde e defesa. Considero o país irmão e temos muito a colaborar com a Guiné-Bissau e eles também, em relação à segurança do Atlântico Sul⁶”.

Esta visita despertou a esperança de retomadas das relações comerciais e diplomáticas, não só com a Guiné-Bissau, como outros parceiros tradicionais do Brasil em África. No entanto, a Política Externa Brasileira seguiu sendo seletiva aos seus parceiros, dando mais

⁵Presidente da Guiné-Bissau, e é o atual Presidente em exercício da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CDEAO).

⁶ Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/bolsonaro/discursos/declaracao-a-imprensa-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-na-cerimonia-oficial-de-chegada-do-excelentissimo-senhor-general-umaro-sissoco-embalo-presidente-da-republica-da-guine-bissau-palacio-do-planalto> acessado no dia 20 de novembro 2022.

atenção aos países da ideologia de direita, tais como, Estados Unidos, Polônia e Hungria (SCHERER, 2021).

Em suma, percebeu-se que o relacionamento com a África se encontrava em estado de inércia, devido aos alinhamentos com a grande potência liberal, os EUA. Tal como ressaltado desde as disputas eleitorais, o continente africanos não parecia um mercado atrativo para o projeto bolsonarista. Consequentemente, Bolsonaro se tornou o único Presidente brasileiro que não visitou nenhum país africano durante o seu mandato. Quase não criou projeto com os Estados da África, apenas deu continuidade, de maneira protocolar, a alguns projetos feitos anteriormente (MARINGONI, 2021).

1.8. Síntese

Diante do exposto, nota-se que a Política Externa do Brasil para África teve muitas mudanças causadas por visões diferentes dos sucessivos governos brasileiros. Do mesmo modo, é possível perceber duas temáticas que orientaram as políticas externas Brasileiras durante o período analisado (1990-2012), e que muitas vezes facilitaram/dificultaram a sua relação com o continente africano, tais temáticas são: alinhamento aos países economicamente mais ricos do Norte, especialmente os Estados Unidos, e a busca pela diversidade dos parceiros, incluindo os países mais frágeis do Sul.

Entretanto, percebeu-se que a ditadura militar que alterou o regime democrático, também teve seus impactos na Política Externa do Brasil para África depois da guerra fria, especialmente durante o governo de Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique (1990-2002). Pois a relação Brasil-África nesta época foi marcada pelo distanciamento dos governos que tinham uma visão pragmática, onde os Estados Unidos foram centro das atenções da atuação brasileira no palco das relações entre as nações.

O governo do Lula (2003-2011), que deve ser considerado o governo que mais estreitou laços políticos, culturais, econômicos e comerciais com os países africanos. No seu mandato, a África ocupava o lugar privilegiado na Política Externa Brasileira, e o mesmo aconteceu no governo da Dilma (2011-2016), apesar da diminuição dos intercâmbios. Enquanto que no governo do Temer (2016-2018), a relação do Brasil com os países africanos envolvia a avaliação do custo e benefício, e a África se configurava apenas como uma alternativa do mercado para expansão do comércio brasileiro.

Já no governo de Bolsonaro, a relação do Brasil com os países africanos foi marcada pela inércia, isto é, sem muitos avanços cooperativos, apenas continuidade dos projetos anteriores. Vale salientar que, isto foi consequência dos preceitos ideológicos que moviam a política que a maioria dos países africanos não compactuava (MARINGONI, 2021).

2º CAPÍTULO:

DIPLOMACIA ENERGÉTICA DO BRASIL EM ÁFRICA (DEBA)

Esta seção tem como objetivo fazer análises descritivas dos dados levantados durante a pesquisa no Concórdia e no Enetrix, sobre os acordos energéticos feitos entre o Brasil e os países do continente africano (1990-2022). Pretende-se dialogar com outros autores com vista a entender a importância destes acordos para a Política Externa Brasileira em África, e a relação dos diferentes momentos das políticas externas analisadas anteriormente com o desempenho na área da energia à luz dos compromissos firmados.

Em termos gerais, pretende-se demonstrar o que os acordos energéticos dizem sobre a relação Brasil-África e a Política Externa Brasileira para África de cada governo analisado, ou seja, procura-se saber se os governos que tiveram mais aproximação com o continente são os que mais possuem acordos energéticos com os países africanos. Mas antes de apresentação dos dados levantados, acredita-se ser importante enaltecer a relevância destes dados para esta dissertação e, sobretudo, a sua contribuição para as relações diplomáticas e energéticas do Estado brasileiro com as nações africanas.

Os dados são base de informações, e as informações geram conhecimentos, que por sua vez, aumentam a capacidade cognitiva de tomar decisão adequada perante certas circunstâncias. Portanto, em qualquer que seja a área de educação, em especial, na Ciência Política e Relações Internacionais, os dados são fundamentais para desenvolver elevado nível de racionalidade, algo que é extremamente importante para ter êxitos em políticas internacionais que visam preservar os interesses de qualquer que seja ator.

Os autores como Andy Boyd, Jane Gatewood, Stuart J. Thorson e Timothy Dye produziram em 2019, um artigo intitulado “Data Diplomacy”, cujo significado em português é “Diplomacia dos Dados”, no qual os autores abordaram sobre a relação e a importância de dados na diplomacia, e como a ciência pode servir de suporte para a atuação diplomática. Nesta obra, fez-se a citação da Associação Americana para o Avanço da Ciência (AAAS), que classifica a relação entre a ciência e a diplomacia da seguinte forma:

- 1)- **Ciência na diplomacia**, onde os especialistas científicos entram no processo diplomático, buscando ajudar e identificar e abordar

questões políticas nacionais e globais (por exemplo: mudanças climáticas). 2)- **Diplomacia para ciência**, onde os diplomatas trabalham juntos para promover a ciência e programas científicos colaborativos internacionais (exemplo, o reator experimental termonuclear internacional). 3)- **Ciência para diplomacia**, onde a interação e a colaboração científica servem como ferramenta para construir e estabelecer relacionamentos entre as nações (por exemplo, interação da guerra fria entre cientistas ocidentais soviéticos, que geram confiança e abrem canais de comunicação usados para fins políticos e diplomáticos mais amplos) (BOYD, 2019, p.1).

De acordo com Boyd (et al, 2019), estas subclasses podem ser aproveitadas no campo da diplomacia para formar os conceitos como “dados na diplomacia”, “diplomacia nos dados”. Destarte, dentro destes conceitos os dados podem ser listados para “produzir ou evitar mudanças; os dados podem exigir técnicas diplomáticas formais e informais para cumprir o seu potencial ou ajudar a prevenir danos resultantes do seu uso; assim como os usos do controle dos dados podem promover a construção de capacidades diplomáticas” (BOYD, 2019, p.1).

Do mesmo modo, esta dissertação, especialmente este capítulo, enquadra-se naquilo que é chamado de “ciência para diplomacia”, pois ele traz dados, análises e inferências que poderão melhorar os serviços diplomáticos do Brasil na sua relação com os países africanos, oferecendo assim a possibilidade de maior clareza e eficiência, tal como vamos ver nas próximas etapas. Mas antes demais, é importante que tenhamos em mente a função que desempenha a diplomacia energética dentro da política externa de um país, usando aqui o Brasil como exemplo.

2.1 Abordagens Conceituais sobre a Diplomacia Energética

Esta seção visa situar o leitor sobre o que seria a diplomacia energética no campo da Ciência Política e Relações Internacionais, assim como a sua função dentro de uma política externa. Para esse fim, foram feitas pesquisas bibliográficas dos autores que abordaram sobre o conceito da diplomacia energética e os seus objetivos dentro da política internacional dos Estados. Entretanto, as literaturas sobre esta temática evidenciam que existem muitos gêneros da diplomacia além da diplomacia tradicional, e um deles é a diplomacia energética, que é o um dos objetos de pesquisa deste capítulo, e constitui o foco das nossas abordagens.

O autor britânico Martin Wigh, em seu livro intitulado “o poder da política”, considera que a diplomacia tradicional deve ser entendida como “arte de comunicação entre os Estados” (WITGH, 2002, p. 107), na qual discutem certos assuntos e procuram soluções para atender as demandas no âmbito doméstico. De grosso modo, a diplomacia significa um instrumento político intrínseco aos Estados, através do qual os governos criam conexões com outros atores internacionais no sentido de adquirir recursos necessários para mitigar os seus problemas internos, como a energia, por exemplo.

Wigh (2002) ainda escreveu que, o objetivo/dever de cada governo é prover e garantir as condições básicas para cada cidadão, e a diplomacia é um dos meios percorridos para que este dever seja cumprido com maior êxito. Como foi pontuada nas seções anteriores, a energia constitui uma das necessidades vitais de qualquer nação. Deste modo, os governos têm o dever de provê-la de modo a garantir o desenvolvimento no seu país, e melhorar condições de vida da sua população. Quando nas pautas diplomáticas se encontram ideias ligadas às articulações sobre a energia, a condução desta política pode ser considerada a “diplomacia energética”. Ou seja, quando os Estados se reúnem para debater os assuntos relacionados à energia, o ato em questão evidencia o exercício da diplomacia energética.

De modo abrangente, a diplomacia energética é, sobretudo, a condução das políticas externas para assuntos atrelados à energia na sua totalidade (MEDEIROS, 2011). Considera-se, portanto, que a diplomacia energética tem sua procedência na diplomacia tradicional, conceito que descreve a interação entre os Estados por via das negociações com vista a satisfazer interesses nacionais de um determinado país, ou muitos países em matéria da energia. Sendo assim, não se pode falar dos acordos internacionais sobre a energia sem recorrer à diplomacia e a política externa.

É de salientar que a energia assumiu status político e diplomático refletido nas agendas internacionais dos Estados a partir da crise de 1973 e 1979, porém, isso não quer dizer que, outrora, não houvesse sido. O que se pretende ressaltar nessa passagem é o aumento da relevância e o engajamento para a segurança energética visíveis entre os atores das relações internacionais. No Brasil, a criação do Departamento de Energia do Itamaraty em 2006, ilustra a importância política da energia e a sua instrumentalização como *soft power* na condução da sua política externa. Isso pode ser percebido através dos eventos internacionais sediados pelo Estado Brasileiro, como Rio 90, Rio 2012 e Rio 2020, por exemplo, (MEDEIROS, 2011).

No entanto, a diplomacia energética carrega um dilema, onde alguns autores acreditam que as suas ações devem ser conduzidas por outros setores (organizações, sindicatos, empresas etc.), ou seja, não deve ser apenas um instrumento político das Instituições tradicionais dos Estados, como Ministério das Relações Exteriores ou a Presidência, por exemplo. Por outro lado, há autores que consideram que, a energia é um elemento importante na geopolítica dos Estados e, portanto, o Estado deve ser o único responsável pelas articulações/negociações atreladas a segurança energética de um determinado país, por variedades de motivos, alguns são citados por Goldthau:

Goldthau elenca diversas razões pelas quais o setor energético não pode prescindir da ação de agentes públicos: seja para corrigir as chamadas “falhas de mercado”, como as externalidades ambientais negativas; para assegurar o livre trânsito de energéticos pelas vias de transporte; ou para garantir a formação de estoques de energéticos, procedimento que envolve custos e que, por vezes, pode não se coadunar com interesses de atores privados (GOLDTHAU, 2019).

Como se pode perceber, o autor argumenta que existem implicações geopolíticas e econômicas dentro dos setores energéticos que as outras unidades privadas e estatais não são capazes de controlar e, portanto, é mais conveniente a atuação do Estado na condução das políticas energéticas, comumente conhecidas como diplomacia energética. Em contraposição, Shafer (2009) pontua que, a política energética envolve a interação entre as políticas domésticas e as políticas externas, devido aos temas como impactos socioambientais, inflação, preço dos insumos energéticos, acesso à energia, e entre outros elementos que afetam a vida cotidiana das populações, logo, a sua condução não deve ser restringida a um papel essencialmente das instituições tradicionais do Estado.

Já na visão do Nina (2020), a energia é concebida como um elemento de poder que estabelece elo entre os atores que atuam no campo das relações internacionais, e ao mesmo tempo, a sua instrumentalização influencia os resultados da política externa de um país com potenciais recursos energéticos. Destarte, torna-se importante o Estado adquirir o papel preponderante da diplomacia energética, uma vez que esta *commodity* é considerada uma arma importante “nas relações de poderes” entre as nações, além disso, o setor energético é o campo de disputa de poder entre os Estados. Portanto, a sua política deve ser conduzida com maior prudência.

Partindo deste pressuposto, entende-se a importância de recorrer a outros conceitos da diplomacia energética, com vista a caracterizar melhor as relações energéticas do Brasil com os países do continente africano, e a importância dos acordos dentro dela. Entretanto, vale

assegurar que, não existe um consenso sobre o conceito da diplomacia energética dentro do campo de estudo da Ciência Política e Relações Internacionais. O que significa que existem várias definições do que é a diplomacia energética e os seus objetivos.

A diplomacia energética é entendida por Shafer (2009) como uma política de emprego de meios energéticos, como instrumento alternativo de poder, usado para aquisição dos recursos energéticos, ou para ampliação do mercado da energia. Do mesmo modo, Nina (2009) assinala que, existe uma ampla gama das negociações bilaterais e multilaterais dentro da política, em que a diplomacia energética se faz necessária para importação ou exportação dos insumos energéticos, preservando assim, os interesses nacionais de um país. Ou seja, a diplomacia energética deve ser entendida como um instrumento da política externa para promover a cooperação no sector energético.

Já Yergin (2006), através da sua obra intitulada *energy statecraft*, considera que a diplomacia energética diz respeito às articulações feitas pelos países industrializados em uma eventual situação de perturbação de fornecimento, e sobre a colaboração em políticas energéticas. Cabe salientar que, a diplomacia energética não ocorre apenas entre os países industrializados, visto que, além de englobar outros países periféricos, as outras unidades, como as empresas, também fazem parte do arcabouço das políticas energéticas, apesar de não serem atores centrais.

Contudo, percebe-se que, alguns autores usados para esta abordagem enaltecem o elo que liga a política externa com a diplomacia energética. Entretanto, pode-se considerar que a energia é um instrumento usado na política externa para aumentar a capacidade de barganha, e para influenciar os resultados positivos de uma política externa. Sendo assim, preferiu-se fechar esta etapa com a definição do Dalgaard, que também segue a mesma linha dos outros autores, apontando a diplomacia energética como o “uso de instrumento político da política externa de um Estado com o objetivo de a segurança energética” (DALGAARD, 2017, p. 46 *apud* NINA, 2020).

2.2 O lugar da África na Geopolítica da Diplomacia Energética Brasileira

Dada a importância da energia para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer que seja país, os recursos energéticos são usados como alavanca para que outros Estados possam penetrar nos mercados de diferentes regiões, países e continentes, não só pela oferta

ou obtenção da energia, mas também como uma forma de expansão do poder. E a diplomacia energética configura como meio pelo qual a barganha e os acordos são feitos entre os atores no mercado internacional da energia. Este padrão comportamental é entendido nos estudos das Relações Internacionais como geopolítica, que são as características geográficas e políticas de um determinado território que influenciam as relações entre os Estados. Ou seja, se trata da relação entre o espaço e poder (ABRÃO, 2020).

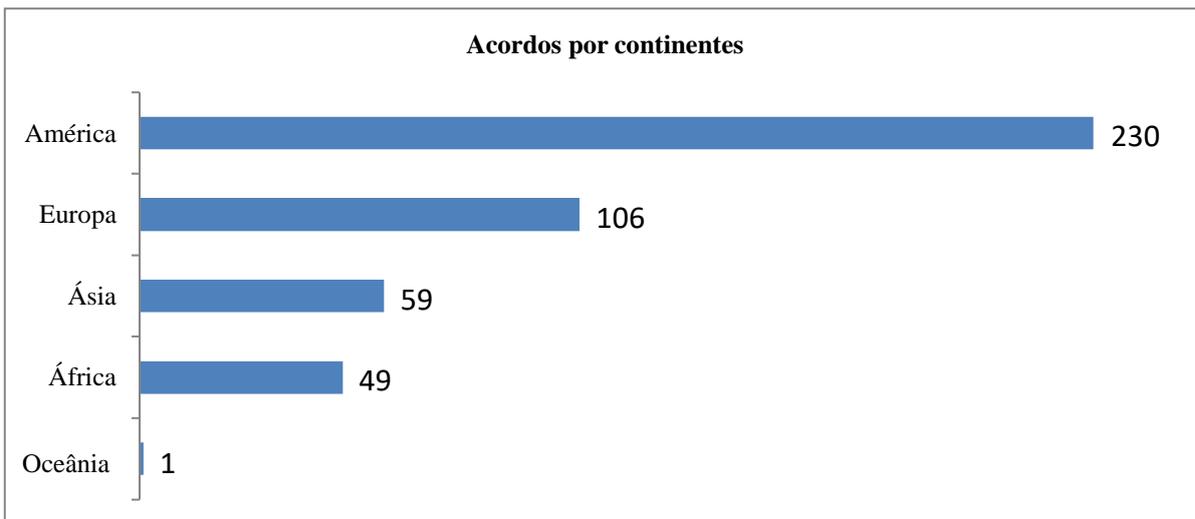
Os eventos diplomáticos são atos políticos pelo qual os *players* negociam e criam conexões energéticas com diferentes mercados a nível mundial. Destarte, se torna importante trazer os acordos feitos pelo Brasil em diferentes continentes que compõem o mundo, não só com a África. Esta nossa perspectiva de análise corrobora com as ideias da globalização em matéria energética, quando enfatizam a importância dos acordos:

Já que as interconexões internacionais são um meio para que os consumidores tenham acesso a um serviço energético mais eficiente, com melhor qualidade e com menor incerteza para o abastecimento, os acordos entre os países sobre o papel, organização e funcionamento do mercado energético integrado se demonstram mais do que necessários (UDAETA et al., *apud* FEITOSA, 2018, p.45).

Nesta análise se refere à geopolítica da diplomacia energética brasileira de entender a demanda e a oferta dos recursos e serviços energéticos presentes nos diferentes continentes a partir de acordos internacionais que são firmados entre as partes. Um dos objetivos desta seção consiste em ilustrar o lugar da África dentro da geopolítica da cooperação energética brasileira.

No Brasil, apesar das disponibilidades dos recursos energéticos no âmbito doméstico, foi necessário procurar fontes energéticas, não só em África, assim como em outras regiões do mundo. Os dados levantados no Enetrix (2021) e no Concórdia nos mostram que o Estado Brasileiro possui quatrocentos e quarenta e cinco acordos energéticos distribuídos em diferentes continentes do mundo. Como ambas as plataformas disponibilizam os arquivos/acordos para *download*, foram baixados todos os documentos para ilustrar os números dos acordos concentrados em cada continente. Os resultados desta busca podem ser verificados no gráfico abaixo, o qual indica a posição de cada continente dentro da geopolítica da diplomacia energética brasileira.

Gráfico 1- Apresenta números de acordos energéticos do Brasil por continentes de 1990 a 2022



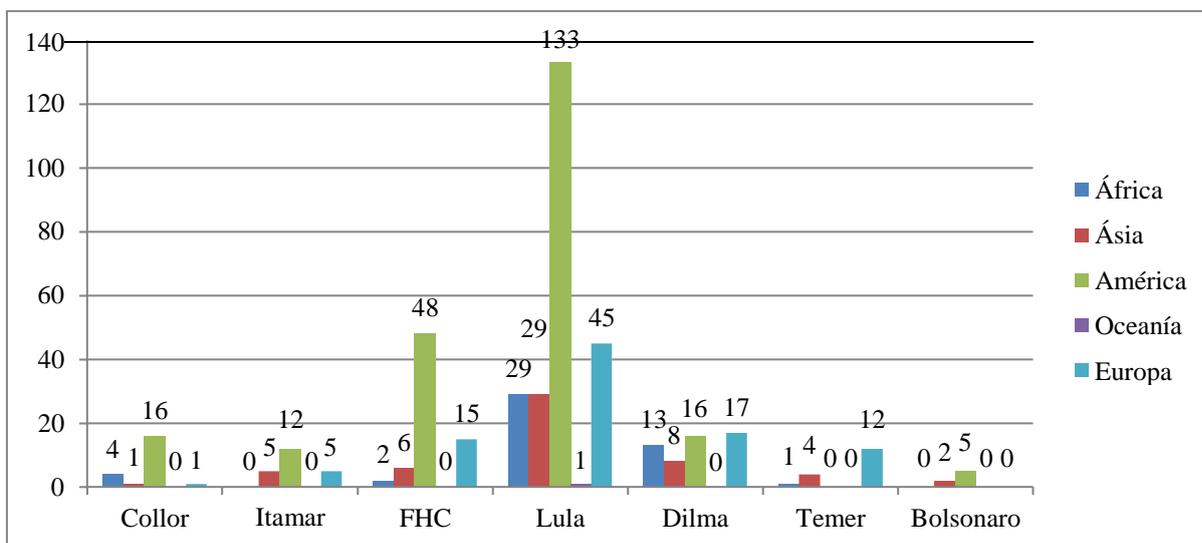
Fonte: elaborado pelo autor

Tal como o gráfico indica, o continente africano e asiático são regiões em que o Brasil tem menos acordos de cooperação energética, tendo assim a Europa em segundo lugar do ranking com quase o dobro dos números de acordos dos dois continentes juntos. E no topo da lista consta a América que lidera o ranking com duzentos e trinta acordos estabelecidos. O fato que mostra o poder de barganha do Brasil em sua área vizinha, uma aproximação incentivada pelo projeto da integração regional dos países da América do Sul-MERCOSUL, os quais o Brasil assinou mais acordos energéticos (Leite, 2011).

Como se pode observar 51% do total dos acordos de cooperação energética foi estabelecido com os países do continente americano, em especial com os países do sul da América. O Brasil só tem um acordo energético com um país da Oceania, como foi indicado no gráfico acima. Lembrando que a Antártida não consta no gráfico porque é um continente que não foi povoado, e é considerado um patrimônio da humanidade. Não obstante, a África constitui um parceiro importante do Brasil dentro dos quadrantes das relações internacionais, porém, não é um mercado tão destacado dentro da Diplomacia Energética Brasileira por certos motivos que vamos supor mais à frente.

Para ilustrar os acordos feitos por cada governo em cada continente, foi pego os mesmos dados para proferir a análise que visa descobrir a quantidade dos acordos feitos por cada governo e, assim, se fez a relação entre os acordos dos continentes com os alinhamentos da política externa de cada governo. Em vista disso, foi elaborado um gráfico de barra que ilustra os números dos acordos energéticos feitos ou não por cada governo em todos os continentes.

Gráfico 2- números dos acordos de cada governo em todos os continentes entre 1990 e 2022



Fonte: elaborado pelo autor

Para que possamos entender o cenário em que se deram esses acordos, trouxemos alguns eventos para nos ajudar a refletir sobre os motivos que levaram à ausência dos acordos até para os governos que tinham aproximação com o continente africano. Convém salientar que somos cômicos de que o desenvolvimento de acordos energéticos em determinadas regiões, depende de muitos requisitos além das diretrizes da política externa (aproximação ao continente, neste caso), como por exemplo, a disponibilidade dos recursos e serviços energéticos que o Brasil procura nelas. Mas não vamos entrar nesse mérito agora, haja vista a delimitação desta pesquisa. Pretendemos, unicamente, apresentar um pouco da conjuntura política do Brasil e do continente africano e o seu impacto na Política Externa Brasileira, como variáveis para pensarmos sobre a posição da África dentro da geopolítica energética brasileira.

Como se pode ver no gráfico acima, durante o governo do Collor, o Brasil estabeleceu mais acordos energéticos com os países da América. No seu mandato, o Brasil atravessou por uma crise econômica profunda, que culminou na abertura do mercado. Algo que fez com que o governo adotasse nova postura econômica e comercial na qual a África não configurava como um mercado atrativo (MOURÃO, 2006). Mesmo assim, o continente africano configura como a segunda região com maior número de acordos energéticos.

Nesta altura, a Política Externa Brasileira tinha voltado ao eixo de alinhamento aos Estados ocidentais, e procurou fortalecer a relação econômica e política com os países da

América Latina através do Mercosul (PIMENTEL, 2000). Talvez isso tenha sido um dos motivos que levaram o Brasil a não estabelecer mais acordos com os países do continente africano. Por outro lado, há indícios mostram que outro motivo desse distanciamento que refletiu em baixo número dos acordos, em comparação com América, é claro, além de questões geográficas, tem a ver com as constantes instabilidades políticas em diversos países do continente africano (MOURÃO, 2006).

Esta análise acaba fazendo mais sentido quando olharmos para o processo de transição democrática na África. Após a independência da maioria dos países africanos, houve tentativas de democratização de algumas nações. No entanto, tal processo começou a reduzir a partir dos anos 1990 devido aos choques e tensões políticas que culminaram em guerras civis e golpes do Estado, tal como explica Mazrui e Wondji (p. 1140, 2010):

Salvo em Gana, no Mali e no Chade, onde o processo democrático foi iniciado com a participação dos próprios militares, estes últimos chegaram a se amparar do poder desde além das fronteiras, com a ambição proclamada de impor um termo às situações de crise: tal foi o caso da Nigéria (1993), do Níger e das Ilhas Comores (1995), do Burundi (1996) e de Serra Leoa (1997), países nos quais eles provocaram o ressurgimento do medo dos golpes de estado militares, os quais marcaram a vida política ao longo de duas décadas.

Pegando o gancho da citação acima, a África depois de muitos países terem consagrado a independência, passou por um processo de transição democrática, porém, as rivalidades étnicas e seus impactos negativos na vida política, acabaram por negativar a sua imagem na arena internacional e, conseqüentemente o continente passou a ser vista como um mercado de risco aos investimentos, inclusive para o governo do Collor (OLIVEIRA, 2005). Em vista disso, muitos países desviaram os investimentos para outros mercados em detrimento do mercado africano.

Do mesmo modo, há sinais que nos levam a considerar que, estes impasses políticos incitaram a perda do espaço nas políticas externas do governo do Collor (1990-1992), se considerar os eventos citados por Mazrui e Wondji (2010). Essa inferência é também compartilhada por Mourão (2006), quando afirma que a justificativa para o distanciamento da África naqueles momentos está ligada à instabilidade política de alguns países do continente.

Mesmo no governo do Itamar (1992-1994), em que teve uma política externa sem alinhamentos, acabou por dar mais atenção aos países ocidentais. Durante este governo, alguns países africanos atravessaram por uma crise sociopolítica tremenda, por exemplo, a Nigéria estava marcada pela situação de tráfico (drogas, armas e pessoas) e a crise política que culminou na usurpação do poder protagonizada pelo General Sani Abacha. Após a

apropriação do poder, o então chefe do Estado nigeriano ordenou a prisão do grupo que promovia e lutava pela reforma democrática. O país estava desnordeado, sem muita credibilidade na sua atuação externa, e com pouca perspectiva de estabelecimento da cooperação para o desenvolvimento. Isso pode indicar alguma das razões conjunturais que inviabilizaram, por exemplo, a aproximação nesse período com o parceiro africano em questão.

Durante o governo de FHC (1995-2003), cuja política externa rotulada de “autonomia pela diversificação”, priorizou-se a relação com os países do norte e da América do Sul, e o resultado foi à concentração dos acordos no continente americano e europeu do que africano. Vale salientar que nesta época tinham-se registrados os golpes de Estado no Níger (o mandato do presidente Mahamane Ousmane foi derrubado pelo General Ibrahim Baró Maïnassara) e na Ilha dos Comores (o presidente Said Mohamed Gjohar foi deposto pelo mercenário francês Bob Denard) (WAZRUI e WONJI, 2010). E na Guiné-Bissau aconteceu, em 1997, a maior guerra civil do país, a qual durou pouco mais de onze meses. Mais uma vez, a conjuntura externa indica ser obstáculo para o estabelecimento dos acordos neste período, pois nenhum dos acordos assinados na área da energia envolve os países mencionados.

Estes acontecimentos foram mencionados para ilustrar a conjuntura sociopolítica da África nestes anos, e como isso pode impactar negativamente o desenvolvimento dos acordos energéticos entre os governos brasileiros e os países africanos. É possível que estes acontecimentos fizessem com que muitos governos não se sentissem seguros em desenvolver acordos energéticos com os países africanos em conflitos, pois para que haja uma cooperação eficiente, é imperativa a estabilidade política e uma governança credível dos Estados cooperantes. O desenvolvimento da cooperação exige a avaliação de custo e benefício, o processo pelo qual os elementos como guerra, conflitos, crise política e econômica são levados em consideração. Dessa forma, a conjuntura política do continente parece ser fator determinante para o seu afastamento nos meandros da política externa durante o percurso de certos governos (MOURÃO, 2006; OTÁVIO, 2011).

Se seguirmos a lógica descrita por Otávio (2011), o governo da Dilma poderia ter melhor desempenho na cooperação energética em África se não houvesse as situações atípicas atravessadas, tais como o processo de impugnação do seu governo pelo *impeachment* (conjuntura política interna) e a primavera árabe (conjuntura externa). Vale lembrar que esta última teve início em África antes de chegar ao oriente médio, destarte, afetou alguns países

africanos como Tunísia, Egito, Líbia, Sudão, Argélia, Mauritânia e Marrocos, entre os anos 2010 e 2012.

Esta análise compactua com a conclusão da pesquisa do Milani (2014) sobre a cooperação Brasil-África, na qual o autor infere que as conjunturas políticas externas e internas (as quais citamos no parágrafo anterior) não facilitaram a condução da política externa da Dilma, e, conseqüentemente, inviabilizaram os projetos do seu governo para a África.

Percebe-se, então, que os investimentos por via dos acordos em determinados mercados não dependem apenas das diretrizes da política externa, deve-se levar em consideração a conjuntura internacional e a situação sociopolítica das regiões receptoras dos países cooperantes. Visto que apenas a disponibilidade dos recursos e os demais serviços não são suficientes para firmar uma cooperação virtuosa, portanto, é indispensável um ambiente politicamente viável. E a África tem sido um continente de muitos conflitos, e isso pode ter contribuído para o seu isolamento em muitos casos, como foi no governo do Collor.

Outro fator importante a ser destacado no gráfico, diz respeito ao desempenho do governo de Lula. Este governo foi o único que estabeleceu acordos energéticos em todos os continentes, e foi o que mais teve acordos no continente africano. Mas, o seu maior desempenho em matéria energética foi na América, apesar de ter abrangido áreas de atuação das empresas energéticas brasileiras em África entre os anos 2003 e 2010, como a Petrobras, por exemplo, (ROSI, 2011).

Nota-se também que o governo do Bolsonaro, mesmo com a inflação no mercado energético (muita procura e pouco recursos) como a consequência da invasão de Rússia à Ucrânia, foi um dos governos com mais fraco desempenho na área da energia (considerando os números dos acordos), ficando na frente apenas do governo do Temer, que foi Presidente interino e teve pouco tempo de mandato. Algo que não é surpresa, pois o governo Bolsonaro não era próximo à África, e isso influencia efetivamente na escolha dos parceiros para cooperação energética, mesmo em tempo de crise. Como mostra Otávio (2011), geralmente, os governos se autodeclaram de “direita” e tendem a se afastar dos países africanos, ou seja, não se sentem atraídos pelos mercados africanos, contrário dos “esquerdistas” que procuram sempre fortalecer relações políticas e econômicas com as nações africanas.

Em suma, considerando as intempéries políticas atravessadas por alguns países africanos entre os anos 1990 e 2000, é aceitável pontuar que, de certa forma, estes serviram de

obstáculos para o desempenho da cooperação energética em certos países. O que significa que os governos que se aproximaram deste continente no decorrer de seus mandatos podem ter desempenho abaixo do que podiam, visto que, as insurgências no continente inviabilizaram o estabelecimento dos acordos, especialmente na área da energia. Mas, isso não quer dizer que não possa existir nenhum acordo energético nessas situações, o que aqui queremos inferir é a consideração de que, em conjunturas atípicas como estas, as articulações diplomáticas para desenvolver cooperação em grande escala são duramente afetadas.

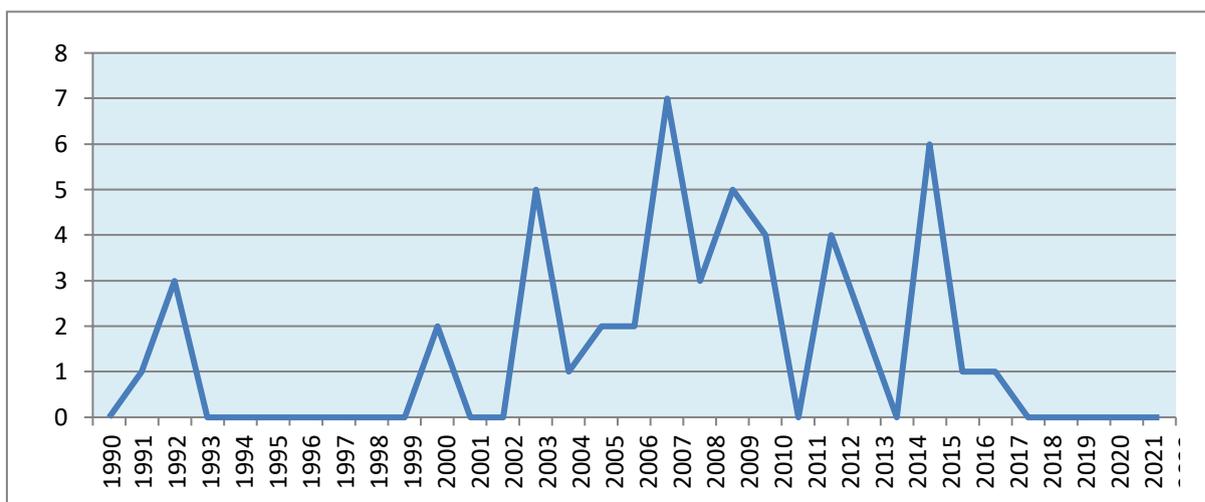
2.3. Evolução cronológica dos acordos energéticos do Brasil em África.

Tal como foi mostrado no gráfico um (1), o Brasil possui quarenta e nove acordos de cooperação em África no campo da energia, feitos entre os anos 1990 a 2022. Vale salientar que, foram juntados os acordos bilaterais e multilaterais vigentes e não vigentes, e os que ainda estão em fase de tramitação para compor esta análise.

O objetivo desta seção consiste em caracterizar a evolução dos acordos energéticos entre o Brasil e os países africanos. No geral, se fez uma análise comparativa dos períodos, destacando os anos em que houve maior fluxo dos acordos energéticos entre ambas as nações. É importante proferir esta análise, visto que, além de demonstrar os momentos altos e baixos da relação energética Brasil-África, ela também abre um grande debate sobre os objetivos da diplomacia energética brasileira no continente.

O primeiro acordo energético do Brasil no continente africano foi assinado em 1991 (estamos levando em consideração o nosso recorte temporal), quando o país latino firmou cooperação com o Zimbabué. Após isso, o fluxo de intercâmbio energético Brasil-África aumentou, e passou a englobar outras nações africanas. Entretanto, para dar ao leitor o privilégio de entender a evolução dos acordos de cooperação Brasil-África na área da energia, elaboramos um gráfico de linha que ilustra a ordem cronológica dos acordos desde 1990 até 2022. Dessa forma, torna-se possível compreender os períodos com maior fluxo da cooperação energética entre o Brasil com os países africanos.

Gráfico 3- indica a evolução dos acordos energéticos Brasil-África por ano (1990-2022)



Fonte: elaborado pelo autor

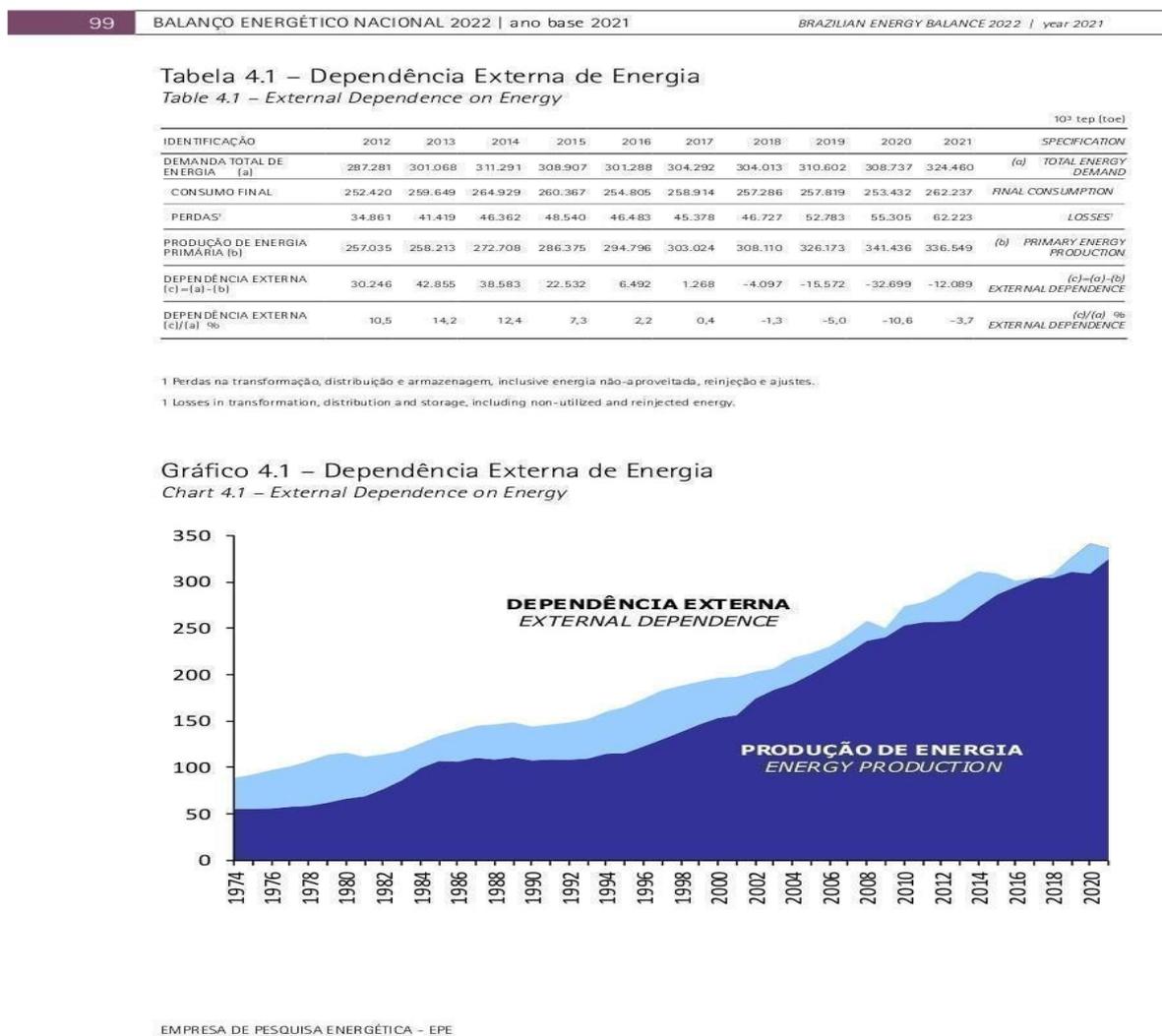
Percebe-se que a cooperação energética com a África começou muito tímida, pelo menos nos primeiros momentos. Visto que de 1990 até 2002, o Brasil estabeleceu apenas seis acordos com os países deste continente. No ano 2003, observa-se que os fluxos deram uma subida de leve, entretanto, o ano 2007 foi o ano com maior fluxo de cooperação com o continente africano, tendo vista os números consideráveis de acordos estabelecidos nesta época. Neste período, o então governo difundiu e impulsionou mais às questões da segurança energética na Política Externa Brasileira. Só neste ano, foram estabelecidos sete acordos, ou seja, só em 2007 o Brasil estabeleceu 14% dos totais de seus acordos energéticos que tem com os países do referido continente. No entanto, podemos constatar na linha cronológica dos eventos energéticos, uma queda significativa de acordos a partir de 2017 até 2022, pois durante este período o Brasil estabeleceu apenas dois acordos.

Diferente daquilo que foi postulado por Yergin (2006), a diplomacia energética não se restringe apenas às articulações feitas para a garantia do abastecimento seguro dos recursos energéticos. Ela também é usada como instrumento alternativo do poder, usado tanto para aquisição da energia, assim como para ampliar poder de barganha com vista ter acesso aos diferentes mercados estrangeiro (SHAFFER, 2009).

Dito isso porque, entre os anos 2007 e 2009, que é o período de maior fluxo de acordos energéticos, a dependência da energia externa caiu drasticamente no Brasil, quando se compara com os períodos de 1990 a 1998, que são anos com maior dependência energética externa. Ou seja, o Brasil firmou mais acordos num período em que a necessidade de importação dos recursos energéticos era pouca (como o petróleo, por exemplo), tendo em

conta a elevação da produção interna da energia que atendia razoavelmente as atividades no âmbito doméstico, como se pode notar nos dados ilustrados abaixo:

Figura 3: apresenta a evolução da dependência externa de energia no Brasil (1970-2021)



Fonte: Ministério de Minas e energia—Balanço Energético Nacional, 2022.

Isso nos faz pensar que os acordos energéticos poderiam não ter como objetivo principal o abastecimento da energia. Haveria assim, uma possível indicação de que o maior número dos acordos concentrados no ano 2007 ilustrado no gráfico três (3) seja resultado das diretrizes da então Política Externa Brasileira que tinha foco voltado para diversidade dos parceiros e fortalecimento das relações com os países do Sul global, sobretudo os de continente africano e americano (SARAIVA, 2006). Nesta época, a Política Externa Brasileira era caracterizada pela “autonomia da dependência”, isto é, o não alinhamento com as grandes potências mundiais, entre elas, os EUA (GUSMÃO, 2007).

A África ocupava um lugar privilegiado na Política Externa Brasileira, foi um dos períodos de maior aproximação, que visava não só fortalecer os laços econômicos e comerciais entre o Brasil e as nações daquele continente, era também uma forma de fortalecer os vínculos históricos e culturais. Como diz o Lula, se tratava da demonstração de reconhecimento pela mão de obra escrava dos africanos que eram transportados para o Brasil em condições de escravo (GUSMÃO, 2007).

Tal como foi aludido no capítulo anterior, à estratégia do então governo neste período (2003-2010), visava elevar o perfil brasileiro dentro do tabuleiro das relações internacionais com a finalidade de possibilitar o acesso aos diferentes mercados globais, de modo a garantir mais rendimentos às empresas brasileiras (OLIVEIRA, 2015). O resultado foi a expansão das empresas brasileiras, tais como a Odebrecht, Petrobrás, Camargo Corrêa, para outras regiões africanas (*Idem*). Este fato demonstra que a diplomacia energética foi usada não só para garantir a segurança energética, mas, sobretudo, para ampliar o mercado e o poder de barganha em regiões que o governo brasileiro julgava estratégicas.

Os acordos analisados mostram que, nos períodos de maior fluxo da cooperação energética (2003, 2007, 2015), a maioria dos acordos assinados nestes anos não tinha como objetivo a importação dos recursos energéticos para o território brasileiro. Pelo contrário, o Brasil prestou o serviço de capacitação e de transferência das suas tecnologias para alguns países africanos, contribuindo assim para avanço das indústrias energética nessas regiões, como fez na sua cooperação com o Senegal⁷, por exemplo.

Em 2007, ambos os países assinaram um Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para implementação do projeto senegalês intitulado “Apoio ao Programa Nacional de Biocombustível”. No mesmo ano, e com mesmo objetivo, o Brasil firmou acordo com a União Econômica Monetária de Oeste Africano (UEMOA)⁸, no qual ambos se comprometeram em trocar experiência sobre o papel da agricultura familiar na produção de

⁷ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5819?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=04%2F04%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=139&tipoPesquisa=2> acessado no dia 24 de maio de 2023.

⁸ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5955?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F10%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=124&tipoPesquisa> acessado no dia 24 de maio de 2023.

biocombustível e, entre outros fatores que não envolviam necessariamente o abastecimento da energia.

Houve acordo⁹ entre o governo brasileiro e o governo angolano em abril de 2015, o qual visava à promoção do investimento nas indústrias de agricultura, da energia e de serviços. Mas, as partes não deram pormenores das atividades na indústria energética, e não se sabe se essa cooperação culminaria na importação/exportação dos recursos energéticos entre o Brasil e a Angola.

Do mesmo modo, o Brasil teve um acordo¹⁰ com a República Democrática de São Tomé e Príncipe na área de desporto, educação, saúde, agricultura e petróleo. Trata-se de um Comunicado Conjunto da visita do então Presidente Lula ao país africano em que, na ocasião, foi protocolada a intenção de cooperação no setor do petróleo e gás. Apesar de ambos os países não detalharem os ofícios da cooperação, existem fortes sinais de que o acordo envolve a exploração e exportação dos recursos energéticos, nomeadamente gás e petróleo, como se pode observar:

Tendo em conta o enorme potencial do São-Tomé e Príncipe no sector petrolífero e o papel estratégico deste para o desenvolvimento do país, os presidentes mostraram-se especialmente satisfeitos com a perspectiva de cooperação bilateral no domínio energético, a ser iniciada com assessoria técnica da Agência Nacional do Petróleo (ANP) do Brasil e as autoridades santomenses da área do petróleo (*idem*).

Tudo indica que o Brasil pode ser o destino dos recursos energéticos que serão extraídos. Entende-se, portanto, que a difusão dos acordos energéticos na relação Brasil-África neste período (2007), tem uma íntima relação com as preferências das diretrizes de Política Externa Brasileira e sua inserção no mercado internacional do que a própria necessidade energética. Não que a última questão não tenha sido um fator motivacional eminente, ambos se complementam e dão mais facilidade para a realização cooperação entre as partes.

Por outro lado, se observarmos atentamente o gráfico (4), vamos constatar que entre os anos 1993 e 1998, a dependência externa da energia tinha aumentado e a produção interna

⁹Disponível em:

<file:///C:/Users/Kimany%20OG/Downloads/PDF%20ME%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20de%20Investimentos%20Angola.pdf> acessado no dia 25 de maio de 2023

¹⁰ Disponível em : <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5053?DataFinal=31%2F12%2F2010&DataInicial=01%2F01%2F2003&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData=1&page=238&tipoPesquisa=2> acessado no dia 24 de maio de 2023.

tinha baixado. Neste caso, a nossa hipótese previa que os governos que tinham uma aproximação com os países africanos neste período, tenderiam a procurá-los para mitigar a insuficiência da energia, os quais a produção interna não conseguiria preencher. No entanto, observamos que não é bem assim, pois alguns governos tinham uma relação próxima aos países africanos, mas preferiram outros países. Neste caso podemos referenciar, novamente, o governo do Itamar (1992-1994), ainda que de forma tímida, se aproximou do continente africano, no entanto, nenhum acordo foi assinado na área da energia com os países deste continente.

Foi também a realidade do governo do FHC (1995-2003) e do Bolsonaro (2018-2022), porém, estes governos tinham suas prioridades acentuadas nos países ocidentais em detrimento dos países do sul, sobretudo os africanos (SCHERER, 2021; PIMENTEL, 2000). Por conseguinte, não desenvolveram nenhum acordo energético com os atores do continente africano. Portanto, não constituem nenhuma novidade com relação às nossas hipóteses, pois já prevíamos o baixo número dos acordos destes governos no continente devido ao distanciamento projetado em suas políticas externas.

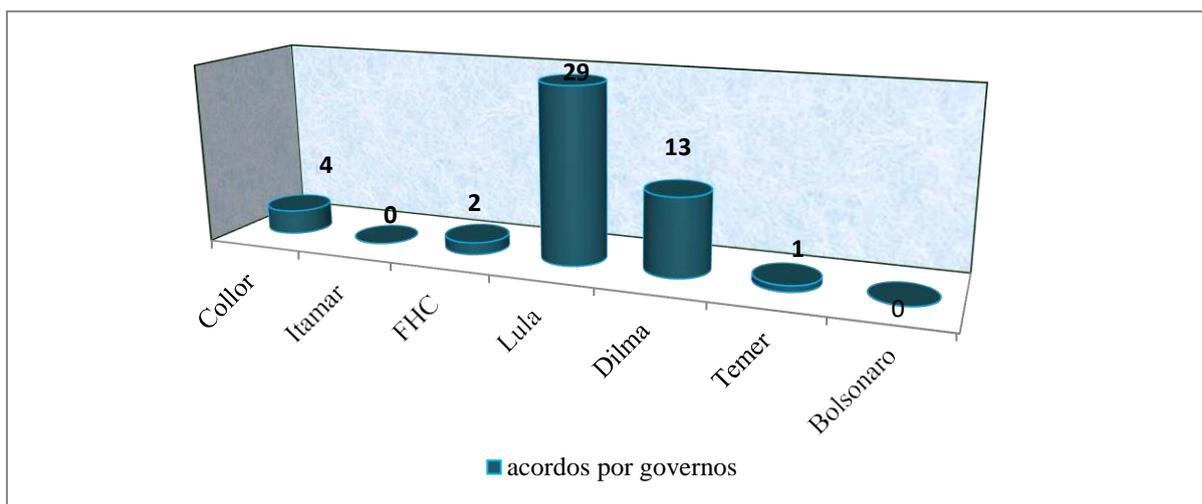
Entretanto, para possibilitar o melhor entendimento das controvérsias entre a política externa e o número dos acordos. Na seção seguinte, fez-se uma análise quantitativa em que comparamos os desempenhos dos presidentes no setor energético e a influência das diretrizes da política externa destes governos nos seus desempenhos.

2.4. Análises dos acordos assinados com os países africanos por governos brasileiros

A pesquisa no Concórdia e no Enetrix, ajudou-nos a desenvolver uma análise quantitativa e cronológica dos acordos feitos pelo Brasil em diferentes continentes que compõem o mundo. A partir disso, conseguiu-se fazer uma análise dos sucessivos governos dos presidentes que passaram pelo Brasil. A importância desta análise está atrelada à ideia de trazer para o debate, os desempenhos dos sucessivos governos brasileiros no setor energético, comparando-os em termos numéricos os acordos assinados em cada mandato. Procurou-se elucidar a relação entre o avanço da diplomacia energética com as estratégias de alinhamento político da política externa de cada governo, representado aqui com os nomes dos chefes de cada governo.

Para tanto, elaborou-se um gráfico de barra, onde foram quantificados os acordos de cooperação energética entre o Brasil e os países africanos por mandato. Desta feita, vai ser possível entender qual presidente teve mais parceria energética com os países africanos, assim, podemos fazer as comparações da política externa entre os governos.

Gráfico 4: apresenta quantidade de acordos por governos brasileiros em África



Fonte: elaborado pelo autor

Tal como ilustra o gráfico acima, o governo do Presidente Lula é o que mais fez acordos com os países africanos na área da energia. Só neste governo foram assinados vinte e nove acordos, número correspondente a 59% do total dos acordos assinados pelo Brasil com os países africanos. Entretanto, é convém lembrar que foram juntados os acordos de dois mandatos de Lula, mesmo assim, apenas no seu primeiro mandato (2003- 2007) superou todos os acordos feitos por outros presidentes.

O governo da Dilma é o segundo governo que mais estabeleceu cooperação energética com os países deste continente, cobrindo 26% do total dos acordos energéticos. E é interessante lembrar que a presidenta deparou com muitas pressões internas que culminaram em *impeachment*, e uma conjuntura internacional desfavorável da inflação, conflitos e instabilidades políticas, e estas intempéries sociopolíticas afetaram/podem ter afetado a capacidade de articulação para conseguir maior desempenho. Mesmo assim, este governo teve mais acordos energéticos que o resto do governo.

Nota-se que, o governo do Lula e o governo da Dilma são os presidentes brasileiros que mais desenvolveram acordos energéticos com os países da África em seus mandatos. Pois, os acordos assinados durante o mandato destes dois correspondem a 85% dos quarenta e

nove acordos que o Brasil assinou com os países africanos ao longo do tempo. Isso mostra que, para os governos petistas, a África é um parceiro ideal para fazer a cooperação, enquanto que para outros governos este continente pode não ser tão interessante para estabelecer cooperação energética.

Octávio (2011), em seu livro intitulado “De Dutra a Lula: a condução e determinantes da Política Externa Brasileira” desenvolveram diferentes variáveis de análises e os fatores que determinam a condução e o desempenho das políticas externas. Nesta obra, o autor em questão mencionou a ideologia política dos Presidentes (Esquerda, Centro-Esquerda, Direita, Centro-Direita, etc) como um dos fatores que influenciam na tomada de decisão da política externa, especialmente no que se refere à escolha dos parceiros para o desenvolvimento no jogo das relações internacionais.

No Brasil, segundo Otávio (2011), um Presidente que se autodeclara de “esquerda”, tende a se alinhar mais com os países do sul em eventos internacionais. Quiçá, este fato justifica maior aproximação e desempenho dos governantes de esquerda com os países africanos. Pois se constatou que os governos com características de direita se aproximavam mais dos EUA em comparação com os países africanos, no geral, não tiveram bom desempenho, tendo em conta ao número dos acordos energéticos que são baixos em comparação com os governos caracterizado ideologicamente de “esquerda”, de acordo com o gráfico (5).

No entanto, se reconhece que, no campo especificamente da energia, existem outros fatores que podem justificar os números dos acordos e, estes elementos transcendem a visão ideológica, é mais centrada na maximização da utilidade: 1) demanda interna por energia, que é quando um governo sofre pressões domésticas do fornecimento da energia e tenta procurar outras parcerias independentemente da ideologia; 2) a busca por novos mercados, que é quando um país precisa expandir o seu mercado procurando outros países, sem considerar a ideologia; 3) A disponibilidade dos serviços energéticos necessários em outros países.

Não obstante, o Lula foi o Presidente que mais exerceu a diplomacia presidencial, a África tinha um lugar privilegiado na Política Externa Brasileira, com justificativa dos laços históricos e culturais que unem a nação africana com o Brasil (GUSMÃO, 2007; LEITE, 2011). Entende-se que estes elementos foram importantes para a aproximação com os países africanos e os mesmos refletem em números significativos de acordos assinados entre o Brasil com os países africanos no setor da energia.

O mesmo aconteceu com o governo de Dilma, que apesar de fazer ajustes da política exterior do Lula, conseguiu ter maior desempenho que outros presidentes. Acredita-se que ela chegou a esse marco por dar continuidade aos projetos já em andamento do Lula. Uma variável importante que merece ser notada quando se compara o desempenho dos dois no setor energético, é o exercício da diplomacia presidencial, e, ao que os dados mostram, talvez tenha contribuído para os números dos acordos assinados por eles. Ou seja, o Lula conseguiu maior número de acordo em relação à Dilma, porque deu mais ênfase à relação com os países africanos, pois teve mais viagens para África do que Dilma (GUSMÃO, 2007; FERNANDE, 2012).

O governo do Collor (1990-1992) ocupando o terceiro lugar com apenas quatro acordos energéticos com o continente africano, apesar de a sua política externa ter como foco o alinhamento político com os EUA. Naquela altura, as diretrizes da Política Externa Brasileira, por questões da estratégia econômica, decidiram distanciar-se dos países africanos, que na leitura deles, não tinham muita relevância econômica. No entanto, acredita-se que, os quatro acordos energéticos têm uma forte ligação com a consequência da crise de petróleo de 1990 que a conjuntura política internacional enfrentava, causada pela guerra no Golfo Pérsico. Com efeito, muitos países começaram as articulações internacionais para alternativas de fornecimento do petróleo, e a África configurava como uma fonte alternativa para o governo brasileiro devido aos recursos energéticos que este continente possui (OLIVEIRA, 2015).

Neste contexto, é importante pontuar que, em 1997, o Presidente Collor reunira com o Presidente da República de Zimbábue, Doutor Robert Gabriel Mugabe, na ocasião, por meio de uma Declaração Conjunta¹¹, ambos os chefes do governo declararam a necessidade de firmarem cooperação em matéria energética. Um dos principais objetivos dessa cooperação estava conectado à produção das energias renováveis, transição tecnológica, troca de experiências, e, por último, não menos importante, a comercialização e potencialização dos recursos e serviços energéticos no país africano. Ao que tudo indica, os recursos energéticos produzidos serão exportados para o Brasil para mitigar os impactos da crise energética derivado da escassez do petróleo.

Segundo Pimentel (2000), a conjuntura internacional afetada pela crise de petróleo 1973, contribuiu para aproximação do governo de Médici em (1973) e Geisel (1974) com os

¹¹ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3853?DataFinal=31%2F12%2F1992&DataInicial=01%2F01%2F1990&TipoAcordo=BL&TpData=1&page=6&tipoPesquisa=2> acessado no dia 27 de maio de 2023.

países do continente africano, ambos procuravam um novo mercado de recursos energéticos, especialmente o petróleo. Cabe lembrar que, os dois governos tinham políticas externas de caráter independente, sem nenhum alinhamento, pois ambos procuravam diversidades dos parceiros. Portanto, é importante considerar que em tempo de crise energética é possível que alguns governos que não tinham proximidade com África procurassem este mercado para abastecer os recursos energéticos.

Já no governo FHC, as relações diplomáticas e comerciais com os países africanos esfriaram, visto que, o então governo teve seus planos de desenvolvimento espelhados na sua relação com os países desenvolvidos, EUA e UE. Mesmo assim, estabeleceu dois acordos energéticos no continente africano. Temer não tinha uma aproximação notória, porém, estabeleceu um acordo. Em seguida, observou-se que o governo de Itamar não possui nenhum acordo, apesar da sua aproximação com a África. O Bolsonaro não se aproximou do continente, e não desenvolveu nenhum acordo energético também.

Esta dissertação tinha a hipóteses de que as estratégias e a prioridade de aproximação (com os países africanos ou não) integradas na Política Externa Brasileira tinham uma ligação forte com os números dos acordos energéticos de cada governo com os países africanos. Ou seja, a hipótese pressupõe que os governos que se aproximavam mais dos países africanos desenvolveram mais cooperação energética em relação aos governos que se distanciaram. Porém, no decorrer das nossas análises, os dados apresentados demonstram que, existem governos que se aproximaram da África durante o mandato, mas não firmaram acordos energéticos, conseqüentemente, não obtiveram maior desempenho em comparação com alguns que distanciaram do continente.

Percebe-se, então, que nem todo governo que tinha uma política externa que integrava o continente africano como marcador de atuação têm condições políticas e governamentais de estabelecer a cooperação energética com os países da África, a exemplo do governo de Dilma (2011-2011). Assim como nem sempre a crise/escassez da energia no mercado faz com que estes governos procurassem o mercado africano para suprimir a necessidade energética, apesar dos recursos energéticos em abundância disponíveis em muitos países deste continente.

Para melhor esclarecimento dessas contradições, é necessário compreender, *a priori*, em que medida os países africanos têm a capacidade energética (recursos, serviços, infraestrutura, tecnologias, informações) para atender a demanda energética interna do Brasil, e atentar sobre a conjuntura política em que a diplomacia energética é exercitada, isto é, se é

favorável ou não para estabelecimento da cooperação. Estas são algumas questões que ficaram abertas para próximas pesquisas, eis que, no momento, não constituem o foco desta dissertação.

2.5. Principais parceiros de Cooperação Energética do Brasil no continente africano.

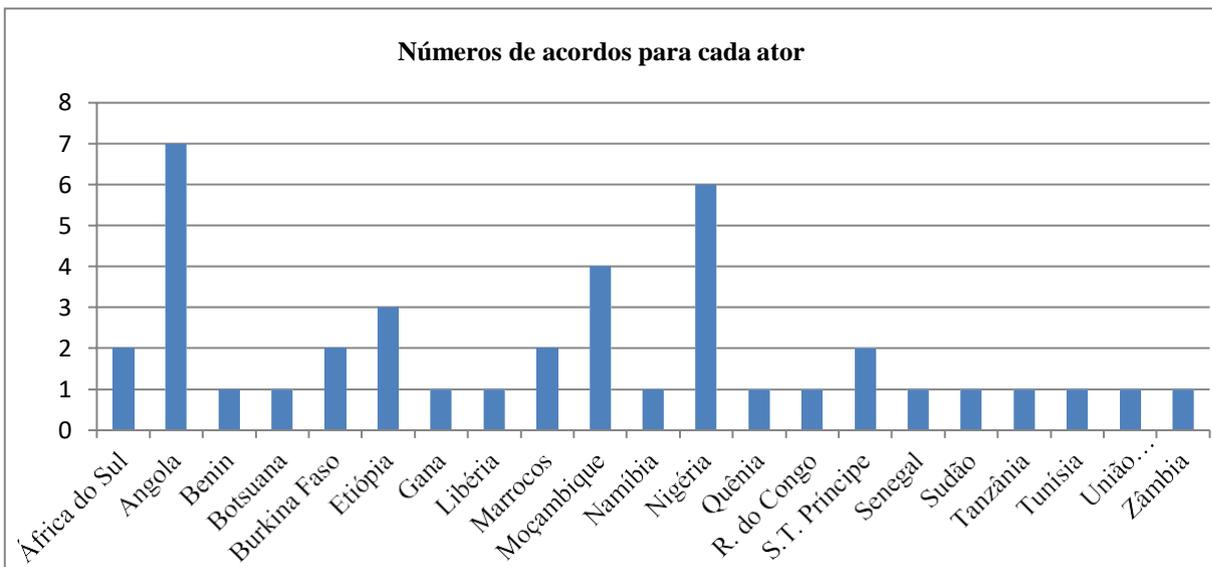
A crise energética da década 70, fez com o Brasil procurasse outros parceiros de cooperação internacional para suprimir as necessidades energéticas exacerbadas. Neste contexto, o continente africano emerge como um mercado estratégico, não só para a garantia da segurança energética, assim como para o crescimento econômico do Estado brasileiro, através da importação e exportação dos recursos energéticos e outros produtos industrializados.

Nesta altura, as relações econômicas e políticas entre ambas as regiões se davam pelas trocas dos serviços em que, por um lado, o Brasil disponibiliza os serviços tecnológicos que desenvolviam o continente, de outro lado, os países africanos, nomeadamente a Nigéria e Angola, disponibilizam para a exploração os recursos naturais em estado bruto, entre eles, destaca-se o petróleo (SANTANA, 2003; ATOYEBI, 2011; OLIVEIRA, 2015).

Entretanto, fez-se um gráfico de barra para apresentar os países africanos e as organizações africanas que possuem acordos energéticos com o Brasil. Essa análise é importante porque traz à tona os principais parceiros do Estado brasileiro no continente africano e os números de acordos energéticos estabelecidos com cada país. Destarte, acredita-se que os dois principais parceiros de cooperação energética merecem destaque, de modo a descobrir os fatores que motivaram o desenvolvimento dos acordos energéticos com tais países.

Entretanto, vale salientar que juntamos os acordos bilaterais e multilaterais nesse gráfico, e os acordos assinados com as organizações regionais africanas não foram contemplados nessa análise. Para tanto, fez-se um gráfico de linha onde para ilustrar os números de acordos feitos com cada ator do continente africano.

Gráfico 5: apresenta os atores africanos que possuem cooperação energética com o Brasil (1990-2022).



Fonte: elaborado pelo autor

De acordo com os dados analisados do continente africano, Angola é o maior parceiro do Estado brasileiro em matéria energética, pois é o país que mais tem acordos com o Brasil nesta área. O Brasil possui oito acordos firmados com a República de Angola, correspondentes a 17,3% do total de acordos entre Brasil e África. E a Nigéria, situada no Golfo da Guiné, consta como segundo maior parceiro do Brasil na cooperação energética no continente africano, cobrindo assim 10% dos acordos. Pode-se considerar que, os dois países se tornaram os principais parceiros energéticos do Brasil no Atlântico Sul devido aos seus potenciais serviços e recursos energéticos que são interessantes para ambas as partes.

Depois temos Moçambique que também é um país da língua oficial portuguesa, ocupando a terceira posição com quatro acordos na classificação dos maiores parceiros da cooperação energética do Brasil. Por último, temos Zimbabwe e Etiópia, ambos com três acordos firmados com o Brasil na área da energia.

Cabe enaltecer Angola, Moçambique e o Brasil são países que compartilham laços culturais e históricos incessantes. Ambos os países foram colonizados pelo império português e compartilham a mesma língua, a língua portuguesa. O fato é que os unem novamente em uma organização chamada CPLP (Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa), onde compartilham valores políticos, económicos e culturais. Em dados momentos estes fatores culturais contribuíram para a aproximação com estes países, como durante o governo do Itamar (1992-1994), por exemplo, na sua aproximação com a África priorizou apenas os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Mas, no geral, o motivo mais forte

dessa parceria entre o Brasil como estes dois países está atrelado aos potenciais recursos energéticos, sobretudo o petróleo (SANTANA, 2003).

Apesar de muitos problemas socioeconômicos e políticos, a Angola, ainda sim é considerado um dos países promissores e mais ricos em termos de matérias primas do continente africano, com uma grande reserva de petróleo, madeira, diamante e o solo propícios para atividades agrícolas. De certa forma, isso chama atenção de muitas empresas multinacionais, transnacionais e estatais estrangeiras, que procuram um mercado com estas características para investir. O petróleo é um das *commodities* mais procuradas para investimento estrangeiro direto em Angola, e as empresas brasileiras, nomeadamente a Petrobras é tida como prioridade nessa corrida, exatamente porque o Brasil é considerado pelos governos como um “país-irmão” devido aos eventos históricos que unem estas nações (SANTANA, 2003).

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975, após o país africano ter expulsado as tropas coloniais portuguesas em seu território. Isso fez com que o Estado brasileiro ganhasse mais prestígio na sua relação dos países do sul global, sobretudo os africanos, possibilitando assim, a facilidade de atuação das empresas brasileiras no continente, principalmente a Petrobras (OLIVEIRA, 2015).

Na Angola a Petrobras participou das atividades que, inicialmente, consistiam na exploração e produção do petróleo através da extração do *offshore*. O seu primeiro contrato foi concedida pelo Sonangol¹², em 1987, envolvia apenas a exploração do Bloco 2, no qual a empresa brasileira detinha 17,5% de participação. Depois os investimentos progrediram para Bloco 4 e 34 entre os anos 1980 e 1987 (BUAMBUA, 1996). Nesta década, a exportação dos produtos industrializados brasileiros para o país africano girava em torno de 9% e a importação era de 9,8%, sendo que, em 1987, a exportação angolana subiu para 19,5% e a importação para 18,7% (OLIVEIRA, 2015, p.72). O fato que mostra o quão significativo foi o petróleo e Petrobras para o estreitamento do relacionamento destas duas nações, assim como do Brasil com a Nigéria.

A relação bilateral entre a Nigéria e o Brasil começou logo após a independência do país africano em 1960. Porém, os intercâmbios comerciais iniciaram a partir dos anos 1965. Na altura, o Brasil sob uma política orientada pela diversidade dos parceiros, sem a

¹² Sonangol (abreviação de Sociedade Nacional de Combustível da Angola) é uma empresa estatal do Estado angolano responsável pela administração e exploração do petróleo e gás natural em Angola.

dependência de qualquer potência econômica, exportava os produtos acabados brasileiros para a Nigéria, e recebia em troca os produtos em estado bruto (ATOYEBI, 2011).

Entretanto, a crise do petróleo 1973 impulsionou ainda mais as relações comerciais entre ambas as nações. Em consideração aos potenciais recursos energéticos da Nigéria, o Brasil passou a integrá-la em sua estratégia geopolítica como uma fonte alternativa para o fornecimento da energia mediante o impasse das suas relações energéticas com os países do oriente médio. Assim, se desenvolveu as trocas comerciais por intermédio *countertrade* com a empresa estatal da Nigéria, *Nigerian National Petroleum Company* (NNPC), na qual o Estado brasileiro disponibiliza os produtos industrializados e automóveis em troca do petróleo nigeriano (ATOYEBI, 2012).

Com esta dinâmica, as importações brasileiras do petróleo nigeriano cresceram de quase 21 U\$\$ milhões em 1972 para mais de 90 U\$\$ milhões em 1977 (LIGIERO, 2011). Mas, o Brasil só começou a atuar efetivamente no mercado nigeriano em 1998, quando a Petrobras ganhou a sua primeira participação na exploração do Bloco OPL 216 em parceria com outras empresas estrangeiras, *Chevron-Texaco*, e a empresa nigeriana *Famfa Oil* (OLIVEIRA 2015).

Em síntese, percebe-se que Angola e Nigéria se tornaram principais parceiros de cooperação energética do Brasil no continente africano, graças aos seus potenciais recursos energéticos, e as características peculiares dos seus mercados que são semelhantes ao ambiente projetado para investimento na Política Externa Brasileira. Entretanto, a aproximação do Brasil com os países africanos detentores de petróleo se deu mais pela busca da segurança energética, a qual foi profundamente desestabilizada pela crise energética de 1973 (ATOYEBI, 2011; OLIVEIRA, 2015).

Neste contexto, as ligações históricas e culturais entre ambas as regiões foram importantes para a satisfação dos interesses comerciais do Brasil neste continente, e estas referências foram muito enfatizadas nos acordos energéticos, como por exemplo, no Comunicado Conjunto¹³ feito aquando da vinda do então Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo ao Brasil, no ensejo em que os dois governos evocaram os laços históricos que ligam ambas as nações. De igual modo, a culturas e os eventos históricos que ligam a nação

¹³ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5436?DataFinal=31%2F12%2F2010&DataInicial=01%2F01%2F2005&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData=1&page=191&tipoPesquisa=2> acessado no dia 24.05.2023.

brasileira e africana, foi caracterizado como suporte da relação Brasil-África na Declaração Conjunta¹⁴ sobre o estabelecimento de parceria estratégica entre o Brasil e a República de Angola, assinado no dia 2 de novembro de 2003.

2.6. Síntese

Na geopolítica da energia brasileira, a África configura como um mercado importante, mesmo estando na quarta posição entre os continentes que o Brasil tem acordos, como a Europa, América, Ásia e Oceania. Percebeu-se que, em determinados períodos, o continente africano apresentou conjuntura política conflituosa, que talvez tenha sido empecilho para realização de determinados acordos, especialmente na área da energia.

De acordo com os dados levantados, o ano de 2007 é o período de maior fluxo energético na relação Brasil-África no campo da energia. Descobriu-se que, a maioria dos acordos assinados no referido ano, não tiveram como o objetivo primordial o abastecimento dos recursos energéticos para o território brasileiro. Na verdade, os acordos demonstravam a preocupação com a expansão da área de barganha do Brasil, usando os seus recursos tecnológicos e a sua experiência para ajudar a desenvolver as indústrias energéticas em alguns países africanos, ou seja, procurava-se a inserção do Brasil no mercado africano através da oferta de expertises e serviços tecnológicos da energia.

No que tange ao desempenho de cada governo, os dados mostram que o governo Lula teve mais números de acordos energéticos em África do que qualquer governo, e que este desempenho tem uma ligação intrínseca com as diretrizes da sua política externa, o meio político pelo qual o Estado brasileiro demonstrou sua intenção de aproximar do continente. No entanto, descobriu-se que existe uma incongruência entre as diretrizes da política externa e o desempenho dos governos, isto é, nem todos os governos que tinham certa aproximação (neste caso, o governo do Itamar) com a África tiveram maior desempenho em comparação com os governos que se distanciaram desta região.

O Brasil possui e quarenta e nove (49) acordos com vinte e um (21) atores do continente africano, entretanto, a Angola (sete acordos) e a Nigéria (oito acordos) são

¹⁴ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6819?DataFinal=31%2F12%2F2010&DataInicial=15%2F04%2F2010&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData=1&page=28&tipoPesquisa=2>

considerados maiores parceiros da cooperação energética do estado brasileiro no continente africana, tendo em conta aos números de acordos assinados com estes dois países.

3º CAPÍTULO:

3.1. DIMENSÃO AMBIENTAL DA SEGURANÇA ENERGÉTICA

Este capítulo tem como objetivo entender o nível de comprometimento com as agendas internacionais de mudanças climáticas dentro da relação energética entre o Brasil e os países do continente africano (1990-2022). Para tanto, foram feitas análises dos dados para descobrir quais as matrizes energéticas predominantes na cooperação energética entre o Brasil e os países africanos, e, na sequência, procurou-se ilustrar quais governos firmaram acordos que envolvem as fontes de energias renováveis. Também, foram analisados os acordos feitos no âmbito das energias renováveis com vista a entender a retórica usada para justificar o estabelecimento das parcerias neste ramo, com intuito de entender o nível de preocupação com as pautas sobre meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

3.2. Dimensão ambiental de Segurança Energética e a Cooperação Internacional

Como foram abordados em outras partes desta dissertação, os desafios que se colocam aos países, sobretudo depois das duas crises do petróleo (1973 e 1979), consistem em garantir o fornecimento permanente dos recursos energéticos em consonância com o desenvolvimento socioeconômico de menos custos ambientais. Ou seja, para que se atinja o desenvolvimento

social aspirado mundialmente, o cumprimento das “metas” de dimensão ambiental da segurança energética torna-se imperativo.

Cabe alertar que o conceito da segurança energética abrange muitas áreas e temáticas que se cruzam, tais como a militar, social, econômica e ambiental. Destarte, a plenitude do desenvolvimento exige o equilíbrio entre estas nuances, sobretudo, quando se refere ao crescimento econômico e o “bem-estar” social. A segurança energética ligado ao meio ambiente, a qual configurada aqui como objeto desta análise, diz respeito às considerações dadas aos fatores ecológicos internos e externos, visando promover o desenvolvimento sustentável e o bem-estar transmitido de geração em geração (PAIVA, 2015; BUZAN, 1991).

Em resumo, a dimensão ambiental de segurança energética visa levar em consideração os fatores de desenvolvimento sustentável no processo de produção da energia, assim como durante o seu consumo, cujo desafio consiste em reduzir a concentração de dióxido de carbono na atmosfera. Procura-se, portanto, incrementar o modelo de produção da energia baseada nas fontes de energias renováveis que garanta o equilíbrio entre o crescimento econômico, boa qualidade de vida e um meio ambiente altamente estável. De grosso modo, a segurança energética na perspectiva ambiental significa debate sobre fontes alternativas à produção e ao consumo dos combustíveis fósseis para energia derivadas das fontes ambientalmente sustentáveis, as que não provocam alterações climáticas (PAIVA, 2015).

Destarte, a cooperação internacional surge como um instrumento político capaz de solucionar os problemas globais de mudanças climáticas consideradas consequências da produção e consumo das energias a partir das matrizes energéticas tradicionais. Em vista disso, as lideranças internacionais têm-se organizado nesse sentido, procurando arranjos institucionais, criando acordos entre os Estados e, idealizaram-se, também, os regimes internacionais para coordenar o processo desenvolvimentista a nível mundial. Porém, o maior desafio consiste em obter colaboração e coordenação eficiente, envolvendo Estados, ONGs, Empresas, entre outros atores influentes do sistema mundial (KEOHANE, 2013).

Um dos principais acordos internacionais que ilustra a preocupação com esta causa, foi o *Protocolo do Quioto*, no qual se estabeleceu a meta internacional de controle da emissão de gases de efeito estufa. Foi aprovada no dia 14 de dezembro de 1997, durante a *Terceira Conferência das Partes*. Vale lembrar que, a discussão sobre emissões de gases de efeito estufa esteve presente nas conferências de Rio-92, onde foi criada a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, bem como na Bonn-2001. Entretanto, muitos

países presentes nestas negociações comprometeram-se, e, pelo menos, em tese, demonstraram a vontade de incrementar políticas sustentáveis na área da energia.

Portanto, os temas do Regime Internacional de Mudanças Climáticas aparecem como um elemento muito importante nas políticas domésticas e externas dos atores internacionais, sobretudo para os que ratificaram o *Protocolo do Quioto* e outras convenções no quadro de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável. Sendo assim, instituições como a ONU, funcionam como suporte da cooperação entre os atores internacionais que compartilham interesses convergentes dentro do sistema internacional. Ou seja, desempenha o papel de guardiã da ordem internacional.

Segundo Keohane (1989), as instituições devem ser compreendidas como um conjunto de unidades, regras formais e informais que procuram moldar o comportamento dos atores internacionais para determinada causa, em uma área específica. Esta ótica é também compartilhada pela Siqueira (2010) em sua dissertação do mestrado, na qual a autora declara que, as instituições internacionais devem ser entendidas como entidades que viabilizam a cooperação entre os Estados que procuram soluções eficientes dos problemas em uma ou mais dimensões das matérias de relações internacionais.

Em vista disso, os regimes internacionais podem ser compreendidos como políticas institucionalizadas que abarcam conjunto de regras, planos e metas estabelecidas entre grupo de Estados com interesses convergentes em uma determinada área como, por exemplo, o meio ambiente. Do mesmo modo, o regime é definido por Krasner (1983, *apud* SIQUEIRA, 2010, p. 47) como: “conjunto de princípios implícitos e explícitos, normas, regras e procedimento de tomada da decisão sobre os objetivos planejados em determinada área das relações internacionais”.

Como se pode perceber, a formação dos regimes internacionais depende essencialmente dos pontos convergentes entre os Estados. E eles têm o objetivo de acabar/mitigar os problemas em uma dimensão definida, como é o caso de mudanças climáticas, cujo desafio está centrado na redução de gases de efeito estufa. Ou seja, os regimes internacionais dão eficiência à cooperação, desenvolvendo uma ação coletiva para solucionar os problemas que afetam o mundo. Entretanto, faz-se necessária a colaboração de todos os atores que ratificam tais políticas para, assim, atingir os objetivos premeditados.

No caso das mudanças climáticas, especialmente o *Protocolo de Quioto*, o Brasil, assim como a maioria dos países africanos, se não todos, participam deste evento e se comprometeram, pelo menos em tese, de procurar soluções para crises climáticas decorrentes da extração dos recursos energéticos em fontes tradicionais. Nesta seção, vai ser analisado até que ponto ambos os atores se dedicaram a promover cooperações para incrementar as energias sustentáveis, utilizando as matrizes energéticas renováveis. E como o Brasil pode aproveitar da emergência das energias renováveis para se projetar internacionalmente, usando a sua *expertise* e transferências das tecnologias para potencializar as indústrias energéticas dos seus parceiros africanos.

É importante desenvolver esta análise, pois em muitos casos, constata-se uma profunda dissonância no sistema internacional, isto é, a incongruência de uma retórica sustentável e o comportamento antrópico: de um lado verifica-se a incessante emissão de dióxido do carbono por parte dos países mais industrializados, mesmo reconhecendo a gravidade das ações antrópicas em torno das atividades econômicas, ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade de colaboração e cooperação para mitigar os problemas ambientais que ameaçam a segurança internacional.

Os ideais de um mundo sustentável, às vezes, configuram como uma forma de embelezar a retórica dos Estados que, simplesmente, visam dissimular as opiniões públicas para serem vistos como “politicamente corretos”. No entanto, o comprometimento e o espírito da sustentabilidade não permeiam as suas políticas externas e suas ações na busca pelo desenvolvimento econômico e manutenção do *status quo*.

Em suma, a criação de política internacional sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável é uma tarefa complicada, pois requer a colaboração de diferentes atores internacionais, e, na maioria da situação, os interesses individuais eclodem e causam dificuldade na coordenação. Assim como escreveu Keohane (2013), uma cooperação internacional bem-sucedida exige compromissos compatíveis com os incentivos que se alinhem, na medida do possível, com os interesses nacionais de cada Estado, e que sejam capazes de produzir ganhos relativos. Estes fatores ainda não foram alcançados no âmbito da cooperação internacional em prol da dimensão ambiental de segurança energética, principalmente pela falta de comprometimentos com agendas/metastabelecidas.

3.3. Análise Geopolítica da Segurança Energética.

Diante da importância ressaltada em torno da cooperação que agrega maior participação das matrizes energéticas limpas, as quais produzem recursos energéticos menos agressivos ao meio ambiente, esta seção tem como objetivo ilustrar as matrizes e recursos energéticos predominantes na cooperação Brasil-África. E, na sequência, deu-se a continuidade sobre análise de dados relacionados às agendas da Política Externa Brasileira sobre as energias renováveis no continente africano,

Primordialmente, descrevemos quantitativamente os recursos energéticos envolvidos nos acordos entre Brasil e os atores africanos, sejam eles países ou organizações, com vista a mostrar os principais interesses da Diplomacia Energética Brasileira em matéria da energia. Entretanto, após a análise dos dados sistematizados, descobriu-se que o biocombustível é o recurso energético mais citado nos documentos de acordos, tendo assim 14 acordos envolvendo-o como um dos objetivos da cooperação entre ambas as partes. Segundo recurso que mais apareceu nos documentos analisados foi o petróleo, que compreende nove vezes (9), seguida da energia renovável (não foi especificado o recurso envolvido) com oito (8) citações. Entretanto, existem outros recursos que foram mencionados nos documentos, porém, não foram tão citados quanto os outros. Para caracterizar melhor Diplomacia energética brasileira e os recursos envolvidos nos acordos com o continente africano, optamos por elaborar um quadro geral dos recursos energéticos contemplados nos acordos.

Quadro 1: Atores e recursos energéticos mencionados nos acordos do Brasil na África (1990-2022)

| PARCEIROS | RECURSOS CONTEMPLADOS |
|-----------------------|---|
| África do Sul | Não especificados (2) |
| APCNPDA ¹⁵ | Não especificado (1) |
| Angola | Energia elétrica (2), Hidrelétrica (2); Bioenergia (1); Petróleo (3); Não especificado (2); Biocombustível (1); |
| Benin | Biocombustível (1) |
| Botsuana | Não especificado (1) |
| Burkina Faso | Energia renovável(1); Etanol (1) |
| CEDAO ¹⁶ | Biocombustível (1) |

¹⁵ Agência de Planejamento e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

¹⁶ Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

| | |
|---------------------|---|
| Etiópia | Bioenergia (2); Energia (1) |
| Gana | Biocombustível (1) |
| Libéria | Energia Elétrica (1); Biocombustível (1); Hidrelétrica (1); Energia (1); Biodiesel (1); Biomassa (1); Petróleo (1); Gás Natural (1); Hidrocarbonetos (1) |
| Marrocos | Recurso hídrico (Água) (2); Petróleo (1) |
| Moçambique | Biocombustível (2); Energia Hídrica (2); Energia Eólica (2); Energia Solar (2) |
| Namíbia | Energia (1) |
| Nigéria | Petróleo (4); Energia elétrica (2); Biocombustível (3); Gás natural (3); Etanol (2); Energia alternativa (1) |
| Quênia | Energia (1); Biocombustível (1); Etanol (1); Biodiesel (1); Biomassa (1); Energia Elétrica (1); Energia Hídrica (1); Energia Eólica (1); Energia Solar (1); Lenha (1); Biogás (1) |
| República do Congo | Petróleo (1); Hidrelétrica (1) |
| São Tomé e Príncipe | Petróleo (2); Gás natural (1); |
| Senegal | Biocombustível (1); Etanol (1) |
| Sudão | Energia (1) |
| Tanzânia | Energia (1) |
| Tunísia | Energia (1) |
| União Africana | Biocombustível (1) |
| UEMOA ¹⁷ | Energia (1) |
| Zâmbia | Biocombustível (1); Biomassa (1) |
| Zimbábue | Biodiesel (1); Energia (1); Energia renovável (1) |

Fonte: feito pelo autor

A partir do quadro acima, constatou-se que existe uma predominância dos recursos renováveis nos acordos energéticos estabelecidos entre o Brasil e os países do continente africano. Destarte, nota-se o empenho em direção aos requisitos para a consagração da segurança energética na perspectiva ambiental. Pois a cooperação nesse sentido deve ser vista como uma preocupação direcionada ao cumprimento com as metas sobre a emissão de

¹⁷ União Económica e Monetária do Oeste Africano

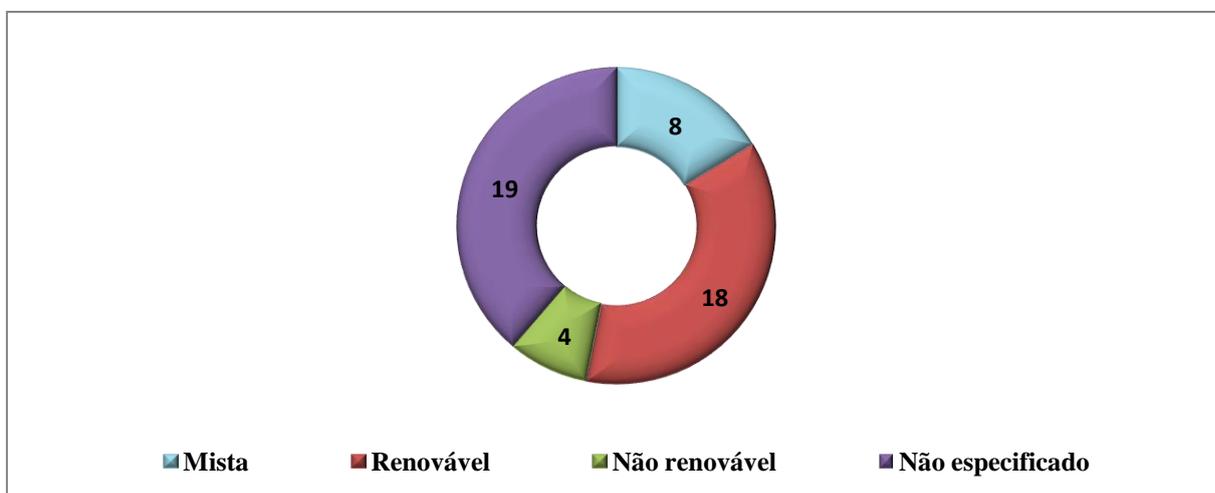
dióxido de carbono. Uma vez que o acesso aos recursos energéticos renováveis diminui o consumo das energias fósseis.

Para que se tenha noção do comprometimento com os regimes internacionais de mudanças climáticas na relação Brasil-África em matéria da energia, fez-se uma análise quantitativa e descritiva das matrizes energéticas envolvidas nos acordos entre Brasil e os países da África, que possibilite a compreensão das matrizes energéticas prevalentes.

Os dados extraídos no Concórdia e na Enetrix, nos possibilitaram organizar e separar os acordos por matrizes energéticas. Foram classificados os acordos envolvendo as diferentes fontes energéticas, os quais foram citados em tais documentos da seguinte forma: 1) acordos sobre energias renováveis; 2) acordos sobre energias não renováveis; 3) acordos mistos, envolvendo as duas matrizes; 4) acordos com a matriz não especificada. A terceira categoria são os acordos que juntam as energias renováveis e não renováveis em um só acordo, enquanto que a última diz respeito aos acordos em que não foram especificados os tipos de fontes energéticas envolvidas.

Elaborou-se um gráfico abaixo para apresentar quantas vezes determinada matriz foram citadas nos acordos de cooperação Brasil-África, como pode ver no gráfico seguinte: foram encontrados oito (8) acordos energéticos em energias mistas, renováveis e não renováveis; dezoito (18) acordos feitos envolvendo a matriz energética renovável; apenas quatro (4) acordos com interesses para energia não renovável e; foram encontrados dezenove (19) acordos que não especificam quais fontes energéticas de interesse para a cooperação.

Gráfico 6: apresenta números de citações das matrizes energética envolvidas nos acordos de cooperação Brasil-África



Fonte: elaborado pelo autor

O gráfico nos mostra que 38% dos acordos feitos entre o Brasil e os países africanos envolvem a energia renovável, apenas 8% envolve a matriz energética não renovável, e, pode-se notar também que 16% dos acordos nessa área envolve a energia mista, ou seja, a junção das duas matrizes: renovável e não renovável. Por outro lado, temos 18 acordos correspondentes a 36% do total dos acordos, que não foram especificados as fontes energéticas envolvidas.

Portanto, notam-se os esforços do Brasil junto às nações africanas na luta pela segurança energética, não só na perspectiva econômica e social, mas também pela dimensão ambiental da segurança energética, haja vista ao número considerável dos acordos em matéria das energias renováveis. A partir disso, viu-se a importância de analisar os dados auferidos para medir os esforços de cada governo brasileiro em prol da dimensão ambiental da segurança energética.

Para isso, foram separados apenas os acordos que envolvam as fontes energéticas renováveis, os quais foram rodados na tabela dinâmica e divididos por datas com vista a descobrir o período em que foram assinados estes acordos e, assim, coletar os dados de acordo com o governo que fez a cooperação. Dessa maneira, foi possível fazer a comparação em termos numéricos para saber em que governo foi assinado mais acordos de energias renováveis no Brasil, entre os anos 1990 e 2022.

Gráfico 7: Apresenta números de acordos em fontes renováveis por cada governo.



Fonte: elaborado pelo autor

Tal como se viu no gráfico (3), no total de 49 acordos feitos entre o Brasil e os países africanos na área da energia, 18 deles envolvem as fontes de energia renovável. O gráfico quatro (4) ilustra que 13 destes acordos foram assinados durante o governo do Lula, ou seja, 72% dos acordos envolvendo energias renováveis foram firmados neste governo. Foram feitos quatro (4) acordos em matrizes energéticas renováveis ao longo do mandato da Dilma, e apenas (1) acordo assinado no decorrer do governo do Collor. Já no decorrer do governo do Temer e do Bolsonaro não foram feitos nenhum acordo envolvendo fontes renováveis de energia.

Durante o governo do Lula, o Brasil procurou desenvolver e expandir ainda mais a sua indústria das energias renováveis, especialmente do etanol, para ganhar maior vulto internacional, e se projetando como *global player*. O etanol foi usado como um recurso energético alternativo para as frotas, tendo em vista a sua capacidade de se renovar e, sobretudo, de mitigar as consequências de degradação ambiental derivadas da produção e consumo dos combustíveis fósseis.

É de salientar que, a exportação do etanol como um combustível alternativo a competir com a gasolina começou a ter destaque em 1980, e teve também os seus momentos altos e baixos. Entre os anos 2004 a 2008, o Brasil ultrapassou a taxa mundial de exportação do etanol, com 48,03% do país a 40,50 % do mundo, porém, nos anos 2009 e 2010 caíram para 42,4% (BITTENCOURT et al., 2012). É possível, igualmente, notar o fluxo da exportação de

etanol durante o governo do Lula a partir da análise da cooperação Brasil-África. Foram encontrados quatro acordos energéticos envolvendo o etanol, ambos foram estabelecidos entre os anos 2003 e 2010, e este fato demonstra como a política externa neste período estava empenhada em elevar o perfil do Brasil como um ator competitivo no mercado internacional, sem cunhar-se às grandes potências mundiais.

Nesta época, o Brasil se tornou o maior produtor do etanol, estando à frente dos EUA, seguidos da China, Índia e França. Além disso, é considerado o único país que possui atributos territoriais e tecnológicos para a produção e expansão do etanol sem que isso cause implicações à sua segurança alimentar (BARROS et al., 2012). Mas, considerando as tensões geopolíticas, a consolidação do etanol no mercado internacional não se resume à promoção comercial, ela exige, do mesmo modo, o investimento bruto em pesquisas para aumentar a *expertise*, assim como a difusão das suas tecnologias para outras regiões do mundo.

O desenvolvimento das matrizes energéticas mais limpas e a transferência destas tecnologias para outras regiões menos desenvolvidas são considerados fatores cruciais para elevar o perfil de liderança de qualquer que seja ator das relações internacionais (ABRÃO, 2022). Como se pode perceber, o Brasil, pelo menos, na sua relação com os países da África, demonstra ter características fortes para competir com grandes exportadores das tecnologias de energias limpas, como EUA, Japão e UE, e os demais *players*.

Os dados do desempenho dos governos brasileiros demonstram o engajamento do Brasil na luta pela segurança energética na perspectiva ambiental, e isso pode ascender o Estado brasileiro na hierarquia da geopolítica de energias renováveis e, desse modo, ser destaque na arena internacional. Algo que vai ser evidenciado da melhor forma nas análises da próxima seção, na qual se trouxe os dados da evolução das energias renováveis no Brasil e no mundo. Na mesma ocasião, analisamos os acordos com os países africanos com vista a entender como é que os assuntos da energia renováveis e o meio ambiente são incorporados na Política Externa Brasileira, e se existem planos de transferências de tecnologias de modo a colaborar com as agendas internacionais sobre meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

3.3 Análises das retóricas sobre as energias renováveis usadas nos acordos com os países africanos.

Os desafios impostos pelas emergências ambientais necessitam das políticas governamentais adequadas à sustentabilidade, e um avanço cada vez mais no ramo tecnológico com vista a possibilitar a geração das energias com menos implicações ambientais desde a sua produção até o consumo final (PAIVA, 2015). E isso depende intrinsecamente do engajamento dos Estados, não só na esfera doméstica, mas também na cooperação de toda a comunidade internacional. Posto que, as catástrofes ambientais constituem um problema de segurança global.

Como foram aludidas na etapa anterior, em muitos casos, as narrativas sobre as mudanças climáticas são usadas apenas como uma retórica para persuadir ou distrair a comunidade internacional do foco do problema. Com efeito, muitos Estados não querem desvincular-se das atividades que degradam o meio ambiente, uma vez que os ganhos econômicos e o aumento do poder que isso pode proporcionar entre eles são favoráveis à elevação da capacidade de barganha.

Portanto, a ineficiência da cooperação internacional no âmbito da dimensão ambiental de segurança energética vem através de raciocínio sobre ônus e bônus dos grandes atores internacionais. Porque, além de ameaçar a soberania nacional, as metas de emissões do carbono exigem a diminuição ou cessão das atividades economicamente mais rentáveis, e muitos Estados não estão dispostos a sacrificar suas sucessões econômicas pelo bem-estar da humanidade. Além disso, não existem incentivos concretos e suficientes para os países, e que sejam compatíveis aos ganhos econômicos e o poder que a produção e o comércio dos combustíveis fósseis trazem.

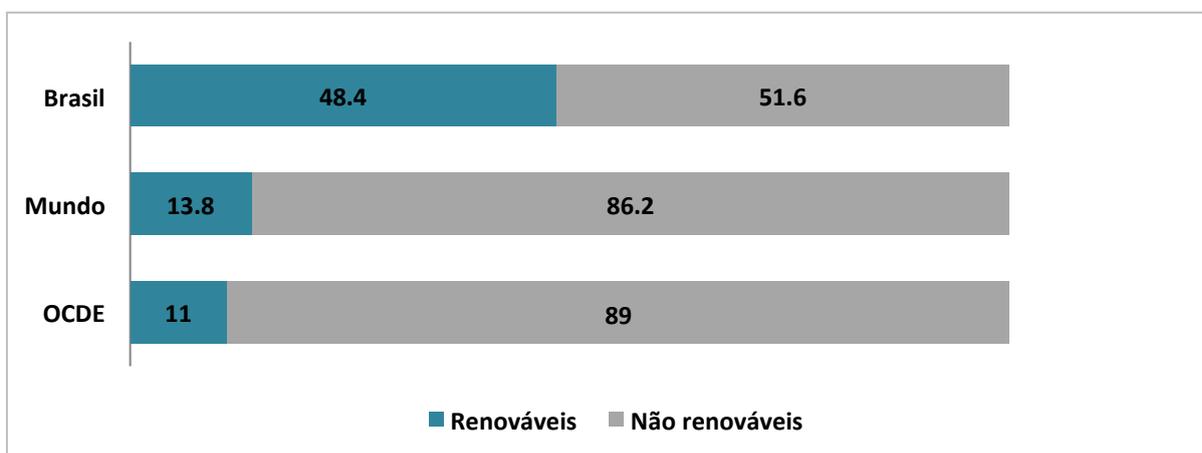
É importante sublinhar que, o poder econômico é algo imprescindível para satisfazer os interesses nacionais dentro do jogo das relações internacionais. E na luta pelo poder, quem pouco tem, pode perder “tudo” que tem, e quem tem muito é capaz de ganhar tudo que almeja. Ou seja, é a economia que proporciona o poder. Por isso, os Estados estão sempre na busca incessante do poder, tanto econômico, quanto bélico, com intuito de obter agilidade para as suas aspirações.

No entanto, a nova geopolítica da energia, concebe que o poder de um Estado está atrelado à autossuficiência energética, isto é, depender apenas da sua produção interna, e a

capacidade que se tem de produzir, exportar e transferir com destreza as tecnologias das energias renováveis com grau superior de diversidade. E os países que permanecerem na dependência das energias fósseis, ou na dependência externa dos serviços tecnológicos estrangeiros de baixo-carbono, perderão espaço na reconfiguração da geopolítica internacional da energia, e estarão vulneráveis às ameaças convenientes da interrupção dos fornecimentos das energias menos poluentes dos países exportadores (O’SULLIVAN et al, 2017; STEGEN, 2018). Eis que, a inovação tecnológica da produção energética de menos impactos negativos ao meio ambiente, constitui novos polos de poder geopolítico das energias na arena internacional (ABRÃO, 2022).

Neste cenário, o Brasil se insere como um *player* eminente para competir com grandes potências internacionais, tendo em conta a sua notável capacidade de gerar as energias renováveis, com 515.449 *gigawatts* hora (GWH) (IRENA, 2021). Além disso, a participação das renováveis na matriz energética brasileira é superior à participação do mundo, e é também superior à participação dos países da Organização para o Desenvolvimento Econômico--OCDE (EPE, 2021; ABRÃO, 2022), como se pode notar no gráfico abaixo:

Gráfico 9: apresenta participação das matrizes energéticas da produção interna e importação.



Fonte: elaborado pelos autores com os dados de 2020 da EPE (2021)

Como se pode observar, o Brasil possui enorme potencial energético para assumir uma posição relevante na geopolítica das energias renováveis, caso se engaje na expansão da sua *expertise* para outras regiões do globo. Destarte, torna-se pertinente para a nossa análise, entender através dos discursos nos acordos da cooperação energética com os países africanos, se existe debate em torno destas pautas de alteração da matriz energética, e como elas são

tratadas. E se existem os desejos de transferência das tecnologias, neste caso do Brasil para alguns países africanos.

De grosso modo, o nosso objetivo nesta seção consiste em entender quais são as retóricas usadas nos acordos envolvendo as fontes das energias renováveis na cooperação energética Brasil-África. Esta análise é importante porque, segundo Keohane (2013), a cooperação internacional é essencial para dar respostas ao processo de transição energética e mudanças climáticas, dentro da nova ordem mundial. Pois diferente das energias fósseis, a produção das energias limpas requer as tecnologias adequadas e as infraestruturas que podem suportar toda a produção, e que garante a baixa emissão de carbono para atmosfera. Mas, é sabido que alguns países de baixa renda, nomeadamente os africanos e latino-americanos, não possuem esta capacidade, portanto, necessitam dos investimentos externos para acompanhar esta evolução (ABRÃO, 2022).

Para entender a retórica usada em torno dos acordos energéticos Brasil-África, esta seção adota o método de análise do conteúdo, utilizando a técnica de análise usada pelo Montenegro (et al, 2020) num artigo intitulado “o lugar das fontes renováveis no relacionamento do Brasil com os RICS na área de energia: uma análise das agendas bilaterais e das declarações de cúpula (1990-2018)”. Neste artigo, os autores seguiram uma trilha que pode nos ajudar a chegar aos objetivos deste artigo através de seguintes técnicas de pesquisa: 1) menções às energias renováveis nos acordos; 2) mapeamento dos argumentos relacionados à dimensão ambiental da segurança energética dentro dos acordos.

Para tanto, foram escolhidos os documentos de uma forma criteriosa, buscando neles a presença dos termos e expressões que podem ser identificadas e examinadas, com vista a entender a justificativa das realizações da cooperação em matéria da energia, sobretudo energias renováveis. Haja vista o importante papel das energias renováveis na luta contra as mudanças climáticas.

No memorando do entendimento feito entre o Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental na área de Biocombustível, assinado no dia 11 de maio de 2014¹⁸, ambas as partes demonstraram interesse em desenvolver cooperação envolvendo as

¹⁸ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11880?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=Comunidade%20Econ%C3%B4mica%20dos%20Estados%20da%20C3%81frica%20Ocidental%20na%20%C3%81rea%20de%20Biocombust%C3%ADveis&TipoAcordo=BL> acessado no dia 15 de junho de 2023

fontes alternativas de energia como uma forma de garantir o desenvolvimento sustentável. Nele, as retóricas usadas demonstram a consciência de sustentabilidade, ainda é ressaltada a importância do papel das energias renováveis perante as demandas para garantir a integridade do clima e a baixa percentagem de poluição ambiental.

Os autores consideram que esta parceria simboliza o engajamento para cumprimento das Metas do Milênio, em especial o combate à pobreza. O fato que ilustra o comprometimento com os regimes internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, os quais sua eficiência, na visão do Keohane (2013), depende intrinsecamente da colaboração dos Estados, tanto no âmbito doméstico, como em suas atuações externas.

Do mesmo modo, foi possível perceber respeito aos preceitos ambientais de ordem internacional nas relações políticas e econômicas Brasil-África através do Protocolo de Cooperação do governo brasileiro com o reino do Marrocos no campo do meio ambiente e a gestão da água¹⁹, no qual os atores reconhecem que a poluição do meio ambiente é um problema global, ou seja, os seus impactos são transfronteiriços. E, ressaltaram a necessidade da proteção e melhoria do meio ambiente e dos recursos hídricos para o bem-estar das gerações presentes e vindouras. No final, ambos os países enfatizaram a importância da cooperação como meio eficaz para consagrar o bem-estar da humanidade.

No ano 2007, precisamente em Uagadugu, capital do Burkina Faso, o governo burkinabe e o governo brasileiro fizeram acordo no quadro do Protocolo de Intenções sobre a Cooperação Técnica na área de Produção de cana-de-açúcar²⁰, com a finalidade de produzir etanol. Apesar dos referidos cooperantes não mencionarem a importância da produção do etanol para o avanço das energias renováveis e a sua contribuição nos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Por outro lado, constatou a preocupação com desenvolvimento das tecnologias para a produção das energias de baixo-carbono. Pois nas alíneas do **Artigo I** do acordo, os dois autores elucidaram os compromissos assumidos para o desenvolvimento da cooperação técnica em seguintes áreas: “a) promoção de cana-de-açúcar na produção do

¹⁹ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6140?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=14%2F05%2F2008&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=102&tipoPesquisa=2> acessado no dia 15 de junho de 2023.

²⁰ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5947?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F08%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=125&tipoPesquisa=2> acessado no dia 15 de junho de 2023.

etanol; b) sistemas de produção do etanol; c) capacitação especialmente para elaboração do marco regulatório para a regulação e comercialização do etanol”.

Do mesmo modo, a preocupação com o meio ambiente é explícita no acordo da cooperação energética entre o Brasil e a República do Quênia²¹. Ambos os países demonstraram a preocupação e a imperiosa necessidade da redução de emissão de gases do efeito estufa para atmosfera. De certa forma, isso evidencia a colaboração de ambos os países na luta pela preservação do meio ambiente, servindo de exemplo para outros Estados estreitarem relações nesse sentido. Para contextualizar de forma precisa a mentalidade ambientalista presente no fundamento dessa parceria, trouxemos as narrativas do **Artigo II** deste acordo, que diz o seguinte:

As partes cooperarão para o desenvolvimento e a promoção do bioetanol e do biodiesel no setor doméstico, industrial e do transporte, bem como para exportação de biocombustíveis, o uso dos carros motores *flex fuel* com vista a reduzir emissões de gases estufa, desenvolvimento de biocombustível de segunda geração, o uso de biomassa para a segunda geração de energia elétrica, especialmente dejetos da agricultura como a bagaça para cogeração, ademais de programa de gaseificação de biomassa para os setores doméstico, industrial e de transporte por meio de colaboração em pesquisas [...]

No mesmo acordo, é possível notar o empenho do Estado brasileiro em elevar o seu perfil no processo da reconfiguração da nova geopolítica mundial da energia, disponibilizando sua *expertise* e tecnologia para incrementar as matrizes energéticas renováveis em outras regiões, usando o etanol como *commodity* para projetar-se internacionalmente como um *global player*, conforme as promessas asseguradas neste acordo, tais como: “a formação dos recursos humanos, financiamento dos programas voltados para o campo do setor energético, bem como a manufatura e a fabricação das tecnologias de energias renováveis (hidrelétrica, eólica, energia solar)”.

Esta postura indica que o Brasil se posiciona como um ator relevante nas formas de produzir energias renováveis, pois sua capacidade de desenvolvimento das fontes de energia é reconhecida e expressada pelos outros Estados, tal como foi explicitada no seu acordo com a

²¹ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6854?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F04%2F2010&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=25&tipoPesquisa=2> acessado no dia 16 de junho de 2023.

CDEAO²², o qual envolve o projeto “Visão 2020” cuja finalidade é promover a integração regional, incluindo as considerações sobre a energia moderna e sustentável para todos.

Do mesmo modo, no Ajuste Complementar ao Acordo básico para a Cooperação Técnica e Científica entre o governo da República Federativa do Brasil com o governo da República do Gana para Implementação do Projeto “Desenvolvimento das Bases para o Estabelecimento da Agricultura de Energia em Gana”²³. Ambos os países fizeram investimento em direção à transição energética, substituindo assim as fontes de energias fósseis para renováveis. O Brasil procurou expandir a sua *expertise*, designando e enviando técnicos brasileiros para capacitar os profissionais ganeses em sistemas de produção de biocombustíveis. Cabia também ao governo brasileiro disponibilizar as infraestruturas para a realização dos treinamentos no Brasil.

Já no Memorando do Entendimento sobre a Cooperação na Área da Energia Renovável²⁴ com a República de Moçambique, o Brasil prometeu a transferência das suas tecnologias, trocas de informações, dando ênfase às políticas públicas para incentivar o crescimento das fontes energéticas de baixo-carbono, as quais possibilitam estabilidade do meio ambiente em consonância com o desenvolvimento econômico. Este gênero de cooperação nos leva em direção à consideração da Agência Internacional de Energia (2013), na qual esta instituição alega a necessidade de combinação das políticas públicas adequadas e as tecnologias sofisticadas para conter a emissão do dióxido de carbono (CO₂) durante a produção e consumo de energia. Isso porque as políticas e as tecnologias de energias limpas são consideradas vetores do desenvolvimento sustentável, não só do ponto de vista ambiental, mas também na dimensão econômica (PAIVA, 2015; PICCHI, 2019).

Entretanto, ficaram nítidas as articulações do governo brasileiro com outras nações para enfrentar o desafio da transição energética, não só no Brasil, mas também em outras

²² Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11880?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=Comunidade%20Econ%C3%B4mica%20dos%20Estados%20da%20C3%81frica%20Ocidental%20na%20C3%81rea%20de%20Biocombust%C3%ADveis&TipoAcordo=BL> acessado no dia 16 de junho de 2023.

²³ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6083?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F10%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=111&tipoPesquisa=2> acessado no dia 16 de junho de 2023.

²⁴ Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5926?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F08%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=127&tipoPesquisa=2> acessado no dia 19 de junho de 2023.

regiões de modo a alcançar a sustentabilidade desejada pela comunidade internacional. Afinal, os avanços tecnológicos das fontes renováveis, intercâmbios de conhecimentos por intermédio da cooperação, são medidas viáveis para combater as alterações climáticas (BAUMANN, 2015). Como se podem observar, ambas as nações vêm a energias renováveis como a alternativa para travar o consumo das energias fósseis para consagrar a dimensão ambiental da segurança energética.

Vale salientar que estas narrativas aparecem em outros acordos, pois, como alertamos no início desse subtítulo, foram selecionados apenas os que citam de forma detalhada os argumentos e ações atrelados à preservação do meio ambiente e de transição energética. Contudo, é incontestável a existência das narrativas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, assim como desenvolvimento das fontes de energias renováveis para a redução de gases do efeito estufa. Estes elementos permeiam e constituem os princípios de ações das relações energéticas do Brasil com os países do continente africano. Entre os dezenove (19) acordos que envolvem as energias renováveis, muitos, senão todos destacam a preocupação em alcançar a dimensão ambiental da segurança energética, e cogitam a atingi-la através da difusão de fontes das energias renováveis.

Portanto, pode-se inferir a partir das análises de discurso feitas com base nos acordos, que na cooperação energética entre o Brasil e os países da África, existe uma preocupação eminente com o meio ambiente e o desenvolvimento das energias alternativas com a finalidade de diminuir as emissões do dióxido de carbono, tal como prevê a ordem internacional deste âmbito. Neste contexto, o Brasil aparece como protagonista do desenvolvimento das energias renováveis, e, nota-se a sua ambição de transferir, cada vez mais, a sua *expertise* e tecnologias para certos países do continente africano.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No trabalho em voga se buscou compreender as relações diplomáticas no setor energético entre o Brasil e os Estados do continente africano, com base na análise dos acordos internacionais firmados entre 1990 e 2022. A primeira constatação foi que não se encontrou estudos que debruçam sobre esta temática durante o período analisado, tendo como referencial analítico os compromissos estabelecidos entre os governos brasileiros e os atores internacionais africanos. O que torna evidente o caráter exploratório e a originalidade deste

trabalho, uma contribuição inédita às análises da Política Externa Brasileira para a África no setor energético, evidenciando algumas das perspectivas e implicações para as partes.

As evidências bibliográficas comprovam que a Política Externa do Brasil para África foi marcada por avanços e recuos durante o recorte temporal estabelecido nesta pesquisa. A investigação feita sobre a Diplomacia Energética Brasileira para com a África verificou também a aproximação e distanciamento revelada pela análise dos acordos assinados entre as duas partes ao longo de mais de três décadas. Uma das grandes entregas desta dissertação é justamente a confrontação entre a Política Externa Brasileira para com a África (PEBA) e Diplomacia Energética Brasileira para com a África (DEBA), destacando a situação de proximidade e distanciamento em ambos os aspectos e cada um dos governos.

O estudo partiu do pressuposto de que a diplomacia energética realizada no continente africano seria reflexo de como cada governo conduziu a sua política externa. A partir da revisão da literatura realizada, tinha-se a hipótese de que, os governos que se aproximaram dos países africanos são os que mais teriam acordos energéticos neste continente. Porém, mediante pesquisas dos dados segundo um processo metodológico específico, foi possível constatar algumas controvérsias entre as diretrizes da política externa e as ações de diplomacia para a cooperação energética via acordos internacionais formalmente constituídos.

A propósito, o Quadro 2 abaixo ilustra os governos que teriam, segundo a literatura, aproximação ou distanciamento com os países africanos e seus respectivos desempenhos na área da diplomacia energética, considerando os números dos acordos estabelecidos.

Quadro 2: Apresenta as diretrizes da política externa de cada governo e os seus desempenhos na área da diplomacia energética em África (1990-2022)

| Governos | PEB para África | Número dos acordos |
|-----------------------|-----------------|--------------------|
| Collor (1990-1992) | Distanciamento | 4 |
| Itamar (1992-1994) | Aproximação | 0 |
| FHC (1995-2003) | Distanciamento | 2 |
| Lula (2003-2011) | Aproximação | 29 |
| Dilma (2011-2016) | Aproximação | 13 |
| Temer (2016-2018) | Distanciamento | 1 |
| Bolsonaro (2018-2022) | Distanciamento | 0 |

Fonte: elaborado pelo autor

O governo do Collor (1990-1992) optou pelo alinhamento aos Estados Unidos, fortalecendo os laços econômicos com os países asiáticos e a criação de um bloco latino-americano, para proporcionar a integração regional – a criação da MERCOSUL. Por conseguinte, o continente africano perdeu prestígio, tornando-se um mercado não atrativo para esse governo. Além disso, pairavam discursos hostis que classificavam a África como um ambiente de risco para negócios, e sem condições para prosperar economicamente (PIMENTEL, 2000). Embora se constate essa realidade de distanciamento da PEBA durante o mandato do presidente Collor, registraram-se os avanços na DEBA nesse governo dado que firmaram um total de quatro acordos energéticos com os países africanos. Nesses termos, conseguiu-se identificar uma diferença de rumos entre a PEBA e a DEBA no governo Collor, onde embora não tenha havido uma orientação da política externa para o continente, ela se verifica no plano setorial da diplomacia energética.

Após o seu *impeachment*, Itamar Franco (1992-1994) assumiu a gestão, estabelecendo conexões com a África, em especial, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Foi o governo que lançou a proposta para a criação da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP). Constatou-se que o Itamar procurou diversificar os seus parceiros, ou seja, além de fortalecer as suas relações econômicas com os países menos desenvolvidos, também manteve os laços com os países economicamente mais sólidos. No período de Itamar, repetem-se os caminhos distintos entre a PEBA e a DEBA, como ocorreu no governo Collor, porém no sentido inverso: embora tenha se verificado na literatura a intenção de se aproximar a Política Externa Brasileira para o continente africano, ela não ocorreu no plano setorial da diplomacia energética, considerando a inexistência de acordos nesta temática específica.

A semelhança de Collor, o governo FHC (1995-2003) direcionou a sua política externa aos ideais do ocidente, em detrimento de uma maior aproximação especificamente com a África, conforme indica a literatura analisada. No entanto, um relevante evento que envolve o restrito de países africanos marcou esse governo, foi a criação da CPLP em 1996. Além disso, no âmbito da energia a relação também se verificou quando são registrados dois acordos no continente africano. Em linhas gerais, diferentemente de Collor e Itamar, no governo FHC existe certo alinhamento entre PEBA e DEBA e baseada em ações pontuais, onde a relação Brasil e África não parece ter sido uma prioridade, mas também não pode ser de forma alguma tida como inexistente.

Com a chegada de Lula (2003-2010) ao poder houve uma reorientação da Política Externa Brasileira, não só nos aspectos econômicos e comerciais, mas também étnicos e culturais. O governo de Lula foi responsável pelo maior investimento diplomático na África em todos os setores, incluindo o setor energético, tendo em conta os inúmeros acordos internacionais assinados no período. Nesse sentido, a literatura aponta também que o governo Lula facilitou o comércio bilateral e estimulou a presença das empresas brasileiras no continente africano, como Petrobrás, Camargo Corrêa, Odebrecht, entre outras empresas que atuam na área da infraestrutura, energia e mineração. As análises apontaram assim para uma convergência entre a PEBA e a DEBA no governo Lula, porém diferentemente de FHC, tomava-se o continente africano como prioritário em ambas as esferas. E o desempenho do seu governo no setor energético compreende vinte e nove acordos estabelecidos, como se pode observar no Quadro 2.

No entanto, verificou-se nesta pesquisa que o modelo de cooperação desenvolvido durante a gestão de Lula bastante devotado para a África não foi apenas um modelo de cooperação solidária, sustentada pelos laços culturais e históricos, que não agregam valores econômicos e políticos para o Brasil. Além disso, foi também uma aproximação que tinha como propósito a extensão geopolítica e econômica do Brasil. Posto isto, constatou-se que o discurso de solidariedade foi utilizado como mecanismo estratégico para facilitar as negociações entre os países africanos e o Brasil. Na verdade, a mudança do discurso pelo então gestor, enquadra num conjunto de alterações políticas que buscasse reduzir as incertezas em relação às visões pessimistas da sociedade brasileira em torno da matéria de Política Externa Brasileira para a África.

O governo Dilma (2011-2016) deu continuidade ao protagonismo africano iniciado durante o governo Lula, com alguns ajustes na sua política externa ou na diplomacia energética. Por um lado, houve a diminuição da intensidade dos fluxos de intercâmbios econômicos e culturais na relação Brasil-África. De outro lado, a presidenta Dilma criou 16 projetos de desenvolvimento com os países africanos por meio de ABC, e deu continuidade a 61 projetos que foram desenvolvidos durante o mandato do Lula por via ABC. Durante seu mandato, Dilma firmou outros treze acordos energéticos no continente africano, bem menos do que Lula, mas muito superior aos outros antecessores e também aos sucessores como se verá mais adiante. Entretanto, deve-se levar ainda em consideração as hostilidades domésticas e externas que seu governo teve, os quais culminaram em sua destituição, o que dificultou a condução da sua política externa.

Já o governo Temer (2016-2018) que ocupou o cargo vago após *impeachment* da Dilma, decidiu trilhas diferentes, deixando de lado as agendas dos intercâmbios Brasil-África, assegurando o programa denominado “Uma ponta para o futuro”, onde o pragmatismo econômico integrado na diretriz da sua política externa concebia a África como um mercado alternativo, no qual o Brasil pudesse expandir o mercado, e não como um mercado tão atrativo como foi concebido na política externa dos governos do Lula e da Dilma. Em consequência disso, o governo em destaque estabeleceu um (1) acordo energético no continente africano. Vale destacar que embora fizesse parte do governo (vice-presidente), acredita-se que ele pegou um governo já caminhando, o que não pode ser descartado nesse processo de construção da agenda externa. Neste caso específico, poderíamos dizer que houve “certa convergência” entre a PEBA e DEBA, pois a literatura indica a distância desse governo ao continente africano e o desempenho da diplomacia apresenta um único acordo energético com os países africanos.

Já no governo de Bolsonaro (2018-2022) notou-se o desdém aos países africanos, e maior atenção aos países cujos pensamentos e ideologias se alinham a do seu partido. Praticamente, este governo abandonou a diplomacia energética brasileira, e quando são assinados os acordos ocorrem com os parceiros que se alinham ao pensamento ideológico do Presidente e do seu Ministro das Relações Exteriores (FEITOSA, 2021, p.150). Os dados analisados a respeito da diplomacia energética, nos leva a acreditar que as diretrizes da sua política externa e a própria ideologia presidencial influenciaram na escolha dos países para parcerias na área da energia. Por isso, não estabeleceu nenhum acordo energético com os países do continente africano. Efetivamente, o perfil conservador de Bolsonaro também contribuiu para o seu afastamento com os países africanos e, automaticamente, se aproximou de países com mesmo perfil de liderança. Desta forma, as análises feitas inferem que, existe a convergência das diretrizes de PEBA para DEBA durante o mandato de governo do Bolsonaro, uma vez que não houve aproximação ao continente, e nem parcerias com os países africanos no setor da energia.

Em relação às variáveis, os resultados da pesquisa demonstram que a aproximação é importante na política externa de um determinado país com os seus parceiros, porém não é determinante. Por exemplo, a aproximação entre Brasil e África não foi determinante para celebração de acordos energéticos, já que nem todas as gestões que tiveram políticas de proximidade com a África, em especial a presidência de Itamar que não conseguiu materializar qualquer acordo de cooperação na área de energia entre as partes. Em outra linha,

observou-se que os governos, cujos discursos e ações políticas não demonstraram interesse no continente africano, conseguiram estabelecer acordos energéticos com os países da África, a exemplo do governo do Collor e do FHC. Contudo, conclui-se que, a diplomacia energética não reflete uma continuidade das diretrizes da política externa de cada governo analisado. Isso implica dizer que a Política Externa Brasileira não é uma política do Estado, mas sim de governos em que cada presidente determina quem são seus principais parceiros nesta área.

Não obstante, em termos da geopolítica das energias brasileiras, nota-se que os países africanos não são os principais parceiros do Brasil nas áreas de energias. Particularmente, os Estados americanos se destacam como maior aliado brasileiro nesse setor, com um total de duzentos e trinta (230) acordos, seguido por países europeu com cento e seis (106) e pela Ásia com cinquenta e cinco (55) tratados, contra quarenta e nove (49) para África e apenas um acordo para a Oceania. Os dados auferidos demonstram que o ano 2007 foi o ano de maior fluxo energético, no qual a maioria dos acordos assinados não teve como o objetivo central o abastecimento dos recursos energéticos para o território brasileiro. Efetivamente, as propostas de acordos tinham como preocupação a expansão da área de barganha do Brasil, usando os seus recursos tecnológicos e experiência para ajudar a desenvolver as indústrias energéticas em alguns países africanos, ou seja, procurava-se a inserção do Brasil no mercado africano através da oferta de *expertises* e serviços tecnológicos da energia (GUSMÃO, 2007).

No que se refere à dimensão ambiental da segurança energética, percebeu-se que existe uma preocupação grande com relação ao meio ambiente. Por isso, as partes têm se interessado no desenvolvimento das energias alternativas com a finalidade de diminuir as emissões do dióxido de carbono na atmosfera, tal como prevê a ordem internacional deste âmbito. Nessa conjuntura o Brasil busca moldar uma matriz energética limpa, e conseqüentemente coloca os recursos energéticos renováveis no centro dos acordos energéticos estabelecidos com os países africanos. Ademais, pelos discursos feitos nos acordos transparecem as preocupações brasileiras em cumprir com as metas internacionais sobre emissão de gases do efeito estufa, e pelo fato das partes ressaltam sempre a importância de estabelecer cooperação que envolve as matrizes energéticas sustentáveis, como uma forma eficiente de alcançar os resultados mundialmente desejados no âmbito da dimensão ambiental de segurança energética.

5. Referências

ABC (Agência Brasileira de Cooperação). Histórico da Cooperação Técnica Brasileira. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Historico>. Acesso em: 11 de junho de 2015.

ABRÃO, Rafael A. A Geopolítica das Energias Renováveis: o Brasil em meio ao cenário de transição energética. **Menções**. DOI: 10.30612/rmufgd.v11i22.14541.

ALISSON, Gaham. *Essence of decision: Explaining the Cuban Missile Crisis*. New York, **Harper Collins**, 1971.

ANDRÉ, Luiz Reis da Silva. De Dilma a Bolsonaro: as transformações Matriciais na política externa brasileira. **Sino-Iberoamer. Interac**. 2022; 2(1): 1–26.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as Nações*. **FUNAG**, editora da Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ATOYEBI, A. Olabisi. Um estudo das Relações Bilaterais entre o Brasil e a Nigéria sob as estruturas das Relações Sul-Sul. Dissertação do mestrado, **USP**, 2012.

BARROS P. Silva; Schutte; Pinto. Além da autossuficiência: o Brasil como protagonista no setor energético. **IPEA**, Brasília, 2012.

BARDIN, Laurence, *Análise de conteúdo*, Edições 70, **Presses Universitaires de France**, 1997.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. **Edições 70**, 2011.

BITTENCOURT, G. Moreira; Fontes; Campos. Os Determinantes das exportações brasileiras de etanol. **Política Agrícola**, Ano XXI – No 4 – Out./Nov./Dez. 2012.

BERMANN, Célio. “Crise ambiental e as energias renováveis”, *Ciênc. Culto*. vol.60 no.3 São Paulo Set. 2008.

BOYD; Geewood; Thorson; Dye. *Diplomacia de dados*. **Ciência e diplomacia**, 2019.

BRASIL. 2018. Viagens internacionais do Presidente da República. **Relatórios da Secretaria de Imprensa, Presidência da República**. Disponível em: Acesso em: 04 de junho de 2019.

BUZAN, Barry, “People, States and Fear: the National Security Problem in International Relations”. **Harvest Wheastsheaf, Hemel Hempstead**, 1997.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da **Universidade de Brasília**, ISBN 85-230-0661-3, p. 525, 2002.

CIA ALVES, E. *Da brisa aos quatro ventos: a difusão internacional de políticas de energia renovável (2005-2015). Um olhar para o setor eólico no Brasil*. Tese de Doutorado Programa de **Pós-Graduação em Ciência Política UFPE**, 2017.

CONCÓRDIA. Atos Internacionais Firmados com Países da América do Sul na Temática Energética. **Ministério das Relações Exteriores**, 2022. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa-avancada>.

CORRÊA, Luiz, F.Seixas. O Brasil nas Nações Unidas 1946 - 2006. Instituto de Pesquisa das Relações Internacionais, **Fundação Gusmão**, Brasília 2007.

CÔRTEZ, Otávio. Política externa do Governo de Sarney: início da reformulação das diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da demarcação. Brasília, **FUNAG**, p.372, 2010.

COSTA Armando; Pessali Huáscar. A trajetória de internacionalização da Petrobras na indústria de petróleo e derivados. Artigo publicado na **Revista História Econômico & História de Empresas**. Vol. XII, n.1, p. 5-32, jan.jun. 2009

COUTINHO Isadora; Steffens; Vieira. A atuação da Petrobras durante o governo do Lula. **Revista perspectiva**, 2014.

DALGAARD, Klaus Guimarães. The Energy Statecraft of Brazil: The Rise and Fall of Brazil's Ethanol Diplomacy. Brasília: **FUNAG**, 2017.

ECHART et al. Ubuntu: Conhecendo a África. Cartilha do Grupo **GRISUL**. 2015.

Empresa de Pesquisa Energética (Brasil). Gustavo Miranda de Magalhães, Balanço Energético Nacional 2021: Ano base 2020 / Empresa de Pesquisa Energética. – Rio de Janeiro: **EPE**, 2021.

FEITOSA, M. Lucas. A cooperação energética brasileira à luz dos atos internacionais: atores e parceiros (1990-2020). **Universidade Federal de Paraíba**, João Pessoa 2021.

-----Cooperação energética brasileira com países da América do sul: análise dos acordos realizados durante os governos de FHC e Lula. **Universidade Federal de Paraíba**, João Pessoa 2018.

FERNANDES, J.M.F. Dantas. Relação Brasil-África: A política externa brasileira na perspectiva da cooperação Sul-Sul. Editora da **Universidade Estadual de Paraíba**, João Pessoa, 2012.

FREITAS, Eduardo de. "Descolonização da África"; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/descolonizacao-africa.htm>. Acesso em 20 de junho de 2022.

GILPIM, Robert. A economia das Relações Internacionais. Tradução de Sérgio Bath.-Brasília: Editora da **Universidade**, 2002.

GOLDEMBERG, José; LUCON, Oswaldo. Energias Renováveis: Um futuro sustentável. **REVISTA USP**, São Paulo, n.72, p. 6-15, Dez.-Fev. 2006-2007.

GOLDTHAU, Andreas; WITTE, Jan Martin. Back to the Future or Forward to the Past? Strengthening Markets and Rules for Effective Global Energy Governance. *International Affairs*, n. 85, 2009.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos Históricos** vol.6 n.12. Rio de Janeiro, p.211-246. 1993.

GRACE Tanno. “A contribuição de Escola Copenhague de Segurança”, **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol.25, n o 1, janeiro/junho 2003, pp.47-80.

GUSMÃO Alexandre, O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006: Luiz Felipe de Seixas Corrêa, organizador / Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão**, p. 768, 2007.

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo, **Loyola**, 2005.

HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. *International Studies Quarterly*, nº 34. **International Studies Association**, p. 3-21, 1990.

HILL, Christopher. The changing politics of foreign policy. London: Palgrave, 2003.

HIRST, Mónica. A política externa do segundo governo Vargas. In: J.A.Guilhon de Albuquerque (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira 1930-1990. Crescimento, modernização e política externa*. São Paulo, **Cultura Editores Associados/Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP**, p.211-230. 1996.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: Classic and contemporary theory. **Laham (Maryland)**: Rowman Littlefield publishers, 2007.

IEA. World Energy Outlook 2013. Paris: IEA/OCDE, 2013.

INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY (IRENA). Renewable Energy Statistics 2021. Abu Dhabi: **IRENA**, 2020. Disponível em:<https://www.irena.org/publications/2021/Aug/Renewable-energy-statistics-2021>. Acessado no dia 26 de abril 2023.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). Climate Change 2014 - Fifth Assessment Synthesis Report (Summary for Policymakers). Geneva: **IPCC**, 2014. Disponível em: Acesso em: 29 Nov. 2014.

IPEA. Ponte sobre o Atlântico. Brasil e África Subsaariana. **Parceria Sul-Sul para o Crescimento do Banco Mundial**, , 2011.

JOHANSSON, Bengt. A broadened typology on energy and security. *Energy*, [s.l.], v. 53, p.199-205, **Elsevier BV**. maio 2013.

KEOHANE, R.; VICTOR, D. The Transnational Politics of Energy. **Daedalus**, v. 142, n. 1, p. 97-109, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1162/DAED_a_00196 . Acessado no dia 20 de abril de 2023.

LAMPREIA, L.F. “A Política Externa do Governo FHC: continuidade e renovação”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. 2, 1999.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília: **FUNAG**, 2011.

LESSA, Antônio Carlos. O Declínio: Inserção Internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 57, n. 2, 2014.

LIMA, Marcos F; MELO Vico D. A revalorização do lugar da África: política de desenvolvimento e as relações sul-sul no governo Lula da Silva. Porto Alegre, V. 1, Nº1. pp 127-155. 2010. Disponível em: <http://sumarioperiodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1709/3>.

MARINGONI, Gilberto... [et al.]. As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação— Santo André, SP : **EdUFABC**, 2021.

MACKENZIE, e Ribeiro D. Tristezas Tropicais – More sad stories from the forests of Zambézia. **Amigos da Floresta and Justiça Ambiental**, Maputo. 63p. 2009

MAWHINNEY, Mark. Desenvolvimento sustentável: uma introdução ao debate ecológico. Trad. Cláudio Queiroz. São Paulo: **Edições Loyola**, 2005.

MAZRUI e Christophe Wondji. História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. **UNESCO IV**. Brasil. Ministério da Educação V. Universidade Federal de São Carlo.

MEDEIROS, Daniela Marques. O etanol e o petróleo no processo de inserção internacional do Brasil no governo Lula. II Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (**UNESP, UNICAMP e PUC/SP**). São Paulo, Anais... 2009.

MILANI, Carlos. Brazil’s South–South Co-operation Strategies: From Foreign Policy to Public Policy. Johannesburg: **South African Institute of International Affairs**, 2014.

MILANI, Carlos; Pinheiro, Letícia (organizadores). Política Externa: a prática da política e a política das práticas. **FGV**, Rio de Janeiro, 2012.

Mintz, A. e DeRouen Jr., K. (2010) Understanding Foreign Policy Decision Making. New York: **Cambridge University Press**.

MONTENEGRO; Feitosa e Piva. O lugar das fontes renováveis no relacionamento do Brasil com os “rics” na área de energia: uma análise da agenda bilateral e das declarações de cúpula (1990-2018)DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.97553> Ver. **Conj. Aust.** | v.11, n.53 | jan./mar. 2020.

MORGENTHAU, Hans. A política entre as nações. Clássicos IPRI. **Editora UNB**. São Paulo, 2003.

MOURÃO e Oliveira *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. Copyright © Livraria e Editora Lumen Juris Ltda, 2006.

MRE. Repertório das políticas externas: posições do Brasil. Instituto de Pesquisa das Relações Internacionais, **Fundação Gusmão**, Brasília 2007.

O'SULLIVAN, M.; OVERLAND, I.; SANDALOW, D. The Geopolitics of Renewable Energy. **HKS Working Paper**, Cambridge, n. 17-027, p. 1-71, jul. 2017.

OLIVEIRA e Mallmann. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Rev. Carta Inter**. Belo Horizonte, v. 15, n. 3, 2020, p. 129-15.

OLIVEIRA, Alana. O petróleo africano no horizonte do Brasil a relação entre política externa brasileira e a energia nas relações Brasil-Nigéria e Brasil-Angola (2003-2014). Dissertação (mestrado) – **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015.

PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. Organização das Nações Unidas. Disponível em <http://www.ipcc.ch>. Acesso em outubro de 2018.

PAIVA H. “As dimensões militares, ambientais e econômicas da segurança energética: análise a partir dos desafios e oportunidades do Brasil no contexto internacional”, **Unicamp, Campinas** 2015.

PICCHI, Livia. Política externa brasileira e energias renováveis: análise da agenda de cooperação internacional no setor energético de 1990 a 2018. Dissertação de Mestrado, **Universidade Estadual de Paraíba**, João Pessoa, 2019.

PIMENTEL V. Sá. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Rotas de Interesse • Rev. bras. polít. int.** 43 (1) • • <https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100001> Jun 2000.

PIMENTEL, Fernando. O Fim da Era do Petróleo e a Mudança do Paradigma Energético Mundial: Perspectivas e Desafios para a Atuação Diplomática Brasileira. Brasília: **Fundação Alexandre de Gusmão**, 2011. 236 p.

PETROBRAS. Relatório Anual 2007. Rio de Janeiro: Petrobras, 2007.

PINHEIRO, Letícia. Política externa Brasileira. Rio de Janeiro. Editora **Zahar**, 2004.

PLANALTO. O petróleo no Brasil. 2015. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/opetroleo-no-brasil/> Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

QUADROS, Jânio. “Nova política externa do Brasil” In **Revista Brasileira de Política Internacional**. Ano IV, n. 16, dez/1961. Rio de Janeiro: Ibrri, p. 150- 156. João Pessoa, 2018.

RODRIGUES, Ranieri dos Santos. O uso de energia oriunda de fontes renováveis nas Indústrias brasileiras: uma questão de sustentabilidade. **São Paulo**: 2006.

ROSI, B. G. As relações Brasil-África no regime militar e na atualidade. **Conjuntura Austral**, 2 (3-4), Pág. 31–46. <https://doi.org/10.22456/2178-8839.17764> (2011).

SARAIVA José Flávio Sombra. Política exterior do Governo Lula: o desafio africano. **Revista Brasília**, Política Int. 45 (2): 5-25, 2002.

SARAIVA José Flávio. O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior brasileira (de 1946 há nossos dias). Brasília: **Ed. da UnB**, 1996.

SARAIVA, Miriam e Álvaro Costa Silva Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Academia**, Lisboa 2019 64 [pp. 117-137].

SARNEY, José. A palavra do presidente: discursos e mensagens, **Presidência da República**, Brasília, 1990 p 337, 1986.

SCHERER, Lucas. Política Externa do Bolsonaro: autonomia pelo distanciamento. **Segurança internacional e terrorismo**, 2021.

SCHLICKMANN, Mariana. Divisão África: as diretrizes da política externa brasileira para o continente africano durante a ditadura militar no Brasil (1964 – 1985). *Rev. Cadernos de Campo* | Araraquara | n. 23 | p. 203-216 | jul./dez. 2017 | E-ISSN 2359-2419.

SMITH, Adam. “As riquezas das nações: investigação sobre causa e natureza”. Editora Nova Cultural Ltda. **Copyright** © desta edição 1996, Círculo do Livro Ltda.

STEGEN, K. Redrawing the Geopolitical Map: International Relations and Renewable Energies. In: **SCHOLTEN, D. The Geopolitics of Renewables**. Lecture Notes in Energy, v. 61. Cham: Springer, 2018, p. 75-95.

UDAETA, Miguel Edgar Morales et al. Ponderação analítica para da integração energética na América do Sul. **Revista brasileira de energia**, [s.l], v. 12, n. 2, p.1-19, 2006.

UNCTAD. Renewable Energy Technologies for Rural Development Current Studies on Science, Technology and Innovation, n. 1, **Unctad**: New York, 2010.

VIOLA, E; BARROS-PLATIAU, A. F; LEIS, H. R. Governança e Segurança Climática na América do Sul. In: Uma Nova Agenda Econômica e Social para a América Latina. **IFHC, CEPLAN**, 2008.

WIGHT, Martin. A Política do Poder/ Martm Wight (1913-72); Prefácio de Henrique Altemani de Oliveira; Trad. C. Sérgio Duarte (2a. edição) Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: **Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**, 2002 LI, 329 p. ,23 cm - (Clássicos IPRI, 7).

YERGIN, Daniel. Ensuring Energy Security. *Foreign Affairs*, [s.l.] v. 85, n. 2, mar/abr: 69–82, 2006.

ZIEBEL de Oliveira, G., & Mallmann, V. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Carta Internacional**, 15(3). <https://doi.org/10.21530/ci.v15n3.2020.990>, 2020.

ANEXO I

APRESENTA PARCEIROS AFRICANOS E O LINK DE ACESSO AOS QUARENTA E SETE ACORDOS BILATERAIS ASSINADOS COM O BRASIL (1990-2022)

| PARCEIROS | | LINK DE ACESSO AOS ACORDOS ASSINADOS |
|-----------|-----------------------|---|
| 1 | África do Sul | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/4608?DataFinal1=31%2F12%2F2002&DataInicial1=05%2F05%2F1997&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=70&tipoPesquisa=2 |
| 2 | África do Sul | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5096?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2003&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=234&tipoPesquisa=2 |
| 3 | Angola | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3876?DataFinal1=31%2F12%2F1992&DataInicial1=01%2F01%2F1990&TipoAcordo=BL&TpData1=1&page=4&tipoPesquisa=2 |
| 4 | Angola | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5067?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2003&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=237&tipoPesquisa=2 |
| 5 | Angola | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5073?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2003&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=236&tipoPesquisa=2 |
| 6 | Angola | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6819?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F04%2F2010&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=28&tipoPesquisa=2 |
| 7 | Angola | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7381?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2012&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=43&tipoPesquisa=2 |
| 8 | Angola | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11651?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2015&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=12&tipoPesquisa=2 |
| 9 | Angola | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11652?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2015&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=12&tipoPesquisa=2 |
| 10 | APCNPDA ²⁵ | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7307?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2012&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=50&tipoPesquisa=2 |
| 11 | Benin | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5917?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=04%2F04 |

²⁵7 Agência de Planejamento e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

| | | |
|----|----------------------|---|
| 12 | Botsuana | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6364?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2009&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=130&tipoPesquisa=2 |
| 13 | Burkina Faso | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5954?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F10%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=75&tipoPesquisa=2 |
| 14 | Burkina Faso | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5947?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F08%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=124&tipoPesquisa=2 |
| 15 | CEDEAO ²⁶ | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11880?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=Comunidade%20Econ%C3%B4mica%20dos%20Estados%20da%20C3%81frica%20Ocidental%20na%20C3%81rea%20de%20Biocombust%C3%ADveis&TipoAcordo=BL |
| 16 | Etiópia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11802?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2016&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=4&tipoPesquisa=2 |
| 17 | Etiópia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7303?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2012&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=50&tipoPesquisa=2 |
| 18 | Etiópia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7301?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2012&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=50&tipoPesquisa=2 |
| 19 | Gana | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6083?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F10%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=111&tipoPesquisa=2 |
| 20 | Libéria | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6683?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2010&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=41&tipoPesquisa=2 |
| 21 | Marrocos | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6140?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=14%2F05%2F2008&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=102&tipoPesquisa=2 |
| 22 | Marrocos | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3853?DataFinal1=31%2F12%2F1992&DataInicial1=01%2F01%2F1990&TipoAcordo=BL&TpData1=1&page=6&tipoPesquisa=2 |
| 23 | Moçambique | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11644?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2015&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=13&tipoPesquisa=2 |
| 24 | Moçambique | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11641?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01 |

²⁶ Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental

| | | |
|----|---------------------|---|
| 25 | Moçambique | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11636?DataFinal1=30%2F08%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2015&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=13&tipoPesquisa=2 |
| 26 | Moçambique | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5926?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F08%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=127&tipoPesquisa=2 |
| 27 | Namíbia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3894?DataFinal1=31%2F12%2F1992&DataInicial1=01%2F01%2F1990&TipoAcordo=BL&TpData1=1&page=2&tipoPesquisa=2 |
| 28 | Nigéria | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7421?DataInicial1=23%2F02%2F2013&TipoAcordo=BL&TpData1=1&page=53&tipoPesquisa=2 |
| 29 | Nigéria | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6432?DataInicial1=29%2F07%2F2009&TipoAcordo=BL&TpData1=1&page=149&tipoPesquisa=2 |
| 30 | Nigéria | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6431?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2009&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=69&tipoPesquisa=2 |
| 31 | Nigéria | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5436?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2005&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=191&tipoPesquisa=2 |
| 32 | Nigéria | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5434?DataFinal1=17%2F11%2F2021&DataInicial1=01%2F01%2F2003&TextoAcordo=etanol%20%20OU%20%20C3%A1lcool%20combust%20%20ADvel%20%20OU%20alcohol&TipoAcordo=BL&TpData1=1&page=4&tipoPesquisa=2 |
| 33 | Nigéria | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/4677?DataFinal1=31%2F12%2F2002&DataInicial1=22%2F06%2F2000&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=44&tipoPesquisa=2 |
| 34 | Quênia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6854?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F04%2F2010&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=25&tipoPesquisa=2 |
| 35 | República do Congo | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6054?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F10%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=114&tipoPesquisa=2 |
| 36 | São Tomé e Príncipe | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5059?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2003&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=237&tipoPesquisa=2 |
| 37 | São Tomé e Príncipe | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5053?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2003&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=238&tipoPesquisa=2 |
| 38 | Senegal | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5819?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=04%2F04 |

| | | |
|----|---------------------|---|
| 39 | Sudão | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/7011?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F09%2F2010&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=6&tipoPesquisa=2 |
| 40 | Tanzânia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5615?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=07%2F03%2F2006&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=167&tipoPesquisa=2 |
| 41 | Tunísia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11957?DataFinal1=31%2F12%2F2018&DataInicial1=01%2F01%2F2017&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=24&tipoPesquisa=2 |
| 42 | UEMOA ²⁷ | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5955?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F10%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=124&tipoPesquisa=2 |
| 43 | União Africana | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5770?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2007&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=145&tipoPesquisa=2 |
| 44 | Zâmbia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6859?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F04%2F2010&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=24&tipoPesquisa=2 |
| 45 | Zimbábue | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6757?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=15%2F04%2F2010&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=34&tipoPesquisa=2 |
| 46 | Zimbábue | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/5672?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=07%2F03%2F2006&TipoAcordo=BL%2CTL%2CML&TpData1=1&page=161&tipoPesquisa=2 |
| 47 | Zimbábue | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/3822?DataFinal1=31%2F12%2F1992&DataInicial1=01%2F01%2F1990&TipoAcordo=BL&TpData1=1&page=9&tipoPesquisa=2 |

Fonte: Concórdia, 2022

²⁷ União Econômica e Monetária do Oeste Africano

ANEXO II

DOIS ACORDOS MULTILATERAIS FEITOS ENTRE O BRASIL E OS PAÍSES DE OUTROS CONTINENTES, INCLUINDO OS ESTADOS AFRICANOS (1990-2022)

| PARCEIROS | | LINK DE ACESSO AOS ACORDOS |
|-----------|---|---|
| 1 | África do Sul e Índia | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11558?DataFinal1=31%2F12%2F2016&DataInicial1=01%2F01%2F2011&TipoAcordo=TL%2CML&TpData1=1&page=10&tipoPesquisa=2 |
| 2 | Angola; Cabo Verde; China; Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal; Timor-Leste | https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/11262?DataFinal1=31%2F12%2F2010&DataInicial1=01%2F01%2F2003&TipoAcordo=TL%2CML&TpData1=1&page=23&tipoPesquisa=2 |

Fonte: Concórdia, 2022.